

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA
BÁSICA**

RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA FILHO

**EVASÃO E PERMANÊNCIA DO ALUNO-TRABALHADOR NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL TÉCNICA SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO DO IFAP
SANTANA – AMAPÁ**

**Belém – PARÁ
2018**

RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA FILHO

**EVASÃO E PERMANÊNCIA DO ALUNO-TRABALHADOR NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL TÉCNICA SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO DO IFAP
SANTANA – AMAPÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica vinculado ao Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica da Universidade Federal do Pará, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Currículo e Gestão da Escola Básica, sob a orientação do Prof^o Doutor Ronaldo Marcos de Lima Araujo.

**Belém – PARÁ
2018**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação

Banca Examinadora

Profº Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araujo (Orientador) – UFPA

Profº Dr. Gilmar Pereira da Silva – UFPA

Profº Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues - UFPA/Cametá

Profº Dr. Dante Henrique Moura - IFRN

DEDICATÓRIA

*Neste instante de alegria, por estar concluindo meu mestrado, mas também de saudade, por não mais está aqui comigo minha mãezinha **Lucila Duarte Souto**, (in memoria), a qual dedico todo meu esforço e dedicação. Mulher guerreira, batalhadora, que sempre esteve ao meu lado, dando-me amor, carinho e me ensinando como trilhar o caminho da sabedoria e do sucesso.*

*Ao meu pai **Raimundo Barbosa da Silva**, pelos ensinamentos de caráter e respeito aos outros.*

AGRADECIMENTOS

Ao iniciarmos um Curso de Mestrado, não imaginei o quanto o aprendizado iria mudar meu olhar sobre a ciência, as pessoas, enfim, sobre o mundo. Mundo que agora percebo como um novo destino a seguir. Neste destino em que agora caminho, foram muitos que me apoiaram e me deram a força necessária para seguir em frente.

Reverencio meu orientador, Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araujo, que ao longo desta trajetória esteve ao meu lado me guiando nos caminhos da ciência, do profissionalismo e da formação humana, com rigor acadêmico e me possibilitando autonomia para a construção desta Dissertação. Sua contribuição delineou os parâmetros dessa pesquisa e trouxe um pouco da ciência para a minha vida.

À minha colega Ana Maria Raiol da Costa, pelas contribuições acadêmicas e força nos momentos de cansaço que é inerente a um curso *stricto sensu*.

Aos meus Professores: Dinair Hora, Doriedson Rodrigues, Fabricio Carvalho, José Bittencourt. Ney Cristina e Wilma Baia.

Aos meus colegas da turma 2016, com muita honra, a primeira turma do Mestrado em Escola Básica da UFPA.

Aos meus familiares, que confiaram e estiveram comigo nesta caminhada: Elma, Raiyelle, Ranielly, Vilda, Renys, Waldirene e a todos os outros pelo incentivo e pela palavra amiga.

Declaramos que a escola à margem da vida, à margem da política, é falsidade e hipocrisia (Lênin, 1986, p. 61).

RESUMO

Esta Dissertação, intitulada “Evasão e Permanência do Aluno-Trabalhador na Educação Profissional Técnica Subsequente ao Ensino Médio do IFAP Santana–Amapá”, tem como objetivo geral “investigar possíveis causas da evasão e permanência do aluno-trabalhador do ensino técnico profissional em Nível Médio Subsequente no IFAP/SANTANA – AMAPÁ”. Trata-se de pesquisa qualitativa com realização de entrevistas semiestruturadas com oito alunos-trabalhadores, precedida de revisão bibliográfica. No percurso teórico-metodológico, recorreu-se a referenciais que adotam o materialismo histórico-dialético. As investigações a respeito da evasão e permanência dos alunos-trabalhadores tem importância significativa na compreensão da dinamicidade política, social e econômica no Estado do Amapá. Buscou-se contribuir para a compreensão das causas da evasão e da permanência escolar, problematizando “as possíveis causas que têm levado o aluno-trabalhador a evadir ou permanecer no Curso Técnico Profissional Subsequente ao Ensino Médio no contexto do IFAP/STN”. Os resultados desta pesquisa revelaram que as causas agem em várias frentes, podendo estar presentes na vida do aluno-trabalhador que, sem o apoio de uma política pública educacional efetiva, pode ser conduzido para fora do ambiente escolar. Pode-se inferir que as causas que agem tanto na permanência quanto na evasão escolar são bastante complexas e de difícil compreensão; sua interpretação é polissêmica e multifacetada, dificultando ainda mais a sua análise no momento do seu estudo. Estas causas agem em várias frentes, podendo estarem presentes na vida do aluno-trabalhador simultaneamente, deixando-o em situação tão difícil que, sem o devido apoio de uma política pública educacional efetiva, o mesmo pode ser conduzido para fora do ambiente escolar.

Palavras-chave: Evasão. Permanência. Educação Profissional. Aluno-trabalhador. Dualidade educacional.

ABSTRACT

This dissertation entitled “Evasion and Permanence of the Student-Worker in Professional Technical Education Subsequent to the High School of IFAP Santana-Amapá”, has as main objective “to investigate possible causes of the evasion and permanence of the student-worker in professional technical teaching at subsequent High school at IFAP SANTANA – AMAPÁ”. It is a qualitative research with semi-structured interviews with eight student-workers, preceded by a bibliographical review. In the theoretical-methodological route, references that adopt historical-dialectical materialism have been betaken. The investigations regarding the evasion and permanence of student-workers have significant importance in understanding the political, social and economic dynamicity in the State of Amapá. The aim was to contribute to the understanding of the causes of school dropout and permanence, by problematizing "the possible causes that have led the student-worker to evade or remain in the Professional Technical Course Subsequent to High School in the context of IFAP / STN". The results of this research revealed that the causes act on several fronts and may be present in the life of the student-worker who, without the support of an effective public educational policy, can be conducted outside the school environment. It can be inferred that the causes that act both in permanence and in school dropout are quite complex and difficult to understand; its interpretation is polysemic and multifaceted, making its analysis even more difficult at the time of its study. These causes act on several fronts and can be present in the life of the student-worker simultaneously, leaving him in such a difficult situation that, without the support of an effective public educational policy, he can be conducted outside the school environment.

Keywords: Evasion. Permanence. Professional education. Student-worker. Educational Duality.

LISTA DE SIGLAS

ALCs - Áreas de Livre Comércio.

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

CF – Constituição Federal

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONAE - Conferência Nacional de Educação

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

ETFAP - Escola Técnica Federal do Amapá

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de desenvolvimento humano

IFAP/STN – Instituto Federal de Educação, Campus Santana

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

LDB – Leis de Diretrizes e bases da Educação Brasileira

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNUD - O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESCOOP - Serviço Nacional do Cooperativismo

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

TCU – Tribunal de Contas da União

UNESCO - A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

ZFV - Zona Franca Verde

ZPE - Zona de Processamento de Exportação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 PESQUISAS PUBLICADAS NA PLATAFORMA SUCUPIRA/CAPES – 2013 A 2016 – SOBRE EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA	20
2 EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR NO BRASIL.....	43
2.1 EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR: conceitos e implicações.	43
2.2 ESPECIFICIDADES DA EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA.....	48
3. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SEUS SUJEITOS.....	51
3.1 MARCAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO BRASIL.....	51
3.2 SUPERAÇÃO DA DUALIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	56
3.3 ALUNO-TRABALHADOR: Educação, conhecimento, saberes e trabalho	61
3.3.1 Aluno-trabalhador: conhecimento e saberes	61
3.3.2 Aluno-trabalhador: trabalho e educação.....	64
4 EVASÃO E PERMANÊNCIA DO ALUNO-TRABALHADOR DO IFAP/SANTANA.....	70
4.1 A PERSPECTIVA DE ENTRADA NO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE	71
4.2 VARIÁVEIS DETERMINANTES PARA EVASÃO E PERMANÊNCIA DO ALUNO- TRABALHADOR DO IFAP/STN.....	77
4.2.1 Trabalho.....	78
4.2.2 Família.....	80
4.2.3 Infraestrutura.....	81
4.2.4 Convivência.....	82
4.2.5 Práticas pedagógicas.....	83
4.2.6 Estágio supervisionado.....	86
4.3 EXPECTATIVA E PERCEPÇÕES PÓS CONCLUSÃO DO CURSO.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
APÊNDICE.....	103

INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada “EVASÃO E PERMANÊNCIA DO ALUNO-TRABALHADOR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO DO IFAP SANTANA–AMAPÁ” é resultado das inquietações e angústias que surgem na minha vida enquanto aluno, educador e gestor, atuando por mais de 20 anos nessa modalidade educacional.

Ao pesquisar evasão escolar é necessário compreendê-la em sua multidimensionalidade e dentro do contexto da educação brasileira, onde diferentes causas se apresentam como desagregadoras da educação em todas as regiões do país e tendem a dificultar a identificação de uma definição conceitual precisa acerca da “evasão escolar”. As próprias indefinições do INEP (1998) e do IDEB (2012) trazem à tona a falta de um conceito claro para a evasão escolar. Suas causas carecem de uma compressão dos contextos locais e das relações entre os motivos de ingresso, a trajetória dos permanentes, dos desistentes e dos egressos da Educação Profissional.

Causas internas (Bourdieu-Passeron, 1975) e externas (SANTOS, 1998) como drogas, tempo na escola, sucessivas reprovações, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, falta de conexão dos conteúdos com a realidade dos jovens, alcoolismo, localização da escola, vandalismo, falta de formação de valores e o preparo para o mundo do trabalho podem ser considerados decisivos no momento de o aluno ficar ou sair da escola, em particular o aluno-trabalhador que, com isso, pode engrossar a fila do desemprego.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, revelam que 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do Ensino Médio, respectivamente, evadiram da escola de acordo com o Censo Escolar entre os anos de 2014 e 2015¹. No Censo Escolar de 2007 (INEP/MEC), afirma-se que a evasão escolar entre jovens é alarmante, e que o Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O Programa das

¹ http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206 - acesso em 25.02.2018.

Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013) revelou que o Brasil possui a menor média de anos de estudo entre os países da América do Sul.

Nesse sentido, Mészáros (2007) afirma que a escola poderá contribuir para o sucesso do aluno-trabalhador, pois a mesma tem a “função de transformar o trabalhador em um agente político (cidadão, na concepção gramsciana), que pensa, age e usa a palavra (e também a técnica) como arma para transformar o mundo”. Corroborando Araujo (2012, p. 524) que é a “escola que prepara para o mundo das profissões, mas também para o desenvolvimento das amplas capacidades humanas, que permitem o desenvolvimento pessoal”.

As investigações a respeito da evasão e permanência de os alunos-trabalhadores tem importância significativa para a compreensão da dinamicidade política, social e econômica desse segmento educacional no Estado do Amapá. Dessa forma, a presente pesquisa demonstra a relevância desse assunto no que diz respeito às causas da evasão nessa modalidade educacional. Merecem ser problematizadas e verificadas, com bastante acuidade, “as possíveis causas que têm levado o aluno-trabalhador a evadir ou permanecer no Curso Técnico Profissional Subsequente ao Ensino Médio no contexto do IFAP/STN”. O objetivo geral desse estudo, “investigar possíveis causas da evasão e permanência do aluno-trabalhador do Ensino Técnico Profissional em Nível Médio Subsequente no IFAP/SANTANA – AMAPÁ”, apresenta, ainda, os seguintes objetivos específicos:

- Identificar e analisar as múltiplas causas, na visão dos alunos, que se relacionam com a evasão de alunos-trabalhadores em cursos técnicos subsequentes do IFAP/Santana;
- Identificar e analisar as múltiplas causas, na visão dos alunos, que se relacionam e contribuem para a permanência de alunos-trabalhadores em cursos técnicos subsequentes do IFAP/Santana.

Esta pesquisa buscou subsidiar a proposição de ações que favoreçam a permanência do aluno-trabalhador no ambiente escolar da Educação Profissional Técnica Subsequente ao Ensino Médio. Para ser realizada, houve a necessidade de o pesquisador desenvolver uma visão que lhe favorecesse olhar todo o fenômeno investigado, em suas múltiplas relações, pois não existem fenômenos isolados no mundo. Muitas vezes “confunde-se a necessária relação parte-todo e todo-parte com a ideia de um método capaz de exaurir todos os infinitos aspectos de uma determinada realidade, captar todas as contradições e todas as mediações” (FRIGOTTO, 2001, p. 81). Utilizou-se a linha metodológica que “descreve o particular,

explicitando, dialeticamente suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural” (NOSELLA E BUFFA, 2005, p.8).

Observou-se, nas pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2007), Neri (2009), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (UOL, 2013) e outras, que existe grande evasão em instituições que atuam na educação profissional de nível técnico. No IFAP/STN, não é diferente. Desse modo, esta pesquisa tem como objeto de investigação a evasão e a permanência do aluno-trabalhador na Educação Técnica Subsequente, particularmente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá/IFAP, *Campus* de Santana.

Percebe-se que a evasão escolar implica em uma visão contextualizada e ampla. Por esse motivo trabalhou-se com abordagem qualitativa, metodologia utilizada nesta pesquisa, na perspectiva do materialismo histórico dialético.

O materialismo histórico dialético favorece a compreensão das ocorrências sociais e naturais em movimento. Essa compreensão poderá levar o pesquisador a uma visão ontológica do aluno-trabalhador. A historicidade desse “aluno-trabalhador” poderá desvelar a realidade e criar formas de lutas eficazes, no sentido da emancipação da classe trabalhadora e da superação da autorreprodução do capital.

Nesse sentido, o método é o "caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão, de modo refletido e deliberado" (ACKOFF, 1967, p. 11-115), posto que, segundo Bunge (1974, p. 55), “constituem os instrumentos básicos que ordenam de início o pensamento em sistemas, traçam a forma de proceder do cientista ao longo de um percurso para alcançar um objetivo” é "um conjunto de procedimentos por intermédio dos quais se propõe os problemas científicos e colocam-se à prova as hipóteses científicas" (BUNGE, 1974, p, 55).

Pode-se perceber que este método de pesquisa apresenta:

Sérios perigos metodológicos, porque se o envolvimento do estudioso é fácil, o difícil é produzir um resultado final crítico e proveitoso. Frequentemente, o pesquisador resvala-se de reducionismos teóricos, tais como particularismo, culturalismo ornamental, saudosismo, personalismo, descrição laudatória ou apologética (NOSELLA E BUFFA, 2005, p.5).

As pesquisas crítico-dialéticas questionam fundamentalmente a visão estática da realidade implícita nas abordagens anteriores. Esta visão esconde o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade. Sua postura marcadamente crítica expressa a pretensão de desvendar, mais que o “conflito das interpretações”, o conflito dos interesses. Essas pesquisas manifestam um “interesse transformador” das situações ou fenômenos estudados, resguardando sua

dimensão sempre histórica e desvendando suas possibilidades de mudanças (GAMBOA, 2010. p. 107-108).

O método dialético considera que nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido se tomado isoladamente, desligado dos fenômenos circundantes, uma vez que qualquer fenômeno, em qualquer domínio da natureza, pode converter-se num absurdo se for considerado fora das condições que o rodeiam, desligado delas. Inversamente qualquer fenômeno pode ser compreendido e justificado se for considerado na sua ligação indissolúvel com os fenômenos circundantes, na sua condicionalidade dos fenômenos circundantes².

Diante disso, esse método acentua-se na busca das explicações lógicas, coerentes com os fenômenos naturais, sociais e do pensamento. Nesse contexto, a realidade humana se desenvolve pela prática social da humanidade e na evolução do pensamento histórico. A prática social é considerada como critério de verdade, já que as verdades científicas não são definitivas (TRIVIÑOS, 1987. p. 51).

Nesse tipo de pesquisa, o qualitativo e o quantitativo não devem estar em oposição, pois as duas formas, por muitas vezes vistas como dicotômicas, se completam, uma embasando-se na outra. Isso faz com que sejam direcionadas para uma visão crítica dialética, pois elas, segundo Marques (1997, p. 22-23) “não se opõem, mas se inter-relacionam como duas faces do real num movimento cumulativo, transformador, de tal maneira que não podemos concebê-las uma sem a outra, nem uma separada da outra”. No sentido próprio – afirma Lênin – a dialética é o estudo da contradição na própria essência dos objetos. É a “luta” dos opostos³.

ABORDAGEM E TIPO DA PESQUISA

O primeiro contato, solicitando autorização para a realização da pesquisa no IFAP/STN, aconteceu no dia 22.07.2016, por telefone, com o Diretor de Ensino, Professor Romaro Antonio Silva e oficializou-se no encontro presencial, realizado no dia 27.07.2016. O Professor Romaro Antonio Silva informou que, mesmo tendo o IFAP/STN começado as suas atividades educacionais no ano de 2013, somente no ano de 2016 foi criado o Núcleo de Evasão Escolar, a fim de fazer a sistematização da evasão referente ao ano de 2015. Por esse motivo, o recorte temporal desta pesquisa se dá no ano de 2015.

² Este ensaio de I. V. Stálin foi publicado no Pravda, de 12 de Setembro de 1938 e incluído no IV capítulo da História do Partido Comunista da URSS (bolchevique), obra publicada em www.hist-socialismo.net, que também está disponível em edição impressa (N. Ed.).

³ Sobre a questão da dialética, V.I. Lênin, Obras Escolhidas em seis tomos, ed. cit., t. VI, p. 299. (N. Ed.)

Nas estratégias de pesquisa deste estudo, optou-se por fazer uma pesquisa qualitativa, com o intuito de diagnosticar as possíveis causas que tendem a afastar ou fazer permanecer os educandos da instituição.

Optou-se, como início da pesquisa, por fazer um levantamento das Teses e Dissertações publicadas na Plataforma Sucupira/CAPES, no período de 2013 a 2016, sobre evasão na Educação Profissional Técnica; na sequência, foi realizada uma revisão bibliográfica, para que fosse possível situar a nossa problemática e identificar os diferentes tratamentos teóricos ao tema; e, posteriormente, foi feita uma pesquisa de campo, com o intuito de identificar as causas tratadas na área educacional que podem afastar ou fazer permanecer os educandos na instituição, na percepção destes.

A revisão bibliográfica é comum a todas as pesquisas científicas. É importante que essa revisão seja bem executada e confiável, de forma sistemática compreensiva (WEBSTER; WATSON, 2002). Deve ser consistente, a fim de definir a linha limítrofe da pesquisa que se deseja desenvolver. É preciso definir tópicos chave, autores, palavras, periódicos e fontes de dados preliminares (DANE, 1990). De caráter exploratório, é desenvolvida com base em materiais como livros, artigos e teses (GIL, 2007), e deve ser conduzida de forma sistemática e rigorosa, contribuindo para uma base sólida de conhecimento teórico em áreas onde existem pesquisas e proporcionar possibilidades para novas pesquisas (WEBSTER; WATSON, 2002). O rigor e a relevância da revisão bibliográfica como embasamento de um trabalho de pesquisa não devem ser subestimados (HART, 1998). Na presente pesquisa, identificou-se e analisou-se onze Dissertações e duas Teses que tratam do ensino técnico profissionalizante, as quais serão detalhadas posteriormente.

Na sequência, utiliza-se a pesquisa qualitativa pautada na interpretação do mundo real, que pressupõe um objeto interativo e surge para desvelar processos sociais na Antropologia e Sociologia, encontrando destaque em áreas como a Administração, Educação e Psicologia. A mesma atua na construção e revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referentes ao fenômeno estudado. De acordo com Minayo (2010, p. 47), ela “trata do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica”.

Minayo (2010) discorre que o que determina a escolha da metodologia é a natureza do problema e que a abordagem qualitativa procura “desvelar” processos sociais que ainda são pouco conhecidos e que pertencem a grupos particulares, proporcionando a construção

e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referente ao fenômeno estudado. É o que se aplica ao estudo:

Da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. As abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos (MINAYO 2010, p. 57).

Abaixo, características básicas da pesquisa qualitativa, segundo Bogdan e Biklen (1994) *Apud* Araújo⁴:

1. Ambiente natural como fonte direta de obtenção de dados, assumindo o pesquisador o instrumento principal de recolha de informações;
2. Descrição como marca da investigação qualitativa;
3. Interesse em maior escala pelo processo do que meramente pelos resultados ou produtos;
4. Prioridade da análise dos dados de forma indutiva;
5. Ênfase no significado que os informantes fornecem aos pesquisadores.

Neste sentido, utilizou-se as seguintes formas para a coleta de dados:

a) Entrevista/coleta de dados.

Segundo Lüdke e André (1986, p. 34), a entrevista “permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos” e pode ser definida, segundo Moreira (2002, p. 54), como “uma conversa entre duas ou mais pessoas, com um propósito específico em mente”. Além disso, pode-se buscar as contribuições de Richardson, Dohrenwend e Klein (1965) para classificar as entrevistas em: estruturadas, não estruturadas ou completamente abertas e semiestruturadas.

Nessa pesquisa, foram utilizadas as entrevistas semiestruturadas, tendo como guia um roteiro previamente elaborado, com dez questões para os alunos evadidos, e dez questões para os alunos permanentes, o que serviu como um processo de interação entre o pesquisador e o informante.

⁴ Este artigo é um excerto do Relatório de Pesquisa do Projeto de Pesquisa “Práticas Formativas em Educação Profissional: em busca de uma didática de educação profissional”, financiada pelo CNPq. Disponível em: www.ufpa.br/ce/gepte.

A entrevista semiestruturada, segundo Lüdke e André (1986), é uma das formas que mais se adapta ao ambiente escolar. Apresenta um esquema mais livre, permitindo maior flexibilidade no momento da sua aplicação. Segundo Triviños (1987, p. 152), favorece a descrição dos fenômenos sociais, sua explicação e a compreensão de sua totalidade. Mantém, ainda, a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

Segundo Manzini (2003), são necessários alguns cuidados na elaboração das questões desse modelo de entrevista, quais sejam: cuidados quanto à linguagem, cuidados quanto à forma das perguntas e cuidados quanto à sequência no roteiro.

b) Sujeitos da pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa foram oito alunos-trabalhadores – considerou-se o discente que estuda e trabalha e o discente que só estuda e encontra-se temporariamente fora do mercado de trabalho – que participaram dos Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio no IFAP/STN, ano 2015, em Marketing, Logística e Comércio Exterior, dentre os quais quatro são alunos evadidos e quatro são alunos permanentes.

c) *Lócus* da pesquisa.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá/IFAP teve a sua origem a partir da criação da Escola Técnica Federal do Amapá/ETFAP, instituída pela Lei n. 11.534, de 25 de outubro de 2007. A ETFAP foi criada como entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação – MEC. A Portaria MEC n. 1.067, de 13 de novembro de 2007, atribuiu ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – CEFET – PA a missão de implantar a Escola Técnica Federal do Amapá – ETFAP (IFAP, 2014).

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei n. 11.892, que implantou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transformou a ETFAP em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, vinculado ao MEC, com natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (IFAP, 2014).

Atuando na educação superior, básica e profissional, iniciou as atividades em ensino no Amapá, somente com a oferta de cursos técnicos na modalidade subsequente, atendendo a 420 alunos – 280 no *Campus* Laranjal do Jari e 140 no *Campus* Macapá.

O IFAP é constituído com os seguintes *Campi*: Santana – localizados nas cidades de Santana/AP e Macapá, *lócus* da nossa pesquisa, criado em 2013, como parte do plano de

expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Estado do Amapá (IFAP, 2010, p. 1); Laranjal do Jarí; e Porto Grade.

Atualmente, os cursos estão distribuídos nos seguintes níveis e modalidades de ensino: Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Nível Médio: 50% das vagas destinadas a cursos técnicos articulados ao Ensino Médio (Integrado, Subsequente e Concomitante); Nível Superior: 30% das vagas destinadas a cursos de bacharelado e tecnológicos, 20% das vagas destinadas a licenciaturas e Pós-Graduação: *Lato Sensu e Stricto Sensu*.

d) Subsídio teórico.

Para subsidiar como referencial teórico esta pesquisa, foram consultados autores como Araujo (2015, 2014, 2013, 2012, 2008, 2003, 1999), Bourdieu e Passeron (1975), Saviani (2004, 2000, 1997, 1991), Ciavatta (2014), Cunha (1997, 2000), Frigotto (2005, 2003), Gramsci (1981), Kuenzer (2005, 2002, 1997), Ramos (2008) e Machado (2008), dentre outros pesquisadores ligados à área de Trabalho e Educação.

Nesse sentido, a Dissertação está estruturada em quatro Seções:

Na Seção 1, intitulada “Pesquisas publicadas no Banco de Tese e Dissertações da Plataforma Sucupira/CAPES – 2013 a 2016 – sobre evasão e permanência na educação profissional técnica”, apresentou-se uma revisão bibliográfica das produções científicas dessas pesquisas, com o apoio de autores que contribuem para o entendimento acerca da Educação Profissional técnica subsequente ao Ensino Médio, da evasão à permanência e da condição do aluno-trabalhador.

Na Seção 2, “Evasão e Abandono Escolar no Brasil”, trabalhou-se a diversidade de conceituação. Observou-se que se torna necessária a compressão das relações entre os motivos de ingresso, a trajetória dos permanentes, dos desistentes e egressos deste público, dentre muitas outras. A evasão escolar é um problema crônico em todo o Brasil, a escola de hoje tem como desafio garantir condições para que o aluno possa aprender. Enquanto a universalização e a democratização da educação não acontecem, os alunos da classe trabalhadora têm um menor índice de rendimento, tornando-se, com isso, mais propensos à evasão.

Na presente pesquisa, será utilizada a definição do INEP (1998), a qual dispõe que “o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar”.

A Seção 3, “A Educação Profissional e seus Sujeitos”, tem como finalidade abordar as marcas, a superação da dualidade, a consequência e o conhecimento que envolve o aluno-trabalhador participante da Educação Profissional Técnica. Nesse tipo de ensino, as leis educacionais estão subordinadas aos ditames do modelo do “neoliberalismo”, com isso a classe trabalhadora não pode esperar a chegada de condições adequadas, para somente então pensar em uma educação para uma formação intelectual/profissional que seja politécnica, desinteressada e inteira.

Há a necessidade de se pensar o trabalho como princípio educativo que potencialize os saberes e crie oportunidades, a fim de que esses saberes encontrem espaços de relações com os saberes escolares, no sentido de construir uma escola onde se aprenda pelo trabalho e não para o trabalho.

A Seção 4, “Evasão e Permanência do Aluno-Trabalhador do IFAP/STN”, aprofunda a investigação sobre a evasão e a permanência do aluno-trabalhador do IFAP/Santana – Amapá, por meio da análise dos dados das entrevistas realizadas e para compreensão das causas da evasão e da permanência do aluno-trabalhador.

1 PESQUISAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESE E DISSERTAÇÕES DA PLATAFORMA SUCUPIRA/CAPEB – 2013 A 2016– SOBRE EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA

Nesta Seção é apresentada uma síntese de Teses e Dissertações que contribuem para o entendimento acerca da Educação Profissional Técnica, da evasão e da permanência e da condição do aluno-trabalhador, com atenção ao objeto da Dissertação, “investigar possíveis causas da evasão e permanência do aluno-trabalhador do Ensino Técnico Profissional em Nível Médio Subsequente”.

Apresenta-se um panorama das produções acadêmicas sobre evasão e permanência na educação profissional publicada na plataforma Sucupira/CAPEB, no período de 2013 a 2016, onde identificamos onze Dissertações e duas Teses. A síntese encontra-se estruturada em quatro partes. A primeira faz a sistematização das experiências, demonstra individualmente por pesquisa as definições de evasão e permanência, objetivos, metodologia e resultados apresentados; a segunda discorre sobre os objetivos de todas as pesquisas analisadas; a terceira discorre sobre as metodologias empregadas nas pesquisas; na quarta parte apresentamos os principais resultados encontrados, destacando as principais ideias sobre evasão e permanência na educação profissional referente ao curso técnico subsequente.

A Pesquisas publicadas no Banco de Tese e Dissertações da Plataforma Sucupira/CAPEB – 2013 a 2016 demonstrou que são poucos os trabalhos que tratam da evasão e permanência em Cursos em Nível Técnico Subsequente ao Ensino Médio.

A ausência de estudos sobre o tema pode estar relacionada ao fato de que o processo de democratização da escola técnica de nível médio no Brasil apenas se iniciou. E se a democratização do ensino significa o acesso dos estudantes à escola e a sua permanência nos estudos, a crise em um desses dois termos se mostra um problema (MACHADO E MOREIRA, 2009, p. 3).

Esse pensamento é corroborado por Narcísio (2015, p. 31), que em sua pesquisa sobre evasão nos Institutos Federais defende que existem

Poucos estudos sistematizados sobre a evasão nos cursos técnicos dos Institutos Federais, precisamente onze dissertações e uma tese, segundo os dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPEB). Tais números devem ser considerados ínfimos diante da expansão da Rede Federal de Educação Profissional que contabiliza mais de 562 (quinhentos e sessenta e dois) Campi em todo o Brasil, gerando mais de um milhão e cem mil vagas. Diante de toda a trajetória de mais de cem anos da Educação profissional, a evasão tem sido um fenômeno persistente.

Outro motivo a ser considerado no momento de pesquisar foi a dificuldade de encontrar informações oficiais sobre a evasão e permanência nos Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio. Mesmo percebendo que as onze Dissertações e duas Teses pesquisadas se referem ao Ensino Médio Subsequente, somente uma Dissertação tem em seu título o termo “subsequente ao Ensino Médio”, *EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: diagnóstico dos Cursos Técnicos Subsequentes do Colégio Estadual de Pato Branco* (GUGELMIN, 2015). Isto demonstra que falar dessa forma de educação profissional se torna mais difícil ainda.

O Censo Escolar é a única base de dados nacional que oferece informações sobre movimento (abandono, transferência e falecimento) e rendimento (aprovação, reprovação e conclusão) escolar na educação técnica. No caso do ensino técnico, os dados são armazenados como micro dados (dados brutos), não são transformados em sinopses estatísticas e não são divulgados pelo INEP. O acesso a eles nem sempre é simples e/ou fácil (DORE, 2011, p. 13).

A evasão é um problema da ordem democrática, “é, portanto, uma questão relacionada à democratização da escola técnica no país” (MACHADO E MOREIRA, 2009, p. 3), visto que o direito à permanência do aluno na escola não está sendo garantida pelas políticas públicas educacionais, essa garantia é firmada na Constituição Federal, no artigo 206 do Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção I – Da Educação: Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC nº 19/1998 e EC nº 53/2006) I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] (BRASIL, 1988).

Dore e Lüscher (2008) discorrem que, em uma investigação sobre a evasão escolar, há a necessidade de serem observadas as seguintes dimensões: tanto conceituais – o nível de escolaridade, tipologia - quanto descontinuidade nos estudos e a não conclusão e as razões que motivam o abandono escolar. Outro elemento fundamental é o recorte da investigação, tendo em vista a análise do problema, podendo ser: o sujeito, a escola ou o sistema social onde o educando participa do seu aprendizado. Nesta pesquisa, demonstramos o olhar do aluno-trabalhador sobre a evasão e a permanência.

Esses detalhes demonstram o ensejo que motivou esta pesquisa, no Banco de Tese e Dissertações da Plataforma Sucupira/CAPES – 2013 a 2016, a analisar as Teses e Dissertações que discorrem sobre evasão e permanência nos Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio e verificarmos, com bastante acuidade, as definições, os objetivos, os

métodos e os resultados encontrados nas referidas pesquisas e, com isso, melhorar a compreensão sobre as múltiplas causas que levam o aluno-trabalhador à permanência ou à evasão nos Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio do IFAP/STN.

SISTEMATIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS

A revisão da literatura publicada na Plataforma Sucupira/CAPES, no período de 2013 a 2016, referente à evasão e à permanência está organizada no quadro 1, a seguir:

QUADRO 1 – RELAÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NO BANCO DA PLATAFORMA SUCUPIRA/CAPES – 2013 A 2016 – SOBRE EVASÃO E PERMANENCIA NOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES.

PRODUÇÃO ACADÊMICA 2013 A 2016 – Banco de Tese e Dissertações da Plataforma Sucupira/CAPES – 2013 a 2016				
TÍTULO/ AUTOR	DEFINIÇÃO	OBJETIVO	PROCEDIMENTOS/MÉT ODO	PRINCIPAIS RESULTADOS
1 A Evasão Escolar na Educação Profissional: Uma análise junto à comunidade escolar da Etec de Nova Odessa/SP (FAVORETO, 2016). (DISSERTAÇÃO)	Evasão ocorre quando o aluno deixa de frequentar a sala de aula, caracterizando o abandono da escola durante o ano letivo.	Analisar as dificuldades enfrentadas e levantar possíveis respostas para o problema da evasão junto à comunidade escolar da Escola Técnica de Nova Odessa/SP.	Trata-se de pesquisa qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevistas. O campo para o levantamento das vozes dos sujeitos foi a Escola Técnica de Nova Odessa/SP, onde foram abordados, como público-alvo, alunos atuais, alunos que se evadiram, professores e gestores da Educação Profissional.	A necessidade de um acompanhamento mais efetivo da parte da unidade escolar, a qual procurou agir apenas de forma corretiva, quando muitos casos de evasão já estavam consumados. (p. 84) Uma vez que muitos alunos atribuíram, como um dos motivos de sua evasão, o desinteresse e a falta de profissionalismo de parte de seus professores. (p. 84, 85) O aluno precisa ser observado e escutado de forma intensa, pois, desta forma, ele se sentirá mais comprometido com a escola e com seu aprendizado (p. 85).
2 Educação profissional no Instituto Federal de Educação Ciência e	Abandono e evasão, são considerados sinônimos, pois interessa o processo	Analisar os fatores intraescolares envolvidos no fenômeno da evasão	Pesquisa de abordagem qualitativa, a partir da qual o autor descreve os fatores	Como resultado, além de questões socioeconômicas e de dificuldade de adaptação do estudante, foram apontados os seguintes

<p>Tecnologia da Bahia: análise dos fatores intraescolares da evasão como base para criação do observatório pedagógico institucional no Campus de Irecê/Bahia / Amanda Mendes de Santana Dourado. – Salvador, 2016.</p> <p>(DOURADO, 2016).</p> <p>(DISSERTAÇÃO)</p>	<p>de saída da escola sem concluir o curso, independentemente de ter evadido do sistema escolar. Assim, a evasão é uma ação que ocorre após outros fatos e fatores que se relacionam e contribuem na decisão de abandonar a instituição.</p>	<p>dos educandos dos cursos do ensino médio integrado no IFBA – Irecê</p>	<p>intraescolares envolvidos no fenômeno da evasão. Foram utilizados como procedimentos metodológicos a análise documental, as entrevistas semiestruturadas, o questionário semiaberto e a observação participante.</p>	<p>fatores intraescolares: falta de formação didático-pedagógica dos professores bacharéis, currículo não integrado, falta de ações coletivas para o redimensionamento da gestão pedagógica e de acompanhamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem e/ou adaptação. (p. 10).</p>
<p>3 EVASÃO ESCOLAR: identificando causas e propondo intervenções (SILVA, 2016).</p> <p>(DISSERTAÇÃO)</p>	<p>Evasão refere-se a “situação em que o estudante abandonou o curso, não realizando a renovação da matrícula ou formalizando o desligamento/desistência do curso.” (P.23)</p>	<p>Análise dos principais fatores que podem indicar possíveis causas da evasão escolar, levando em consideração o contexto institucional e social dos/as alunos/as do curso investigado. (p.24)</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Pesquisa bibliográfica e documental. •Instrumento de pesquisa: os históricos escolares disponibilizados no Sistema Acadêmico do IFCE Campus Juazeiro do Norte, assim como os questionários socioeconômicos que são preenchidos, pelos/as alunos/as, no ato da matrícula. •A técnica aplicada teve, como base, elementos quantitativos. 	<p>No âmbito da pesquisa foi possível detectar importantes aspectos que contribuem para a evasão escolar, sendo relevante destacar que a maior incidência de abandono das turmas pesquisadas deu-se entre os alunos de menor idade, entre 14 e 15 anos e oriundos da rede privada. Também foi possível identificar que as evasões ocorrem com maior ênfase do segundo ao sétimo semestre de um curso ofertado em 08 (oito) períodos. Aqui foi possível comprovar uma hipótese levantada no projeto de pesquisa de que há uma evasão significativa a partir do 5º semestre, em virtude da saída de alunos/as a fim de melhor prepararem-se para o ENEM (p. 81)</p>
<p>4 Percursos Ocupacionais e Evasão no Curso Técnico de Enfermagem na Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora – ETSAL</p>	<p>EVASÃO: do ponto de vista conceitual, quando falamos em abandono escolar, este é compreendido como a</p>	<p>Analisar as causas que levaram à evasão dos alunos do curso técnico de enfermagem da Escola Técnica de Saúde</p>	<p>A pesquisa de campo foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, na medida em que se considera que a compreensão e análise</p>	<p>Os resultados revelaram que os motivos que contribuíram para a evasão são de ordem individual e institucional, dentre eles estão: problemas familiares; problemas relacionados à saúde do aluno; opção por um curso superior;</p>

<p>(COSTA, 2016). (DISSERTAÇÃO)</p>	<p>situação na qual o aluno deixa de frequentar a escola. A evasão, da mesma forma, pode ser compreendida como desistência ou abandono escolar, trancamento de matrícula para um possível retorno ou de uma retenção por frequência ou conteúdo.</p>	<p>Professora Valéria Hora - ETSAL, no período de 2010 a 2014.</p>	<p>das motivações que levam à evasão só podem ser apreendidas de forma aprofundada partindo do ponto de vista dos alunos. (p.49)</p>	<p>ingresso do aluno na área da educação, falta de interesse; conciliação entre o trabalho, a família e o curso; comunicação deficiente entre instituição e aluno; insuficiência quanto à organização, planejamento e motivação pela instituição (P. 78)</p>
<p>5 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A EVASÃO OU PARA A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM LOGÍSTICA OFERECIDO PELO IFTO/REDE E-TEC BRASIL (JARDIM, 2016). (DISSERTAÇÃO)</p>	<p>EVASÃO: considera “a interrupção do aluno no ciclo do curso. Em tal situação, o estudante pode ter abandonado o curso, não ter realizado a renovação da matrícula ou formalizado o desligamento/desistência do curso” (BRASIL. MEC/SETEC, 2014, p. 20). (P.17).</p>	<p>Identificar e compreender fatores que contribuíram para que estudantes tenham evadido do Curso Técnico Subsequente em Logística, ciclo 2014-2015; Compor a taxa de evasão; identificar os fatores que conduziram estudantes a evadirem; analisar, refletir e discutir sobre os dados obtidos; e apresentar o diagnóstico da evasão no curso/ciclo.</p>	<p>•pesquisa exploratória, descritiva e explicativa que pretende dar sua contribuição em oferecer subsídios para que sejam desenvolvidas estratégias de enfrentamento ao problema. •métodos quantitativos e qualitativos.</p>	<p>Os resultados demonstraram que fatores individuais foram os que prevaleceram, no entanto, acompanhados de fatores internos e externos. Concluiu-se que a evasão é um fenômeno multifacetado, que envolve questões diversas, inter-relacionadas e, por isso, bastante complexas. (p. 5).</p>
<p>6 EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - CAMPUS</p>	<p>Para Queiroz (2006), EVASÃO escolar é o abandono da escola antes da conclusão de uma série ou de um determinado nível. A</p>	<p>Analisar os fatores intervenientes da evasão escolar no âmbito federal e suas repercussões no processo educacional do Instituto Federal do</p>	<p>Quanti-qualitativa através do estudo de caso Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. Pode ser</p>	<p>Destaca-se que algumas das causas da evasão são: incompatibilidade de conciliar os estudos com o trabalho; alunos que não se identificaram com curso; alunos com dificuldade de aprendizagem; e tem como uma das conseqüências o fechamento de um dos Cursos</p>

<p>PORTO NACIONAL (FIGUEIREDO, 2015). (DISSERTAÇÃO)</p>	<p>evasão consiste no ato ou processo de evadir, de fugir, de escapar ou esquivar-se dos compromissos assumidos ou por vir a assumir. Nesse sentido, pode-se perceber que o termo evasão tem como marca o abandono de uma instituição. (p.69)</p>	<p>Tocantins – Campus Porto Nacional, considerando os conflitos existentes na implementação das políticas públicas na Educação Profissional.</p>	<p>considerada exploratória visto que a evasão na educação técnica a distância ainda é tema pouco explorado. A própria modalidade a distância, nos moldes em que é ministrada hoje, também é muito recente. Descritiva posto que visa conhecer as características dos estudantes que evadem e dos que permanecem. É também explicativa porque busca identificar e discutir os fenômenos que conduzem à evasão e à permanência (p.46)</p>	<p>do Instituto Federal – Campus Porto Nacional. Sabe-se que vários fatores podem ser as causas da evasão, tais como: professores com pouca experiência de ensino, que, conseqüentemente, não compreendem as necessidades dos alunos; alunos desinteressados ou indisciplinados; pais ou responsáveis que não têm tempo para acompanhar o desenvolvimento de seus filhos na escola, a falta de base educacional dos próprios alunos, aulas em períodos que dificultam na conciliação do trabalho, dificuldades estas que acarretam em elevados índices de retenção e evasão nos cursos (p. 106).</p>
<p>7 EXCLUSÃO NA ESCOLA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS: reprovação e evasão no instituto federal de educação, ciência e tecnologia da Bahia - campus de barreiras sob o olhar dos atores envolvidos no processo (FERRAZ, 2015). (DISSERTAÇÃO)</p>	<p>EVASÃO: quando o estudante tiver frequência de 0,0% (zero por cento) a 25,0% (vinte e cinco por cento); conforme organização didática do IFBA – Campus de Barreiras (P.79)</p>	<p>O objetivo geral desta pesquisa é compreender o fenômeno da evasão escolar e da reprovação dos estudantes do IFBA - Campus de Barreiras, a partir de suas relações com a categoria de gênero, e das percepções dos sujeitos envolvidos no processo no contexto das políticas de ações afirmativas implantadas no Instituto.</p>	<p>Esta atividade é constituída dos seguintes componentes: a) descrição; b) análise; c) descoberta de regularidade e a formulação de teoria e leis (p.23). Assim, com relação à metodologia, esta pesquisa adotou os métodos mistos em função da especificidade do estudo proposto que terá duas vertentes: uma quantitativa, em que buscou estabelecer associações estatísticas entre o resultado dos estudantes e a variável gênero e uma</p>	<p>Quanto à percepção dos atores envolvidos no processo com relação à explicação para os fenômenos da reprovação e evasão escolar, destaca-se a falta de base dos estudantes oriundos da rede pública de ensino. Com relação ao percentual de reprovação dos estudantes cotistas no período de 2010 a 2014, o curso de Edificações apresentou o maior índice de reprovação, de 59%. Já o curso de Alimentos, 50,2%, e o de Informática, 50,8%. A Instituição não estava preparada do ponto vista técnico, humano e político para fazer o enfrentamento da nova realidade que iria encontrar, com aumento do número dos novos segmentos sociais que ingressaram na Instituição, oriundos da rede pública,</p>

			qualitativa, que procurou apreender as percepções dos atores envolvidos no processo (p. 25)	especialmente a municipal, por intermédio de cotas.
8 ANÁLISE DA EVASÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS ARINOS: EXCLUSÃO DA ESCOLA OU EXCLUSÃO NA ESCOLA? (NARCISO, 2015) (DISSERTAÇÃO)	EVASÃO: Quando o discente, por decisão própria, determina que sairá da escola, isso é evasão (p.72)	O objetivo central deste trabalho foi analisar os fatores que provocam o processo de evasão em todos os cursos técnicos do IFNMG – Campus Arinos.	Pesquisa e análise bibliográfica, documental e estatística. Para o desenvolvimento deste trabalho, realizou-se uma revisão bibliográfica direcionada por uma metodologia sustentada em uma concepção quantitativa e qualitativa, que foi materializada por meio de trabalho de campo e de um estudo teórico conceitual e analítico através de pesquisa documental acerca dos dados encontrados sobre a evasão nos referidos cursos técnicos (p.33).	Os fatores que contribuem com o abandono escolar são de diversas ordens, dentre eles destacam-se: reprovação, notas baixas, problemas com a instituição, conflitos na relação aluno-professor e aluno-aluno, problemas pessoais e familiares, problemas de saúde, dificuldade financeira, necessidade de trabalhar, desinteresse pelo curso, ausência de perspectivas futuras, conhecimento limitado dos componentes curriculares das séries anteriores, dificuldade de acesso à instituição, estrutura física da escola deficitária, indisciplina, incompatibilidade de horário entre trabalho e estudo, violência, dentre outros. Conclui-se que a escola produz e reproduz, sistematicamente, uma exclusão ainda maior quando o aluno é proveniente das classes menos favorecidas e que o sucesso escolar depende, e muito, do apoio, suporte direto da família.
9 EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DIAGNÓSTICO DOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO COLÉGIO ESTADUAL DE PATO BRANCO	A EVASÃO só poderá ser conceituada e caracterizada a partir da identificação dos fatores que a influenciam e como estes se inter-relacionam em cada um dos níveis de escolarização em que ela	Caracterizar a partir de um estudo de caso o fenômeno evasão escolar nos Cursos de Educação Profissional Subsequente do Colégio Estadual de Pato Branco.	Quantitativa e qualitativa- a abordagem do problema foi exploratória, caracterizada por uma aproximação sistemática gradual da pesquisadora em relação ao objeto de pesquisa e não partindo do estabelecimento prévio de hipóteses a serem testadas	Observou-se que as taxas de evasão anual para cada um dos cursos é, em média, 39% para o curso Técnico em Administração, 28% para o Técnico em Enfermagem e de 49,6% para o Técnico em Informática. Identificou-se que o primeiro período do curso onde são registrados os maiores índices de abandono, que a evasão nos cursos subsequentes se manifesta de forma complexa e resulta de uma correlação entre

<p>(GUGELMIN, 2105). (DISSERTAÇÃO)</p>	<p>ocorre (p.40). Fatores sociais e familiares; características do sistema escolar e pelo grau de atração que outras modalidades de socialização, fora do ambiente escolar, exercem sobre o estudante (FINI; DORE; LÜSCHER, 2013, p.236-237). (p.38)</p>		<p>(p,50).</p>	<p>diversos elementos, sendo os sociais e econômicos os mais relevantes na decisão do aluno em abandonar o curso de formação profissional.</p>
<p>10 PERMANÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PROFISSIONAL (SOUZA, 2014).(DISSERTAÇÃO)</p>	<p>EVASÃO: será considerada a desistência definitiva do curso, cancelamento voluntário ou compulsório e trancamento de matrícula ou jubramento (p. 53). PERMANÊNCIA: SEM DEFINIÇÃO.</p>	<p>GERAL: investigar os fatores que contribuem para a permanência escolar; ESPECÍFICOS: analisar as percepções dos diferentes atores sobre o fenômeno investigado; estabelecer relação entre os diferentes fatores que vêm contribuindo ou dificultando a permanência escolar; analisar as estratégias que a escola tem feito para favorecer a permanência escolar; e elaborar uma proposta de intervenção pedagógica sobre o fenômeno em estudo.</p>	<p>Pesquisa como qualitativa (p.79). Com relação às técnicas de pesquisa, foram utilizadas neste estudo a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a entrevista e o questionário.</p>	<p>Constatamos que os fatores que favorecem ou dificultam a permanência escolar estão intimamente relacionados aos aspectos internos às instituições. O perfil/desempenho do corpo discente, os recursos e estruturas físicas escolares, os processos e as práticas pedagógicas foram citados como importantes para favorecer a permanência do aluno (p. 6).</p>

<p>11 ASPECTOS PESSOAIS E CONTEXTUAIS À FAVORÁVEIS À PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EM CURSOS TÉCNICOS DO PRONATEC (BASSO, 2014)</p> <p>(TESE)</p>	<p>Nesta pesquisa, entendeu-se por PERMANÊNCIA à aquela condição em que o estudante se mantém frequentando o curso, seja de nível superior.</p> <p>e/ou técnico - presencial ou a distância -, no qual se matriculou, até sua conclusão na mesma instituição de ensino.</p> <p>Ainda em algum momento, o estudante trancou a matrícula no curso, mas retornou ao mesmo curso e instituição, permanecendo até sua conclusão (p.29)</p>	<p>GERAL: compreender os aspectos pessoais e contextuais da permanência de estudantes nos cursos técnicos Pronatec na área da tecnologia, no SENAI do Estado de Santa Catarina (SC).</p> <p>ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entender os motivos da escolha profissional, as expectativas e as perspectivas de futuro de estudantes em cursos técnicos Pronatec; - Compreender como os estudantes vivenciam os aspectos pessoais e contextuais durante o período de formação profissional; e - Identificar os aspectos considerados pelos estudantes como relevantes à permanência e à desistência em cursos técnicos Pronatec. 	<p>A pesquisa, de natureza qualitativa, contou com uma amostra de 41 participantes, sendo 27 homens (65,8%) e 14 mulheres (34,2%),</p>	<p>Os resultados apontam que a permanência dos estudantes no curso técnico do Pronatec está relacionada à satisfação, à integração, ao desenvolvimento psicossocial e cognitivo e ao comprometimento com a profissão e o curso, que envolvem aspectos de pré-ingresso, referentes aos determinantes da escolha profissional e do ensino técnico, às expectativas educacionais e às perspectivas dos estudantes sobre seu futuro e carreira, e às vivências pessoais.</p> <p>De acordo com os participantes, a permanência ou evasão do curso está relacionada, principalmente, às condições de bem-estar físico, psicológico e comportamentos, à identificação com a profissão, à qualidade do curso e da instituição, à integração e rede de apoio percebida e à necessidade de um emprego (p. 161).</p>
<p>12 A EVASÃO NA EDUCAÇÃO</p>	<p>EVASÃO não se explica apenas por respostas</p>	<p>GERAL: Investigar as causas da evasão escolar</p>	<p>Quanto à metodologia, foram utilizadas a Pesquisa:</p>	<p>Dentre as causas da evasão que foram reveladas encontram-se: horário de trabalho, relação</p>

<p>PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO: um estudo realizado com base na trajetória escolar e no depoimento do aluno evadido (ARAÚJO, 2103). (DISSERTAÇÃO)</p>	<p>curtas e diretas como, por exemplo, falta de vontade dos estudantes, pobreza, ser oriundo de zona rural ou morar distantes dos pais. Porém, acreditamos que alguns desses e outros fatores somados, acabam levando o jovem a se desmotivar dos estudos e optar por evadir, voltando para uma escola mais “fácil” e mais próximo de sua família (p.66).</p>	<p>na Educação Profissional de Nível Técnico a partir da trajetória escolar e do depoimento do aluno evadido.</p> <p>Mapear as características da trajetória escolar de alunos evadidos da Educação Profissional.</p> <p>ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Verificar o modo como o aluno compreende a evasão escolar. •Refletir sobre possíveis medidas preventivas que possam contribuir na reformulação de procedimentos escolares com base nas narrativas dos alunos entrevistados. 	<p>Documental, documentos da Secretaria Acadêmica da Escola e do Sistema PRODESP; Quantitativa, a partir dos dados levantados com a Pesquisa Documental; Qualitativa, a partir das entrevistas semiestruturadas com alunos selecionados da Pesquisa Documental – Mista.</p>	<p>professor-aluno, dificuldade de aprendizagem, entre outras. A percepção do aluno quanto à evasão, revelou grande importância ao contexto escolar versus um sentimento de incompetência e frustração diante do abandono.</p> <p>O estudo revelou que as causas da evasão escolar não devem ser analisadas isoladamente, embora apresentem fatores que podem ser individuais, fatores que podem ser internos e externos às instituições. No entanto, devem ser analisados de uma forma abrangente e relacional, uma vez que as causas da evasão não aparecem isoladamente e são resultados de interferências sistêmicas e bastante complexas.</p>
<p>13 FATORES DE PERMANÊNCIA E EVASÃO NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE MINAS GERAIS (PEP/MG): 2007 A 2010 (SILVA, 2013). (TESE)</p>	<p>Evasão de curso é o desligamento do estudante do curso tais como: abandono (deixa de matricular-se); desistência (oficial); transferência ou (re) opção (mudança de curso); trancamento, exclusão por norma institucional (p.19).</p>	<p>Identificar alguns dos motivos que levam os alunos do Programa de Educação Profissional do Estado de Minas Gerais (PEP/MG) a abandonarem o curso de formação profissional ou a permanecer nesse programa até a obtenção do diploma de Técnico de</p>	<p>a) Análise quantitativa e qualitativa. b) revisão bibliográfica c) estudo documental;</p> <p>Flick (2009), a metodologia da triangulação está baseada em princípios que incluem relacionar diferentes</p>	<p>Os principais motivos para evasão foram a falta de condições financeiras para continuar o curso e dificuldade de conciliar o trabalho com os estudos.</p>

		nível médio.	abordagens metodológicas (qualitativas, quantitativas, entrevistas e observações) (p.102).	
--	--	--------------	--	--

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES (<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>). Organizado pelo autor.

A partir da construção do quadro acima, verificou-se algumas singularidades e divergências sobre os objetivos, metodologias e resultados, os quais serão discutidos a seguir.

QUADRO 2 – OBJETIVOS DAS TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NO BANCO DE TESE E DISSERTAÇÕES DA PLATAFORMA SUCUPIRA/CAPES – 2013

OBJETIVOS
1. Levantar possíveis respostas para o problema da evasão junto à comunidade escolar;
2. Levar em consideração o contexto institucional e social;
3. Analisar os fatores intraescolares;
4. Considerar os conflitos existentes na implementação das políticas públicas;
5. Analisar as suas relações com a categoria de gênero;
6. Analisar as percepções dos sujeitos envolvidos no processo no contexto das políticas de ações afirmativas;
7. Analisar a evasão com base na trajetória escolar e no depoimento de alunos evadidos;
8. Verificar o modo como o aluno compreende a evasão escolar;
9. Entender os motivos da escolha profissional, as expectativas e as perspectivas de futuro de estudantes;
10. Compreender como os estudantes vivenciam os aspectos pessoais e contextuais durante o período de formação profissional;
11. Identificar os aspectos considerados pelos estudantes como relevantes quanto à sua permanência e à desistência;
12. Identificar e compreender fatores que contribuíram para que estudantes tenham evadidos ou permaneçam no curso técnico;
13. Analisar as percepções dos diferentes sujeitos que fazem parte da escola sobre o fenômeno da evasão;
14. Analisar as estratégias que a escola tem feito para favorecer a permanência escolar;
15. Elaborar uma proposta de intervenção pedagógica sobre o fenômeno em estudo;
16. Analisar a formação oferecida a partir das concepções dos alunos;
17. Identificar os fatores vivenciados no processo escolar a partir da visão dos alunos;
18. Estudar as políticas voltadas para a permanência dos estudantes;
19. Estudar a política de educação profissional, tendo em vista o desenvolvimento territorial.

Fonte: Pesquisa bibliográfica do autor.

Observando os resultados apresentados na revisão bibliográfica referente ao quadro acima, no que diz respeito aos objetivos específicos das pesquisas que se encontram na banco de tese e dissertações da plataforma Sucupira/CAPES – 2013 a 2016, percebe-se que: pretende-se encontrar respostas para o que os autores chamam de “problemas da evasão”, levando em consideração o contexto institucional e social das causas intraescolares e como as políticas públicas são implementadas neste contexto, incluindo gênero, ações afirmativas e trajetória escolar; verificar o modo como o aluno compreende a evasão escolar e os motivos que os levam à escolha profissional, as suas expectativas e suas vivências.

Analisar as percepções dos diferentes sujeitos que fazem parte da escola sobre o fenômeno da evasão, as estratégias para favorecer a permanência do educando, a proposta de intervenção pedagógica e estudar a política de educação profissional, tendo em vista o desenvolvimento territorial, são os objetivos contemplados nesta pesquisa.

Alguns objetivos citados acima estão imbricados na base dos objetivos geral e específico da presente pesquisa, tais como: (7) analisar a evasão com base na trajetória escolar e no depoimento de alunos evadidos; (9) entender os motivos da escolha profissional, as expectativas e as perspectivas de futuro de estudantes; (11) identificar os aspectos

considerados pelos estudantes como relevantes quanto à sua permanência e à desistência; (12) identificar e compreender fatores que contribuíram para que estudantes tenham evadidos ou permanecido no curso técnico; (16) analisar a formação oferecida a partir das concepções dos alunos; (17) identificar fatores vivenciados no processo escolar a partir da visão dos alunos.

QUADRO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DAS TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA PLATAFORMA SUCUPIRA/CAPES – 2013 A 2016 – SOBRE EVASÃO E PERMANÊNCIA NOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES

PROCEDIMENTOS MÉTODOS
1. Pesquisa Qualitativa;
2. Pesquisa Quantitativa
3. Pesquisa Bibliográfica;
4. Pesquisa Exploratória;
5. Pesquisa Descritiva;
6. Pesquisa Explicativa.

Fonte: Pesquisa bibliográfica do autor.

Observando a metodologia explorada nas Teses e Dissertações, conforme quadro acima e considerando que a atividade preponderante da metodologia é a pesquisa, percebe-se que métodos como: Qualitativo, Quantitativo, Bibliográfico, Exploratório, Descritivo e Explicativo foram as formas como os autores realizaram as suas análises. Segundo Minayo & Minayo-Gómez (2003, p.118), “não há nenhum método melhor do que o outro, o método, ‘caminho do pensamento’, ou seja, o bom método será sempre aquele capaz de conduzir o investigador a alcançar as respostas para as suas perguntas”.

Considerando que pesquisa é um

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados (GIL, 2007, p. 17).

Serão feitos, a seguir, destaques em alguns aspectos teóricos e conceituais referentes às metodologias utilizadas na pesquisa da plataforma Sucupira/CAPES, introduzindo alguns conceitos básicos das referidas metodologias.

Qualitativa – buscando explicar o porquê das coisas, “a grande preocupação com este método é que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa” (GOLDENBERG, 1997, p. 34). O tamanho da amostra não define a qualidade da pesquisa, pois seu “objetivo é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações” (DESLAURIERS, 1991, p. 58). Trabalha com o universo de

significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 14) “Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador (MARTINS, 2004, p. 292).

Quantitativa – As amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população. Os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. Centra-se na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. (FONSECA, 2002, p. 20).

QUADRO 4 - COMPARAÇÃO DOS ASPECTOS DA PESQUISA QUALITATIVA COM OS DA PESQUISA QUANTITATIVA

Comparação dos aspectos da pesquisa qualitativa com os da pesquisa quantitativa		
Aspecto	Pesquisa Quantitativa	Pesquisa Qualitativa
Enfoque na interpretação do objeto	Menor	Maior
Importância do contexto do objeto pesquisado	Menor	Maior
Proximidade do pesquisador em relação aos fenômenos estudados	Menor	Maior
Alcance do estudo no tempo	Instantâneo	Intervalo maior
Quantidade de fontes de dados	Uma	Várias
Ponto de vista do pesquisador	Externo à organização	Interno à organização
Quadro teórico e hipóteses	Definidas rigorosamente	Menos estruturadas

Fonte: FONSECA, 2002.

Bibliográfica - é um caminho para a compreensão do tema. Sem a limitação dos questionamentos, deve ser a busca de uma problematização a partir de referências publicadas em revistas, jornais, sites, tvs, livros, artigos, documentos audiovisuais, documentos cartográficos e documentos textuais etc., analisando e discutindo as contribuições científicas e acrescentando ao arcabouço do pesquisador mais conhecimentos científicos na produção de trabalhos originais. Ela busca

A resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado,

como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266).

Exploratória – é um ensaio teórico-especulativo de natureza qualitativa e contextual. A pesquisa exploratória inicia-se, como qualquer outra pesquisa, com a pesquisa bibliográfica, inerente a qualquer tipo de pesquisa científica. Isto dará base à pesquisa pretendida. O pesquisador deve aprimorar ideias, descobrir intuições e, posteriormente, construir hipóteses e contar com a sua intuição de pesquisador. Discorrem Theodorson & theodorson, (1970, p. 72) que na

Pesquisa exploratória seu principal objetivo é se familiarizar com o fenômeno que se pretende investigar, de modo que a pesquisa pode ser projetado, compreendida e precisa. Permite o pesquisador definir seu problema de pesquisa e formular sua hipótese com mais precisão. Também lhe permite escolher as técnicas mais adequadas para sua pesquisa e decidir as questões que precisam dar mais ênfase a investigação detalhada, e pode alertá-lo para potenciais dificuldades, sensibilidades e áreas de resistência.

Corroborar Gil (1999, p. 43) que a pesquisa exploratória tem como finalidade básica

Desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores. Dessa forma, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores.

Descritiva – descrever o fato através da observação e do registro do fenômeno, sem considerar o mérito do seu conteúdo, são os principais objetivos da pesquisa descritiva. Segundo Silva & Menezes (2000, p. 21) ela “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento”.

Explicativa – ocupada de porquês e sujeitas a erros, a pesquisa explicativa tem como objetivo identificar causas que determinam/contribuem para a ocorrência de fenômenos de determinada realidade; assume as formas de pesquisa experimental e pesquisa *ex-post facto*. Segundo Gil (2008, p. 28):

São aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente. Pode-se

dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos.

Considerando as diversidades de metodologias apresentadas acima, optou-se por utilizar, como metodologia desta pesquisa, a “Metodologia Qualitativa”, por perceber que é a mais próxima da forma como conduzir a pesquisa e a que levou ao encontro dos objetivos.

QUADRO 5 – VARIÁVEIS INTERVENIENTES NA EVASÃO, APONTADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA PLATAFORMA SUCUPIRA/CAPES – 2013 A 2016 – SOBRE EVASÃO E PERMANÊNCIA NOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES

RESULTADOS APRESENTADOS NA EVASÃO
1. Necessidade de um acompanhamento mais efetivo da unidade escolar;
2. Falta de profissionalismo dos professores;
3. O aluno precisa ser observado e escutado de forma intensa;
4. Falta de formação didático-pedagógica dos professores bacharéis;
5. Falta de ações coletivas para o redimensionamento da gestão pedagógica e de acompanhamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem e/ou adaptação;
6. A maior incidência de abandono deu-se entre os alunos de 14 e 15 anos e oriundos da rede privada;
7. Problemas familiares;
8. Problemas de saúde;
9. Mudança para curso superior;
10. Falta de interesse do aluno;
11. Dificuldades de conciliar trabalho e estudo;
12. Comunicação deficiente entre instituição e aluno;
13. Insuficiência quanto à organização, planejamento e motivação pela instituição;
14. Alunos que não se identificaram com curso;
15. Dificuldade de aprendizagem;
16. Professores com pouca experiência de ensino;
17. Fatores individuais foram os que prevaleceram na evasão e permanência;
18. Alunos indisciplinados;
19. Responsáveis que não acompanham o desenvolvimento de seus filhos na escola;
20. Falta de base educacional dos próprios alunos;
21. Conflitos na relação aluno-professor e aluno-aluno;
22. Ausência de perspectivas futuras dos alunos;
23. Estrutura física deficitária da escola;
24. Fatores internos e externos contribuem para a permanência e a evasão;
25. Falta de condições financeiras para continuar o curso;
26. A Instituição não estava preparada do ponto de vista técnico, humano e político;
27. Reprovação;
28. Notas baixas;
29. Violência.

Fonte: Pesquisa bibliográfica do autor.

O resultado apresentado nesta análise traz vinte e nove causas relacionadas à evasão escolar nos Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, causas que por muitas vezes se repetem em várias pesquisas: (11) a dificuldade de conciliar trabalho e estudo foi citada em 46 % das pesquisas; (4) a falta de formação didático-pedagógica dos professores bacharéis foi citada em 23% das pesquisas; (20) a falta de base educacional dos próprios alunos foi citada em 23% das pesquisas; (25) a falta de condições financeiras para continuar no curso foi citada

em 23% das pesquisas; (4) a falta de profissionalismo dos professores foi citada em 7,7 % das pesquisas; (16) professores com pouca experiência de ensino foi causa citada em 7.7 % das pesquisas; (29) a violência foi citada em 7.7 das pesquisas. Essas são causas que consideramos relevantes.

Essas causas demonstram a necessidade de um acompanhamento mais efetivo da unidade escolar, além do que “o aluno precisa ser observado e escutado de forma intensa” (FAVORETO, 2016, p. 85). Há a necessidade de um olhar mais aguçado, possível da compreensão que o educando é um sujeito complexo, onde “causas cognitivas, psicoemocionais, socioculturais, econômicas e políticas (BRASIL, 2006) fazem parte do seu cotidiano escolar”, corrobora Frigotto (1989, p. 200), além de que “é preciso instrumentalizar o aluno de maneira que ele possa lutar contra as adversidades que a vida lhe impõe, referente às relações econômicas e históricas”.

Algumas causas responsabilizaram os professores: “uma vez que muitos alunos atribuíram, como um dos motivos de sua evasão, o desinteresse e a falta de profissionalismo de parte de seus professores” (FAVORETO, 2016, p. 84, 85); “falta de formação didático-pedagógica dos professores bacharéis” (DOURADO, 2016, p. 100); “professores com pouca experiência de ensino, que, conseqüentemente, não compreendem as necessidades dos alunos” (FIGUEIREDO, 2016 p. 106).

O preparo de um educador vai além da mera formalidade de ensinar e de sua formação continuada. Torna-se necessário:

Rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, estética e ética, a corporificação das palavras pelo exemplo; exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação, reconhecimento e assunção da identidade cultural. Ensinar exige consciência do inacabamento, o reconhecimento de ser condicionado, respeito à autonomia do ser do educando, bom senso, humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores, apreensão da realidade, alegria e esperança, convicção de que a mudança é possível, curiosidade. Ensinar é uma especificidade humana. Ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade, comprometimento, compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo; exige tomada consciente de decisões, saber escutar, reconhecer que a educação é ideológica; exige disponibilidade para o diálogo e querer bem aos educandos (PAULO FREIRE, 2011, p. 7, 8,9).

“Comunicação deficiente entre instituição e aluno; insuficiência quanto à organização, planejamento e motivação pela instituição” (COSTA, 2016, p. 78); “falta de acompanhamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem e/ou adaptação, currículo não integrado” (DOURADOS, 2016, p. 10); Estrutura física deficitária da escola (NARCISO, 2015, p. 90). Essas são causas apresentadas nos resultados desta pesquisa que culpabilizam as instituições. É a escola o *locus* do acesso e da transmissão do conhecimento, onde

[...] as camadas populares passaram a ter acesso aos mesmos que, historicamente, eram excluídos de uma pequena parcela da população. Nesse sentido, é papel da escola garantir o acesso ao conhecimento científico e erudito aos alunos das camadas populares, uma vez que o domínio desse conhecimento é condição de cidadania para essa parcela da população. A escola começa a suprir essa função social com o ingresso do aluno (SAVIANI, 2000, p. 13).

[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo, singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 1991, p. 21).

Nesse sentido, torna-se necessário questionar a escola como um espaço “para onde afluem crianças e jovens carentes de saber”, por vezes em espaços em condições precárias de funcionamento, onde falta material de toda ordem, salas de aula com excessivo número de alunos, atendidos por professores e técnicos “com salários mais aviltados” que mal lhes permitem sobreviver, quanto mais exercer com eficiência as suas funções. “Em outras palavras, para entender o que há por trás do discurso oficial, é preciso indagar a respeito do que é que o Estado está oferecendo na quantidade da qual ele tanto se vangloria” (PARO, 2002, p. 92).

Considerando o aluno como responsável pela sua evasão da escola, tem-se: problemas familiares; problemas de saúde; mudança para curso superior; falta de interesse do aluno; dificuldades de conciliar trabalho e estudo; alunos que não se identificaram com curso; dificuldade de aprendizagem; alunos indisciplinados; falta de base educacional dos próprios alunos; conflitos na relação aluno-aluno; ausência de perspectivas futuras; falta de condições financeiras para continuar o curso. Essas causas e outras estão presentes nas afirmações de Silva (2009, p. 224), onde a autora classifica algumas condições para a evasão e permanência em quatro causas:

- a) Socioeconômicos, como condições de moradia; situação de trabalho ou de desemprego dos responsáveis pelo estudante; renda familiar; trabalho de crianças e de adolescentes; distância dos locais de moradia e de estudo;
- b) Socioculturais, como escolaridade da família; tempo dedicado pela família à formação cultural dos filhos; hábitos de leitura em casa; viagens, recursos tecnológicos em casa; espaços sociais frequentados pela família; formas de lazer e de aproveitamento do tempo livre; expectativas dos familiares em relação aos estudos e ao futuro das crianças e dos jovens;
- c) Financiamento público adequado, com recursos previstos e executados; decisões coletivas referentes aos recursos da escola; conduta ética no uso dos recursos e transparência financeira e administrativa;
- d) Compromisso dos gestores centrais com a boa formação dos docentes e funcionários da educação, propiciando o seu ingresso por concurso público, a sua formação continuada e a valorização da carreira; ambiente e condições propícias ao bom trabalho pedagógico; conhecimento e domínio de processos de avaliação que reorientem as ações.

Responsabilizar o aluno pela sua saída da escola é excluí-lo novamente da escola. Muitas vezes, ele se evade devido ao próprio ambiente escolar construir esse caminho. “Além de ser um problema socialmente determinado, é um problema que tem a ver com a forma pela qual o próprio trabalho (da escola) está organizado” (SAVIANI, 2000, p. 52).

Segundo Arroyo (2003, p. 78), fala-se de aluno evadido, não de aluno excluído; fala-se de fracasso do aluno, não do fracasso da escola. Quando o Estado responsabiliza o educando pelo seu fracasso, considerando somente as questões individuais, esquece que estas são provocadas também por diferenças socioeconômicas, que deixam ainda mais evidentes as desigualdades que levam à evasão escolar nas camadas populares,

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais (ARROYO, 1993, p. 21).

Para romper com o estigma de que “evasão é culpa do aluno e da família”, é necessário contextualizar historicamente o fenômeno da evasão, observar seus determinantes a qual tem sido atribuído a causas internas do aluno e não colocar em segundo plano as causas externas à escola.

QUADRO 6 – VARIÁVEIS INTERVENIENTES NA PERMANENCIA APONTADAS NAS TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADAS NA PLATAFORMA SUCUPIRA/CAPES – 2013 A 2016 – SOBRE EVASÃO E PERMANÊNCIA NOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES

RESULTADOS DA PERMANÊNCIA APRESENTADOS
1. A permanência dos estudantes está relacionada à satisfação, à integração, ao desenvolvimento psicossocial e cognitivo;
2. Comprometimento com o curso, que envolvem aspectos de pré-ingresso: <ol style="list-style-type: none"> a. Referentes aos determinantes da escolha profissional e do ensino técnico; b. Expectativas educacionais; c. Perspectivas dos estudantes sobre seu futuro e carreira; d. Vivências pessoais e contextuais durante o curso.
3. Comprometimento com a profissão;
4. A permanência ou evasão do curso está relacionada, principalmente, às condições de bem-estar físico, psicológico e comportamentos;
5. Identificação com a profissão;
6. Qualidade do curso e da instituição;
7. Integração e rede de apoio percebida;
8. Necessidade de um emprego;
9. Fatores individuais foram os que prevaleceram na evasão e permanência;
10. Fatores internos e externos contribuem para a permanência e a evasão;
11. Evasão é um fenômeno multifacetado, que envolve questões diversas, inter-relacionadas e, por isso, bastante complexas;
12. O perfil/desempenho do corpo discente;

13. Os recursos e estruturas físicas escolares
14. Os processos e as práticas pedagógicas

Fonte: Pesquisa bibliográfica do autor.

A constituição federal de 1988, em seu artigo 205, diz que a educação é direito de todos, visando ao preparo da pessoa para o exercício da cidadania, além de ser um dever do Estado e da família. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; VII - garantia de padrão de qualidade. A LDB n. 9.394/1996, em seu artigo 1º, diz que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Isso é corroborado no documento orientador da Conferência Nacional de Educação/CONAE 2010 no Eixo III, da Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar:

É importante destacar que a democratização da educação não se limita ao acesso à instituição educativa, o acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos os que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade. Mas somente essas três características ainda não completam o sentido amplo da democratização da educação (BRASIL, 2008, p. 45).

Com o enunciado acima, irá se discorrer sobre os resultados apresentados na pesquisa do Banco de Teses e Dissertações da Plataforma Sucupira/CAPES 2013 a 2016, referentes à permanência do educando no Ensino Técnico Profissional em Nível Médio Subsequente, população pouco estudada. Na revisão bibliográfica realizada, foi encontrada uma única pesquisa com o tema principal só de permanência, enquanto que com o tema central “evasão”, foram encontradas nove, e três que falam sobre evasão e permanência.

A pesquisa de Basso (2014, p. 161) demonstra que a permanência do estudante na escola está relacionada à satisfação, à integração, desenvolvimento psicossocial, cognitivo, comprometimento e identificação com a profissão, à qualidade do curso e da instituição onde o aluno irá realizar a sua formação profissional. Essa relação só existirá se o educando conseguir compreender questões que envolvam um conhecimento prévio da escolha profissional, suas expectativas, as perspectivas sobre o futuro de sua carreira e como isso vai interagir com sua vida social. A permanência está relacionada principalmente às condições do bem-estar físico, psicológico, à rede de apoio recebida e à necessidade de emprego.

Para Jardim (2016, p. 5), fatores individuais como desejo e motivação para continuar no curso, acompanhados de fatores internos, como metodologia e estrutura curricular, além de

fatores externos, como a perspectiva de conseguir um emprego e um bom salário trazem à tona que a permanência é um fenômeno multifacetado, afetado pelo envolvimento de várias causas.

Souza (2014, p. 7) destaca que o perfil/desempenho dos professores, a estrutura física da escola e as práticas pedagógicas favorecem a permanência do educando em sala de aula, o que foi corroborado nas falas dos gestores, docentes e alunos.

Pode-se inferir, nesta pesquisa, que são inúmeras as causas da permanência e da evasão nos Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio. Motivos intraescolares e extraescolares fazem parte destas causas. Se o Estado brasileiro continuar com as mesmas políticas utilizadas, como se os alunos formassem um grupo homogêneo, e aceitando sempre as orientações de organismos internacionais, como o Banco Mundial/BM, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/BIRD, dentre outros, que impõem a meritocracia como modelo de sucesso profissional e pessoal, certamente as dificuldades de permanência na escola irão continuar. A relação entre a garantia do direito à educação de qualidade e práticas pedagógicas eficientes poderá desenvolver o respeito à diversidade, a dimensão cultural e socioeconômica.

Pode-se verificar, no quadro abaixo, conforme Brasil (2014, p. 27) que o número de evasão referente aos Cursos Técnicos Subsequentes é muito grande:

QUADRO 7 - ALUNOS EVADIDOS, CICLOS DE MATRÍCULA INICIADOS A PARTIR DE 2004 E ENCERRADOS ATÉ DEZEMBRO DE 2011.

ALUNOS EVADIDOS, CICLOS DE MATRÍCULA INICIADOS A PARTIR DE 2004 E ENCERRADOS ATÉ DEZEMBRO DE 2011.			
Tipo de Curso	Taxa de Evasão	Taxa de Retenção	Taxa de Conclusão
Técnico Subsequente	18,90%	49,34%	31,40%

Fonte: (BRASIL, 2014, p. 27).

Diante do que se vê, não se pode ficar inerte perante as dificuldades que passa o educando para permanecer no ambiente escolar. Há a necessidade de uma intervenção maior, que envolva multiações, com políticas públicas assumidas pelo Estado Brasileiro, seus entes federados, enfim, todos que participam da escola.

Assim, reforça-se a necessidade premente de implementação de planos estratégicos de superação desses fenômenos de modo a possibilitar a realização de diagnósticos apurados em relação às causas da evasão e da retenção, e a definição de políticas institucionais e a adoção de ações administrativas e pedagógicas que contribuam para o enfrentamento da evasão e retenção em todos os níveis e modalidades da oferta educacional (BRASIL, 2014, p. 28).

Observa-se que existe um distanciamento entre a lei e a realidade educacional em que nos encontramos. A educação, entendida como direito subjetivo, traz consigo a possibilidade da conquista de outros direitos, faltando muito para ser popularizada no sentido da universalização da “educação inteira” da qual fala Araújo (2013, p. 1), “que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos de acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais”.

Os processos educacionais e sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Uma reformulação significativa na educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social, onde as práticas educacionais devem cumprir suas vitais, históricas e importantes funções de mudanças. Ou seja, “traçar um caminho diferente para a educação que permita reconstruir a humanização do homem, rompida pelo capital onde prevalece o individualismo, o lucro e a competição em detrimento da valorização humana” (MÉSZARÓS, 2005).

Considerando as discussões acima, esta pesquisa empírica se aproxima das variáveis da evasão e permanência, como: convivência, estrutura física da escola, família e trabalho. A variável “estágio” não foi citada na pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da Plataforma Sucupira/CAPEL, porém é citada em nossa pesquisa Empírica.

Das metodologias utilizadas no Banco de Teses e Dissertações da Plataforma Sucupira/CAPEL, encontrada nessa pesquisa: qualitativa-quantitativa corresponde a 38.5 % das pesquisas; somente “qualitativa” corresponde a 38.5%; bibliográfica corresponde a 15%. Em nossa pesquisa empírica utilizamos a pesquisa qualitativa, por considerar a que responde nosso objetivo e mais se próxima do materialismo histórico de Marx.

2 EVASÃO E PERMANÊNCIA ESCOLAR NO BRASIL

Serão feitas algumas considerações sobre a evasão e o abandono escolar na educação brasileira, a fim de verificar algumas definições conceituais, tendo em vista que os próprios órgãos oficiais da educação trazem à tona a falta de um conceito claro.

Serão apresentadas questões que possibilitam ampliar as discussões acadêmicas acerca do tema da evasão e permanência do aluno-trabalhador, o qual faz parte do sistema produtivo ou está temporariamente fora dele, e tem como característica principal o “trabalho desqualificado”. Suas atividades profissionais são precarizadas, de grande rotatividade e de baixa remuneração, características estas que se agravam ainda mais nas classes pobres.

Várias situações colaboram para a retenção e repetência do aluno na escola: a falta de escolas, a necessidade de renda e trabalho, a falta de interesse, as notas baixas obtidas no início do processo educativo, o frequente desempenho inadequado, as faltas, etc.

Na presente pesquisa, utiliza-se a definição de evasão empregada pelo INEP (1998), a qual dispõe que “o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar”.

2.1 EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR: conceitos e implicações

A evasão e o abandono escolar constituem um grande problema da educação brasileira, pois as metas estipuladas pela Constituição Federal de 1988, que determinam a universalização do Ensino Fundamental e a “erradicação” do analfabetismo ainda não se concretizaram, mesmo sendo a educação um direito garantido no art. 6º da CF – juntamente com a moradia, o trabalho, o lazer, a saúde, entre outros – constitui um direito social (BRASIL, 1988).

Várias formas de interpretações não permitem definir exatamente “evasão escolar”. A diversidade de conceituação atrapalha a quantificação precisa dos casos, dificultando o estudo das causas que podem levar a alternativas para a superação desse problema, o qual perdura até hoje. É necessária a compressão das relações entre os motivos de ingresso, a trajetória dos permanentes, dos desistentes e egressos deste público, dentre muitas outras, para que se possa compreender a evasão escolar brasileira.

Evasão, segundo Riffel e Malacarne (2010), é o ato de evadir-se, fugir, abandonar, sair, desistir, não permanecer em algum lugar. Quando se trata de evasão escolar, entende-se a

fuga ou o abandono da escola em função da realização de outra atividade. A diferença entre evasão e abandono escolar utilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP (1998) ressalta: “abandono” significa que o aluno desliga-se da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto que “evasão”, significa que o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar. De outro modo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB (2012) aponta o abandono como o afastamento do aluno do sistema de ensino e como desistência das atividades escolares, sem solicitar transferência.

Steinbach (2012) e Pelissari (2012) adotam o termo abandono escolar, pois consideram “evasão” um “ato solitário”, o que responsabiliza o aluno e os motivos externos pelo seu afastamento. Enquanto que Ferreira (2013) denomina o “fracasso das relações sociais que se expressam na realidade desumana que se vivencia no cotidiano” desse aluno. Machado (2009) ressalta que “tratar da evasão é tratar do fracasso escolar, o que pressupõe um sujeito que não logrou êxito em sua trajetória na escola” (MACHADO, 2009, p. 36).

No projeto “A Evasão na UNIPAMPA – diagnosticando processos, acompanhando trajetórias e itinerários de formação”, da Universidade Federal do Pampa (2010), José, Broilo, Andreoli *apud* INEP⁵ assim definem evasão, abandono escolar e suas causas:

Evasão escolar: i) O mesmo que deserção escolar. 1. Fenômeno que expressa o número de educandos de um grau de ensino ou de uma série escolar, que abandonam definitiva ou temporariamente a escola (México, 1969); ii) Pessoa que se afastou do Sistema de Ensino, por haver abandonado o estabelecimento, do qual era aluno frequente, sem solicitar transferência. Educandos que por razões financeiras de inadaptação, entre outras, não completaram um determinado período de formação. A Evasão escolar ocorre por motivos geralmente atribuídos às dificuldades financeiras, ao ingresso prematuro no mercado de trabalho, à troca de domicílio, à doença, à falta de interesse do aluno ou de seus responsáveis, às dificuldades de acesso à escola, aos problemas domésticos, à separação dos pais ou à reprovação do aluno. (I GLOSED); iii) Sérgio G. Duarte caracteriza a evasão como uma expulsão escolar, porque a saída do aluno da escola não é um ato voluntário, mas uma imposição sofrida pelo estudante, em razão de condições adversas e hostis do meio. (cf. DBE, 1986); iv) A grande maioria dos estudantes evadidos deixa a escola no segundo semestre por se considerar incapaz de passar de ano. (Fontes em educação, O que é.? COMPED, 2001). Abandono escolar: Abandono de curso ao término de um ano letivo. Desistência de atividades escolares por parte do aluno. A desistência supõe afastamento do estabelecimento de ensino, não-atendimento às exigências de aproveitamento e de assiduidade e não solicitação de transferência para outro estabelecimento (cf. I GLOSED).

⁵BRASIL. <http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus>. Acesso: dia 3 de junho de 2016.

Evasão e abandono não têm uma origem definida e, por isso, não terão um fim por si só. O problema não é a falta de vinculação às políticas públicas, a desestruturação familiar ou, ainda, as dificuldades de aprendizagem dos educandos. Nesse sentido, Digiácomo (2005) discorre que:

A evasão escolar é um problema crônico em todo o Brasil, sendo muitas vezes passivamente assimilada e tolerada por escolas e sistemas de ensino, que chegam ao exercício de expedientes maquiadores ao admitirem a matrícula de um número mais elevado de alunos por turma do que o adequado, já contando com a “desistência” de muitos ao longo do período letivo. Que pese a propaganda oficial sempre alardear um número expressivo de matrículas a cada início de ano letivo, em alguns casos chegando próximo aos 100% (cem por cento) do total de crianças e adolescentes em idade escolar, de antemão já se sabe que destes, uma significativa parcela não irá concluir seus estudos naquele período, em prejuízo direto à sua formação e, é claro, à sua vida, na medida em que os coloca em posição de desvantagem face os demais que não apresentam defasagem idade-série (DIGIÁCOMO, 2005, p. 1).

O que chama a atenção é o número de alunos que abandona a escola básica. Isso atinge, também, todos os níveis de ensino, e é fenômeno que causa prejuízos no campo educativo, pelo insucesso escolar e pelos baixos rendimentos. Constitui-se uma preocupação constante, pois, para o Ministério da Educação/MEC, “o maior desafio dessa escola é garantir condições para que o aluno possa aprender” (DOURADOS, 2005, p. 20). Leciona Krawczyk (2011, p. 755) que a expansão do Ensino Médio iniciada nos primeiros anos da década de 1990

Não pode ser caracterizada ainda como um processo de universalização nem de democratização, devido às altas porcentagens de jovens que permanecem fora da escola, à tendência ao declínio do número de matrículas desde 2004 e à persistência de altos índices de evasão e reprovação.

Nesses termos, causas intrínsecas e extrínsecas à escola, como drogas, sucessivas reprovações, prostituição, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalho, excesso de conteúdo escolar, alcoolismo, vandalismo, falta de formação de valores e de preparo para o mundo do trabalho influenciam diretamente nas atitudes dos alunos que se afastam da escola. Esses obstáculos, considerados, na maioria das vezes, intransponíveis para milhares de jovens, engrossam o quadro de desemprego. Quando esses jovens conseguem algum trabalho, atuam principalmente como mão de obra barata.

Em pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas/FGV, Neri (2009) afirma que o mercado de trabalho é um ator importante na tomada de decisão do jovem que teima em continuar seus estudos, a fim de que possa ser absorvido por esse mercado, ou então desiste e

se torna mão de obra desqualificada, tendo em vista garantir a sua sobrevivência. As escolas não ficam isoladas desse contexto. Nesse sentido, Dourado (2005, p. 5) discorre que todas essas questões se articulam às

Condições objetivas da população, em um país historicamente demarcado por forte desigualdade social, que se caracteriza pela apresentação de indicadores sociais preocupantes e, que nesse sentido, carece de amplas políticas públicas incluindo, nesse processo, a garantia de otimização nas políticas de acesso, permanência e gestão com qualidade social na educação básica.

Reafirmam Gatti *et al.* (1991) que “os alunos de nível socioeconômico mais baixo têm um menor índice de rendimento, portanto, são mais propensos à evasão”. Isso é reafirmado por Krawczyk, (2011, p. 754), quando discorre que

As deficiências atuais do ensino médio no país são expressões da presença tardia de um projeto de democratização da educação pública no Brasil ainda inacabado, que sofre os abalos das mudanças ocorridas na segunda metade do século XX, que transformaram significativamente a ordem social, econômica e cultural, com importantes consequências para toda a educação pública.

Essas deficiências citadas acima veem a evasão apenas como casos em que os alunos deixam de frequentar a sala de aula, desconsiderando-se as demais situações de saída do aluno da escola. Exemplificando, um aluno de um curso que realiza desligamento e volta a realizar outros cursos por meio de transferências, como acontece na Educação Profissional Técnica Média, pode não ser considerado um caso de evasão, diferentemente de quando o aluno deixa de frequentar a aula, o que caracteriza o abandono da escola durante o ano letivo. Segundo Pelissari (2012, p. 33), “o conceito de evasão traz um caráter subjetivista, responsabilizando o aluno pela sua saída da escola, considerando apenas os fatores externos, caindo na armadilha do reprodutivismo das relações sociais na escola”.

O censo escolar de 2007, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) afirma que a evasão escolar entre os jovens é alarmante. Dos 3,6 milhões de jovens que se matriculam no Ensino Médio, apenas 1,8 milhão concluem esse grau. A taxa de evasão é de 13,3% no Ensino Médio, contra 6,7% entre a 5ª e a 8ª série, e 3,2% entre a 1ª e a 4ª série. O Brasil possui, atualmente, 8,3 milhões de alunos no Ensino Médio, matriculados em 24 mil escolas – sendo 17 mil públicas. Metade desses alunos, segundo o Ministério da Educação, não finaliza os seus estudos (BRASIL, 2007).

Com taxa de 24,3%, o Brasil acumula a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), estando atrás

apenas da Bósnia Herzegovina (26,8%) e das ilhas de São Cristovam e Névis, no Caribe (26,5%). Na América Latina, somente a Guatemala (35,2%) e a Nicarágua (51,6%) têm taxas de evasão superiores (UOL EDUCAÇÃO, 2013).

O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD também revelou que o Brasil possui a menor média de anos de estudo entre os países da América do Sul. Segundo dados de 2010, a escolaridade média do brasileiro era de 7,2 anos – mesma taxa do Suriname – enquanto são esperados 14,2 anos. No Continente, quem lidera esse índice é o Chile, com 9,7 anos de estudo por habitante, seguido da Argentina, com 9,3 anos, e da Bolívia, com 9,2 anos (idem).

Essas são algumas questões inerentes à evasão escolar, destacadas com muita evidência pelas estatísticas educacionais. Segundo Dourados (2005, p. 11), resultam “de processos sociais mais amplos e que têm sido reforçados no cotidiano escolar por meio de práticas e ações pedagógicas e pelas formas de organização e gestão da educação básica”.

Alguns autores afirmam que as causas da evasão são internas e, como Bourdieu-Passeron (1975), concordam que a escola é responsável pelo sucesso ou pelo fracasso dos alunos, principalmente daqueles pertencentes às classes pobres da população, explicando teoricamente o caráter reprodutor dessa instituição, compreendida como aparelho ideológico de Estado. A evasão e a repetência estão longe de serem problemas relacionados às características individuais dos alunos e de suas famílias. São, de outro modo, reflexos da forma como a escola recebe e exerce ação sobre as pessoas dos diferentes segmentos da sociedade. Durante a década de 1980, observou-se elevadas taxas de repetência. Ribeiro (1991), em “A Pedagogia da Repetência”, mostrou que era atribuída aos alunos a responsabilidade pelo seu fracasso na escola e que a repetência nas quatro primeiras séries era tão grande que os educandos acabavam por abandonar a escola.

Segundo Aranha (2009), os maiores dilemas enfrentados pelos jovens no Ensino Médio, atualmente, dizem respeito a turmas lotadas – chega-se a ter 50 alunos por sala, conteúdos extensos e específicos e professores despreparados para lidar com o estágio de desenvolvimento dos alunos. Ao fim do 3º ano, apenas 25% dos alunos demonstram domínio do conteúdo de Língua Portuguesa e 10% de Matemática. Entre os 10 milhões que têm entre 15 e 17 anos, só a metade está no Ensino Médio. A outra metade, 1,8 milhão de alunos, desistiu de estudar e 3,5 milhões continuam presos pelos obstáculos do Ensino Fundamental. O 1º ano do Ensino Médio é o que apresenta o maior número de desistências.

Krawczyk (2011, p. 762) busca em Spósito e Galvão (2004) a compreensão de que o jovem pretende uma aceleração do tempo de vida. Quando chegam ao Ensino Médio, os

jovens orgulham-se, pois conseguiram vencer a barreira da escolaridade da maioria de seus pais. No entanto, logo no primeiro momento começa o desencanto, devido à forma como acontece o processo de ensino, enquanto que as amizades e a sociabilidade passam a ser mais importantes. No terceiro momento, o ingresso na universidade não se configura como uma possibilidade para a maioria e o desejo de trabalhar ou melhorar profissionalmente também se torna muito difícil de ser concretizado.

Olhando as diversidades que compõem o conjunto de circunstâncias individual, institucional e social, Rumberger (1995) afirma que a evasão é um processo muito complexo, dinâmico e cumulativo de saída do estudante do espaço da vida escolar. A fuga da escola é somente o estágio final desse processo.

O tema da “Evasão e Abandono Escolar” foi escolhido por revelar uma angústia de muitos dos envolvidos no processo educacional, sendo um dos maiores problemas da educação brasileira e uma questão que está distante de estar resolvida, pois afeta diversos níveis de ensino em instituições públicas e privadas. Essas têm sido alvo de políticas educacionais confusas, que não se sustentam por muito tempo, e isso se faz sentir na falta de identidade para com o ensino, o qual necessita ser posto em discussão, a fim de que se busquem meios reais de enfrentamento da evasão escolar. Em outras palavras, uma mudança que não seja um simples paliativo, mas que busque encontrar um lugar próprio de construção de algo novo, permitindo a expansão das potencialidades humanas e a emancipação do coletivo, com olhar em todas as direções e dimensões: histórica, cognitiva, social, afetiva e cultural.

Na presente pesquisa, será utilizada a definição de evasão utilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP, qual seja, aquela que dispõe que “o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar”.

2.2 ESPECIFICIDADES DA EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA

A evasão e o abandono escolar têm sido associados a situações tão diversas quanto a retenção e a repetência do aluno na escola. Sabe-se, ainda, que implica em uma ampla abordagem da qualidade e a da quantidade, segundo corroboram Enguita *et al.* (2010). Várias situações colaboram para a retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição e do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de escolaridade, o abandono da escola e o posterior retorno (DORE e LÜSCHER, 2011, p. 775). Estudo quantitativo, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD –

2004 e 2006 chega a um resultado que apontou agudas possíveis causas para a evasão escolar, como a falta de escolas (10,9%), a necessidade de renda e trabalho (27,1%) e a falta de interesse (40,3%), entre outros motivos (NERI, 2009).

Condições socioeconômicas e violência são motivos importantes a serem discutidos, principalmente em regiões urbanas, onde o tráfico de drogas se faz presente em sua maioria e, em muitos casos, influencia diretamente no comportamento do educando: Leciona Campello (2001) que estudos elaborados pela UNESCO em 1997 afirmam que quase dois mil jovens em idade de 15 a 29 anos morrem vítima de violência nas escolas. Esses estudos revelaram, ainda, em pesquisa com cinco mil jovens, que cerca de três mil sofreram agressão; alguns estudos, como o do Banco Mundial, demonstram que o Brasil perde, por ano, 1% de seu Produto Interno Bruto (PIB), cerca de US\$ 7 bilhões, com a violência urbana (SANTOS, 1998).

Para Rumberger (1995 e 2008), pesquisador americano, a chave da compreensão e solução da evasão é encontrar as causas do problema, mas essas causas, de forma análoga a outros processos do desempenho escolar, sofrem a influência de um conjunto de fatores, como: o estudante, a família, a escola e a comunidade em que vive. Revisando diversas pesquisas sobre as causas que levam à evasão, esse autor identifica, como problema, duas perspectivas, uma individual – o estudante e as circunstâncias do seu percurso escolar – e uma institucional – que leva em conta a família, a escola, a comunidade e os grupos de amigos.

Ainda podem ser verificadas diferentes teorias discorrendo sobre evasão escolar. Algumas citam a existência de dois tipos principais de engajamento, o escolar – acadêmico ou aprendizagem – e o social – relacionamento com os colegas, com os professores e com os demais membros da comunidade escolar. Essas duas formas são determinantes para a decisão de evadir ou permanecer na escola (Rumberger, 1995, 2008). Nesse sentido, Ferreira (2013) afirma que os motivos que levam à evasão escolar podem ser classificados, ainda, de acordo com as suas causas determinantes: (i) Escola – não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação, etc.; (ii) Aluno – desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez; (iii) Pais ou responsáveis – não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos, etc.; iv) Social – trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues, etc.

A partir de um apanhado geral da literatura sobre abandono escolar, considerando 203 estudos acerca do assunto, chega-se a algumas conclusões relevantes: as notas baixas obtidas no início do processo educativo é um forte aspecto de previsão de futuro abandono; o

desempenho inadequado frequente costuma implicar em reprovação; as faltas; os atos delinquentes e o abuso de substâncias ilegais são fortes indícios de abandono. A superação dessas questões poderá acontecer em um ambiente familiar estável, através do acesso a recursos sociais e financeiros, que influenciam de forma significativa a probabilidade de o estudante completar os seus estudos (RUMBERGER E LIMA, 2008).

Outro olhar a ser considerado preponderante em uma análise que coloca a evasão e o abandono como uma das maiores preocupações dentro do espaço escolar é a violência em sala de aula. Segundo análise de Queiroz (2002), em algumas entrevistas realizadas com os docentes, indicou-se as seguintes causas para a evasão: brigas em sala de aula, bagunças, desrespeito e violência com os professores e a defasagem série/idade.

Para esta Seção, foram utilizadas variáveis que fazem parte da evasão escolar, como: tempo na escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdos escolar, localização da escola, falta de formação de valores e o preparo para o mundo do trabalho, dentre outras causas que podem influenciar diretamente na decisão do aluno-trabalhador em permanecer ou sair do ambiente escolar.

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SEUS SUJEITOS

Esta Seção tem, como finalidade, abordar a educação profissional e seus sujeitos, onde destacamos suas marcas, causas, consequências e conhecimento que envolve o aluno-trabalhador participante da Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio. Tais marcas, deixadas na história educacional brasileira e, em particular, na Educação Profissional, demonstram a sua importância, envolvimento e a sua influência na vida do educando, que tem as leis educacionais subordinadas aos ditames do modelo econômico vigente, ou seja, o capitalista, que impõe limites para que a classe trabalhadora possa assegurar condições adequadas para a sua formação, de perspectiva omnilateral, politécnica, desinteressada e inteira.

Faz-se necessário ressaltar que a relação entre trabalho e educação, e em particular a educação do trabalhador, para ser compreendida de forma mais ampla e dialética, precisa ser vista em seu contexto, considerando as várias situações socioeconômicas de que a mesma participa.

3.1 MARCAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO BRASIL

Para discorrer sobre a evolução da Educação Profissional no Brasil, torna-se necessário buscar os primórdios dessa modalidade educacional. Contudo, pode-se dizer que a Educação Profissional Brasileira sempre existiu, considerando que, mesmo antes da chegada dos invasores portugueses por aqui, os índios (população nativa), através da observação e da prática, aplicavam os seus ensinamentos, transmitidos de geração em geração, em suas atividades agrícolas, nas atividades de caça e pesca, nas construções de casas e embarcações, na fabricação de utensílios domésticos, etc.

Pode-se considerar que os escravos, nas senzalas, praticavam a sua educação de forma rudimentar, através da socialização de seu trabalho artesanal. Nesse caso, considera-se o trabalho tal como Pacheco (2012, p. 67), ou seja, como “princípio educativo, equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, apropria-se dela e pode

transformá-la. Equivale a dizer, ainda, que somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade”. Trabalho como princípio educativo, é a relação entre o trabalho e a educação, sustenta-se o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento das potencialidades do ser humano. Considerando o materialismo histórico como espaço para essa discussão, é o trabalho quem produz esses meios de vida, de conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade (Marx, 1979).

O trabalho como princípio educativo vincula-se à própria forma do ser humano. Parte da natureza e depende dela para reproduzir a sua vida e, pela ação o princípio do trabalho como produto de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é cruel e “educativo”. Trata-se de não socializar os seres humanos como “mamíferos de luxo”. É nessa perspectiva que Marx discute a dimensão educativa do trabalho, mesmo sob a negatividade das relações de classe existentes no capitalismo. A forma de trabalho no capitalismo não é natural, mas produto do ser humano (FRIGOTTO, 1985).

No século XIX, “para cumprir e ampliar a formação compulsória da força de trabalho foram criadas as casas de educandos artífices por dez governos provinciais, de 1840 a 1865, que adotaram como modelo a aprendizagem de ofícios em uso no âmbito militar” (CUNHA 2000, p. 3). Conforme o Parecer n.16/1999 da Câmara de Educação Básica/CEB e do Conselho Nacional de Educação/CNE, considera-se o ano de 1809 como a data oficial da implantação da Educação Profissional Brasileira, quando o príncipe regente, futuro D. João VI, cria o Colégio de Fábricas para atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal.

Conforme BRASIL (2009, p. 2), 1906 é considerado o ano de consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil, pelas seguintes ações:

- Realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho;
- A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro;
- Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis” (BRASIL, 2009, p. 2).

Essa consolidação se firma através do “Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, do Presidente Nilo Peçanha, que criou as escolas de aprendizes artífices e estipulava sua manutenção pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a quem cabiam os assuntos relativos ao ensino profissional não superior” (CUNHA 2000, p. 63). Em sua maioria, as escolas de aprendizes artífices foram construídas nas capitais dos estados, desconsiderando a sua localização e a demanda de alunos. Seu currículo não era padronizado, a partir do que não serviram, assim, para o incentivo da industrialização através da formação profissional sistemática da força de trabalho. O quadro docente constituído por “mestres de oficina”, vindos das fábricas, sem base teórica, recebeu inúmeras críticas, enquanto que os professores derivados do primário não conheciam o ensino profissionalizante. Essa rede escolar não apresentou muitas novidades em questões ideológicas e pedagógicas para aquele momento, mas mostrou-se como grande novidade na sua estrutura de ensino (CUNHA 2000).

Influenciado pelo Decreto Federal n. 20.158/1931, que organizou o ensino profissional, a Reforma Gustavo Capanema instituiu as leis da educação brasileira no que se refere ao Ensino Industrial (Decreto-Lei n. 4.073/1942), criando sistemas paraestatais de aprendizagem que se dedicam a suprir as expectativas das indústrias brasileiras, no caso, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/SENAI, em 1942 e, em 1943, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/SENAC (Decreto-Lei n. 6.141/1943). Posteriormente, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/SENAR, e o Serviço Nacional do Cooperativismo/SESCOOP.

Hoje a Educação Profissional também é oferecida nos Institutos Federais de Educação/IFEs (antigas escolas de aprendizes artífices) e, ainda, em instituições privadas, sindicatos, associações comunitárias e filantrópicas. Conforme afirma Cunha (2000, p. 211), “as poucas e acanhadas instituições dedicadas ao ensino compulsório de ofícios artesanais e manufatureiros cederam lugar a verdadeiras redes de escolas, por iniciativa de governos estaduais, do Governo Federal e até de particulares”.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, publicada em 20 de dezembro de 1961 (Lei n. 4.024/1961), sancionada pelo Governo João Goulart, depois de 13 anos de muitas discussões, debates e divergências, formaliza o ensino em três níveis e pela primeira vez a educação profissional é incluída nas normatizações da educação brasileira: Primário, Secundário – ministrado em dois ciclos: o ginásial e o colegial. Dentro da etapa de Ensino Secundário estava o Ensino Técnico, que compreendia os cursos industriais, agrícolas ou comerciais – e Superior. Hoje, esses níveis são considerados como Educação Básica e

Superior. Implantou, também, pela primeira vez em 1962, o Plano Nacional de Educação/PNE (MARCHELLI, 2014).

Com o advento do período ditatorial civil-militar no Brasil (vivenciado de 1964 a 1985), acontece a reformulação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional/LDB 4.024/1961, no governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici. Essa reformulação foi outorgada em 1971, e regulamentada pelo Parecer do Conselho Federal de Educação/CFE n. 45/1972. Influenciada pela Teoria do Capital Humano, “teve um duplo propósito: o de atender à demanda por técnicos de nível médio e o de conter a pressão sobre o ensino superior” (RAMOS, 2008, p. 14). Torna o Ensino de 2º Grau, hoje Ensino Médio, com finalidade universalmente profissionalizante, estabelecendo a conclusão em três anos para o curso de auxiliar técnico, e de quatro anos para o curso técnico.

Depois de muitas críticas e do fracasso da profissionalização compulsória, foi promulgada a Lei Federal n. 7.044/1982, que tornou facultativa a profissionalização, deixando a formação técnica para as instituições especializadas. Assim se cristalizou, também, a dupla função do Ensino Médio: i) o Ensino Propedêutico, que preparava para o ensino superior; ii) a Educação Profissional, a qual habilitava para o mundo do trabalho e da prática social. Assim, mais uma vez a educação brasileira “tem como característica a marca da dualidade estrutural” (KUENZER, 2005), o que é corroborado por Libâneo (1994, p. 44) *apud* Araujo *et al.* (2015, p. 6), que explica assim a dualidade, em geral, “aos filhos dos ricos fornecia educação geral e formação intelectual, aos pobres o ensino profissional visando ao trabalho manual”. Uma vez que a necessidade de atuar no mercado de trabalho obrigava os jovens trabalhadores a se direcionarem para a Educação Profissional, em suas diversas modalidades. Com o conhecimento aligeirado e fragmentado característico dessa modalidade educacional, esse aluno-trabalhador é encaminhado para o mercado de trabalho, por muitas vezes, com conhecimento reduzido, atuando, quase sempre, em atividades laborais simples, em condições precárias, de baixa remuneração financeira e com grande possibilidade de abandonar ou evadir-se da escola.

Nesse período, observa-se uma “grande conformação” por parte dos trabalhadores, os quais aceitam sem questionar. “Habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (FONSECA, 1961, p. 68). Esse pensamento é corroborado por Frigotto (2005, p. 225), o qual, fazendo um balanço de nossas raízes culturais, políticas e econômicas, ressalta que ficamos com um forte estigma, como herança da colonização e da escravidão forjada pelas elites dominantes.

Após a promulgação da atual Constituição, dita “Cidadã”, em 1988 (BRASIL, 1988), é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional LDB/ nº 9394/1996 (BRASIL, 1996, p. 569-586). Com “seu caráter minimalista” (Saviani, 1997, p. 200), estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, configurando o Ensino Médio como etapa de conclusão da Educação Básica, enquanto que a Educação Profissional (art. 39), discorre, é o preparo para a vida produtiva nas diferentes formas:

A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008). § 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). **I** - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). **II** - de educação profissional técnica de nível médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). **III** - de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). § 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Essa nova legislação da Educação Profissional é fruto do embate do pensamento tradicional com uma nova concepção que “se propõe a superar uma concepção de Educação Profissional assistencialista e economicista, voltada unicamente ao atendimento imediato das demandas do mercado de trabalho” (ARAÚJO, 2003, p. 4). A Educação Profissional, hegemonicamente, se mantém como uma ferramenta de promoção profissional, subordinada aos interesses do poderio econômico liberal. A “educação em geral sendo direcionada para servir aos interesses do ‘mercado’” (NEVES, 1999).

A nova LDB introduz uma mudança substantiva e pressupõe que o aluno-trabalhador seja formado não mais para o trabalho fordista-taylorista, mas adaptado ao padrão flexível de acumulação, formado sob a referência da emergente noção de “competência”, o que é confirmado por Kuenzer (SD, p. 1), quando comenta que, no contexto das políticas educacionais pretendidas pela nova LDB/9.394/1996, o conceito de competência⁶ assume

⁶ Consideramos que a emergência da noção de competência faz parte de um presente e tem constituído um modelo pedagógico que revela um tipo de compreensão sobre a formação, o homem e a sociedade que quer tornar-se hegemônico. Algumas características da realidade que marca a Pedagogia das Competências na sua origem e que favorece a sua divulgação podem ser assim traçadas: a crise do modelo de acumulação de produção

papel central nas diretrizes curriculares da Educação Profissional, no Ensino Médio e ainda afirma que sua adoção sem o “suporte da democrática discussão com os profissionais da educação e com suas entidades representativas constitui-se em posição de governo”.

As marcas deixadas na história educacional brasileira, através da Educação Profissional Técnica demonstram a sua importância, o seu envolvimento e a sua influência na vida do educando. Percebe-se que algumas leis que subsidiam esse caminho educacional, em sua maioria, estão subordinadas aos ditames e às exigências do capitalismo brasileiro, em detrimento de um projeto de formação ampla, originário das proposições dos movimentos sociais democráticos e das organizações dos trabalhadores.

Isso corrobora para que todos, ou quase todos os determinantes que complementam essas leis se direcionem para que a Educação Técnica Profissional se comporte dentro do que hoje é solicitado pelo mercado de trabalho, ou seja, uma educação aligeirada e fragmentada, com base no taylorismo/fordismo e na pedagogia das competências, as quais se propõem à resolução das necessidades do momento.

Outra marca deixada pela Educação Profissional é que ela prepara para o mercado de trabalho e é discriminada por seu conteúdo instrumental, supostamente suficiente para a classe trabalhadora, que é submetida a esta condição de educação para o trabalho.

3.2. SUPERAÇÃO DA DUALIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A superação da Educação Profissional Brasileira instrumental e de conteúdo superficial, nos moldes da forma como acontece nos dias de hoje, depende muito de uma sociedade efetivamente democrática, onde a educação se torne necessária e primordial para o desenvolvimento das capacidades intelectuais autônomas em uma perspectiva da práxis⁷, superando o pragmatismo imposto pelo modelo econômico vigente – o capitalismo –, através da pedagogia das competências, que, segundo Araujo (2013, p. 17) “está presa à realidade

em massa para consumo em massa, baseado nos princípios do taylorismo e do fordismo, a resistência operária ao trabalho fragmentado e repetitivo, a globalização da economia, o progresso das tecnologias de produção e de processamento das informações e o avanço das políticas neoliberais no mundo. <http://www.ufpa.br/ce/gepte/imagens/artigos/as%20inspiracoes%20do%20uso%20da%20nacao%20de%20cpt%20-%20ufsc.pdf>. Acessado: 24.10.2017.

⁷ A expressão práxis refere-se, em geral, a ação, atividade e, no sentido que lhe atribui Marx, a atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) o seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres (BOTTOMORE, 1997, p. 460).

dada, [...] visando ao ajustamento da formação humana às demandas específicas e pontuais do mercado de trabalho”.

É necessária a concepção de um espaço onde as pessoas se tornem autônomas em seus atos sociais, dentre os quais estejam inseridos, também, os atos profissionais. Estes atos, e a prática laboral “é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social” (RAMOS, 2008, p. 4). A construção social, juntamente com a construção do trabalho, vistas aqui como realização humana, minimiza a divisão social do trabalho, característica da sociedade brasileira. A Constituição Federal de 1988 abriu a porta para um novo debate educacional, que se firma através dos respectivos artigos:

Art. 3º, “construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalidade; reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

Art. 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”;

Na formação profissional, Art. 214, “a educação deve servir para formação do trabalho e à promoção humanística, científica e tecnológica do País” (BRASIL, 1988).

Superando o seu direcionamento principal ao mercado de trabalho, e assumindo a finalidade da promoção do ser humano no sentido ontológico, o conhecimento científico e tecnológico poderá ser indutor de uma “formação inteira”, a qual fala Araujo (2013, p. 1)

[...] que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos de acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais.

Esse tipo de formação sugere a superação do ser humano entre a ação de pensar, dirigir ou planejar, é uma superação do pensar minimizado no trabalho, no aspecto operacional. O que se busca é uma formação completa para a leitura do mundo, supondo uma compressão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 85).

O que se vê no Brasil é a dualidade econômica/social entre ricos e pobres, sendo a educação brasileira a confirmação dessa dualidade, posto haver uma educação para a classe dominante: a Educação Propedêutica, que prepara para a Educação Superior e para as funções de comando, formando os intelectuais. A outra educação, para a classe desfavorecida, ou seja,

a Educação Profissional, prepara para o mercado de trabalho, e sofre grande preconceito por ser associada a um forte viés instrumental, sendo considerada, até hoje, educação para os desvalidos. Segundo Ramos (2008, p. 1), “sabemos que a dualidade educacional é uma manifestação específica da dualidade social inerente ao modo de produção capitalista”.

Ramos (2008), em seu texto “Concepção do Ensino Médio Integrado”⁸, discorre que a história da dualidade educacional coincide com a história de luta de classe no capitalismo:

Por isto a educação permanece dividida entre aquela destinada aos que produzem a vida e a riqueza da sociedade usando sua força de trabalho e aquela destinada aos dirigentes, às elites, aos grupos e segmentos que dão orientação e direção à sociedade. Então, a marca da dualidade educacional do Brasil é, na verdade, a marca da educação moderna nas sociedades ocidentais sob o modo de produção capitalista. A luta contra isso é uma luta contra-hegemônica. É uma luta que não dá tréguas e que, portanto, só pode ser travada com muita força coletiva (RAMOS 2008, p 2).

Diante disso, como formar um novo sujeito ético-político, o qual esteja impregnado de capacidades e vontades superiores que o leve além do que está posto; que o leve para além das formas impositivas do mercado de trabalho subordinado aos ditames dos organismos internacionais e da obrigatoriedade do modelo fordista/taylorista que se impõe até os dias de hoje, subjacente ao perfil profissional proposto pela educação com uma visão quase sempre economicista/mercadológica? Com certeza não pode ser a “aceitação do mercado como instrumento regulador da sociabilidade, e sim a afirmação na centralidade do ser humano e em suas relações com a natureza, visando atender às necessidades dos sujeitos e da sociedade” (PACHECO 2012, p. 12).

Não é o objetivo deste Capítulo postular que a Educação Profissional no Brasil não é necessária para a formação do aluno-trabalhador. Considera-se, de outro modo, que a Educação Profissional é necessária, sim,

Enquanto o Brasil for um país com as marcas de uma história escrita com a exploração dos trabalhadores, no qual estes não têm a certeza do seu dia seguinte, o sistema sócio-político não pode afirmar que o ensino médio primeiro deve “formar para a vida”, enquanto a profissionalização fica para depois. A classe trabalhadora brasileira e seus filhos não podem esperar por essas condições porque a preocupação com a inserção na vida produtiva é algo que acontece assim que os jovens tomam consciência dos limites que sua relação de classe impõe aos seus projetos de vida (RAMOS, 2008, p. 12).

⁸ Versão elaborada para o seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará, nos dias 08 e 09 de maio de 2008.

O que se propõe, entretanto, é que essa modalidade, no Brasil, tome como referência o pensamento gramsciano de uma formação omnilateral⁹ que conduza o jovem à base da educação profissional, proporcionando, a este jovem, o direito a uma vida digna, “tornando-o pessoa capaz de pensar e estar preparado para dirigir e comandar quem a dirige” (GRAMSCI, 1981 p. 199). Uma educação diferenciada compreendida a partir dos pressupostos da pedagogia da práxis e do conceito gramsciano de escola unitária¹⁰, politécnica – que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas (RAMOS, 2008, p. 3) e de formação omnilateral, que segundo Araujo (2008) poderá levar o aluno-trabalhador a conquistar um pensamento autônomo e não submetido às amarras e à subordinação do modelo econômico imposto.

A condução da Educação Profissional Técnica na vida do aluno-trabalhador deve ser oportunizada, criada e mantida pelo tempo necessário que se exige a vida profissional deste trabalhador, a qual possa suprir todos os campos de sua atuação, “para lhes dar condições de atualizar permanentemente os seus conhecimentos, aperfeiçoar continuamente as suas habilidades, promover o seu crescimento pessoal e profissional e fortalecer as suas prerrogativas de valorização de sua força de trabalho” (MACHADO, 2008, p. 8).

São citados, abaixo, alguns documentos que, segundo Pacheco (2012, p, 14 e 15), resultam de lutas travadas pela sociedade civil organizada, contrária à dualidade da educação média, direcionada à produção com fins na relação capital-trabalho, a qual esquece o ser social e humano que habita neste aluno-trabalhador:

- Documento de Propostas de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica, Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec/MEC), dez. 2003;
- O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, 2007;

⁹ Formação em todos os aspectos da vida humana – física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a Educação Profissional (CIAVATA 2014, p. 190-191),

¹⁰ Uma escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de maneira equânime o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades do trabalho intelectual. Desse tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo (GRAMSCI, 1975b, p. 1531, *apud* NOSELLA; AZEVEDO, 2009, p. 27).

- As discussões sobre a formação de docentes para a Educação Profissional, em especial as discussões sobre propostas de Licenciaturas em Educação Profissional e Tecnológica;
- As discussões sobre as diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação em Prisões e Ensino Médio Inovador;
- Os debates para a reformulação da LDB (Lei n. 11.741/2008), elaboração da Lei de Estágio (Lei n. 11.788/2007) e da Lei de Criação dos Institutos Federais (Lei n. 11.892/2008). Em consequência, importantes temáticas, como o financiamento e a qualidade dos cursos técnicos, a formação e o perfil dos docentes para educação profissional, a educação profissional para populações do campo e indígenas, a relação da educação profissional com a educação ambiental e com a educação especial, entre outras, estão ausentes das propostas de parecer e resolução em questão. Busca-se localizar, nessa trajetória, a evolução dos conceitos e das concepções.

Confirma-se, desta forma, que organizações de trabalhadores estão atentos e mobilizados, apresentando proposições e revelando o seu compromisso para com a educação da classe trabalhadora brasileira, e que muitas dessas reivindicações não são implementadas devido ao fato de a classe dominante impor a sua força através dos organismos internacionais e dos próprios setores empresariais e políticos nacionais, que não aceitam essa nova forma de educação onde os trabalhadores poderão aprender de forma criativa, crítica, integral, omnilateral e desinteressada. Uma educação inteira, que leve o aluno-trabalhador à superação e à autonomia na ação do trabalho, onde a “escola prepara para o mundo das profissões, mas também para o desenvolvimento das amplas capacidades humanas, que permitem o desenvolvimento pessoal” (ARAÚJO, 2012, p. 524).

Na presente pesquisa, assumiu-se o referencial de Araujo (2012, p. 524), que define a Educação Profissional como “uma educação inteira, que leve o aluno-trabalhador à superação e à autonomia na ação do trabalho, onde a escola prepara para o mundo das profissões, mas também para o desenvolvimento das amplas capacidades humanas, que permitem o desenvolvimento pessoal”. Uma educação diferenciada vinculada à pedagogia da práxis, com conceito marxista e gramsciano, como a escola unitária, politécnica e de formação omnilateral (ARAÚJO, 2008).

3.3 ALUNO-TRABALHADOR: Educação, conhecimento, saberes e trabalho

Transformações políticas, sociais e econômicas, as privatizações e a desregulamentação da economia com repercussão direta no Ensino Médio trouxe a necessidade de novos comportamentos do trabalhador. Seu dia a dia é uma experiência formadora e o trabalho deve ser pensado como princípio educativo. Neste contexto, a escola não pode viver isolada por uma muralha, uma escola submissa ao capital incorpora esses princípios econômicos e nega a sua própria essência.

Ao ver o trabalho como princípio educativo, pode-se compreender que o conhecimento tácito do aluno-trabalhador levado ao ambiente escolar não é compreendido e, portanto, não utilizado pela escola como prática educativa, capaz de facilitar a aprendizagem e dessa forma manter o docente no ambiente escolar.

3.3.1 Aluno-trabalhador: conhecimento e saberes

O art. 22 da Constituição Federal de 1988 dispõe, como fins da Educação Básica: “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, oscila entre a sua função propedêutica e o atendimento às necessidades do mercado de trabalho vigente. Por muitas vezes, houve tentativa de unificação da sua identidade. Nesses termos, a escola não consegue cumprir a sua função social e a educação capitalista está organizada para manter essa dualidade educacional, “eis porque ela precisa ser funcionalista, utilitária e unilateral” (ARRUDA, 1987, p. 66).

Embasado nos argumentos anteriormente citados, verifica-se a relação “trabalho e educação” que se estabelece no espaço escolar entre os saberes trazidos do mundo do trabalho pelos alunos-trabalhadores e os saberes produzidos por eles no interior da escola, na medida em que se assume uma postura epistemológica e ontológica, indo além do que poderia chamar de padrões tradicionais e de superação do distanciamento entre esses saberes. É um tema tratado tanto pela economia política burguesa quanto pela marxista. Nos anos de 1960, “renasce sob o signo da classe trabalhadora com seus intelectuais no processo de construção de um novo projeto hegemônico, do que decorre seu caráter marcadamente político e a imuniza contra a acusação de neutralidade” (KUENZER, 1988, p. 11).

A “relação ao saber” é a afinidade que um sujeito estabelece com o saber. É uma relação de sentido de valor. O trabalhador valoriza o que faz sentido para ele e, do mesmo modo, confere sentido àquilo que para ele representa um valor. É, portanto, à singularidade, à subjetividade do trabalhador que devemos nos reportar quando falamos de um sujeito e de sua relação com o saber (SANTOS, 1997, p. 24).

Esse saber deve ser um desafio político e pedagógico, abrindo-se a possibilidade de valorização dos saberes advindos da experiência no espaço escolar e, além disso, dos saberes práticos dos estudantes, obtidos no seu cotidiano. Para Aranha (2003, p. 105) epistemologicamente seria reconhecer e valorizar outros tipos de conhecimento

Ir além do conhecimento sistematizado, socialmente valorizado. [...] denominado como conhecimento tácito. [...] o trabalhador, ainda que de forma assistemática, produz conhecimento, elabora um saber sobre o trabalho, que não é apenas constituído de noções de sobrevivência e relacionamento na selva competitiva do mercado de trabalho, mas que é também técnico.

Santos (2003, p. 142) sugere a distinção entre saber e conhecimento, apresentando três dimensões: i) o saber pode ser entendido como conhecimento formalizado, construído histórica e socialmente, o que vem a ser o conhecimento científico; ii) o saber tácito, resultante da experiência e das histórias individuais ou coletivas dos indivíduos; iii) como inconsciente do saber, em que são articulados o sujeito do saber e o desejo de saber, presentes nos atos e escolhas que o sujeito faz, trata-se, muitas vezes de um não-saber, por isso não passível de ser nomeado.

Uma grande maioria dos alunos que estudam no ensino noturno (participantes da Educação Básica) é composta por trabalhadores, os quais têm o trabalho como prioridade, uma vez que o contexto social que lhe é típico reafirma a sua iminente necessidade de se manter na busca instantânea pela remuneração que, mesmo de forma precária, lhe permita construir minimamente o seu espaço de existência (ABDALA, 2004). O aluno-trabalhador tem, como perfil, estar inserido do sistema produtivo ou estar temporariamente fora dele. Produz bens materiais que, por muitas vezes, não pode consumir. Nesse sentido, esse sistema assume caráter contraditório, pois a condição de seu desenvolvimento alicerça-se em desigualdade e injustiça. “A apropriação do objeto manifesta-se a tal ponto como alienação que, quanto mais objetos o trabalhador produzir, tanto menos ele pode possuir e mais se submete ao domínio do seu produto, o capital” (MARX, 2005, p. 112).

Esse aluno representa, em algumas regiões do Brasil e em todos os países que compõem o Terceiro Mundo, quase metade da população. Dessa forma, poderá haver uma

tendência crescente desse perfil, caso permaneçam as atuais políticas e práticas educativas, possíveis produtoras da evasão escolar. Mesmo os alunos trabalhadores tendo a sua história e sua cultura acumulada e expressa de várias formas possíveis, elas são desrespeitadas, ignoradas e marginalizadas (MOURA, 2007, p. 112).

Observa-se geralmente que o tipo de trabalho realizado pelos alunos-trabalhadores do Ensino Médio é precarizado, provisório, simples, pouco produtivo, com baixa remuneração e que existe uma distância grandiosa entre os objetivos de vida escolar e vida profissional do aluno-trabalhador. Isso se revela no excerto abaixo:

Talvez a característica mais marcante do aluno do ensino noturno [...] seja sua condição de trabalhador desqualificado e superexplorado ao peso de um salário vil e de uma insuportável dupla jornada de trabalho: a da fábrica, loja ou escritório e a da escola noturna (PUCCI, OLIVEIRA E SGUISSARDI 1995, p. 31).

Segundo Cury (2002, p. 179), a extrema desigualdade socioeconômica significa a exclusão histórica de um grande número de estudantes vindos da classe trabalhadora ou até mesmo miseráveis. A desigualdade medida por instrumentos como o IDH demonstra que “há graves problemas sociais e por isso mesmo não é desprezível o impacto desta situação de fato sobre o conjunto do sistema educacional”. Se 35 milhões de alunos estão matriculados no Ensino Fundamental e apenas 09 milhões estão no Ensino Médio, dos quais 1,8 milhão concluem essa etapa do ensino, “é de se perguntar se pode desconsiderar-se a desigualdade socioeconômica como geradora remota das dificuldades próximas que afetam o desempenho intraescolar dos alunos”.

Pode-se avaliar a demanda do Ensino Médio a partir da análise do grau e série frequentados pelos estudantes. O Ensino Médio corresponde aos adolescentes de 15 a 17 anos. Observa-se que, em 2001, era grande a demanda nas demais faixas etárias: mais de um terço dos jovens de 20 a 29 anos e 25% das pessoas com mais de 30 anos de idade ainda cursavam o Ensino Médio. Essa situação tem sido vista com reflexo direto no mercado de trabalho e de sua exigência em termos de escolarização para as atividades profissionais. Estudar e trabalhar, por muitas vezes, pode interferir na frequência e em seu rendimento escolar. No Brasil, isso é uma realidade. Cerca de 1/3 dos adolescentes de 15 a 17 anos e quase a metade dos jovens de

18 e 19 anos de idade encontravam-se inseridos no mercado de trabalho, em 2001, conciliando estudo e trabalho ou somente trabalhando¹¹.

Segundo discorre Madeira (2004, p. 82), existe cada vez menos possibilidade de entrada dos jovens no mercado de trabalho formal. Paralelo a essas transformações, eles criam novas formas de permanecerem no mercado de trabalho, com base na rotatividade, com maior “propensão de transitar do emprego para o desemprego ou para a inatividade” e, ainda,

Podem-se encontrar jovens com estas características em todos os estratos socioeconômicos, mas eles estão amplamente concentrados em grupos que acumulam múltiplas desvantagens, como baixo nível educacional, minorias étnicas, jovens que moram em lugares distantes dos centros de trabalho, aqueles que convivem com ambientes de transgressão, etc. Ou seja, existe um “núcleo duro” de jovens que acumulam fragilidades sociais e que efetivamente têm dificuldades de entrar e permanecer no mundo do trabalho. Há fortes indícios de que, entre estes jovens, os problemas de empregabilidade tendem a não desaparecer com o tempo, de tal forma que quem acumula este tipo de desemprego está destinado à pobreza. Assim, enfatizam estes estudos, se quisermos efetivamente colaborar para romper o circuito da miséria, o ideal seria que os programas se concentrassem nestes jovens que acumulam desvantagens que comprometem seu futuro e também o do país (MADEIRA, 2004, p. 82, 83).

A renda poderá ser determinante ao acesso à educação do aluno-trabalhador em um padrão de excelência de qualidade educacional. Essa afirmação não quer dizer que se nega as determinações internas que a escola se compromete, pois, qualidade da educação é “um fenômeno complexo, abrangente e que envolve múltiplas dimensões” (DOURADO, OLIVEIRA E SANTOS, 2007, p. 6).

3.3.2 Aluno-trabalhador: trabalho e educação

No século passado aconteceram muitas transformações políticas, sociais e econômicas em todo o mundo. No campo do trabalho, observou-se privatizações, flexibilizações, aumento do desemprego e desregulamentação, com repercussão direta no Ensino Médio, que teve a sua organização impactada pela emergência de noções originárias do mundo empresarial, tais como empregabilidade, competência, competitividade, habilidade e qualidade total (GENTILI, 2008). Essa nova exigência do mercado trouxe a necessidade, para o aluno-trabalhador, de novas habilidades cognitivas e comportamentais:

¹¹ Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001.

[...] análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade diante de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, criticar respostas, avalia procedimentos, resistir a pressões, enfrentar mudanças permanentes, alia raciocínio lógico-formal à intuição criadora, estudar continuamente, e assim por diante (KUENZER, 2002, p. 86).

O dia a dia da prática do aluno-trabalhador contemporâneo é uma experiência formadora, e exige mais que uma postura cartesiana, exige a busca constante do conhecimento, pois ele deve criar e recriar as suas práticas para manter-se produtivo. Segundo Aranha (2000, p. 56), “[...] o capital cria mecanismos através dos quais o trabalhador, no processo de trabalho, não se percebe como um sujeito que cria, transforma e se autotransforma”. [...] é preciso deixar que suas experiências e saberes trazidos do trabalho invadam o espaço escolar, o que implica considerá-lo par dialético com o professor, sem o qual o processo ensino aprendizagem não acontece (FISCHER; FRANZOI, 2009, p. 42).

Um projeto de formação ampla dos trabalhadores deve considerar que estes “criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, sua própria existência” (FRIGOTTO, 2002, p. 13), não no sentido da mera adaptação às demandas empresariais, mas como autocriação. A atuação profissional do trabalhador cria saberes, produz e modifica o trabalho, traz consigo o reconhecimento de que o trabalhador é capaz de pensar e que sua atividade não é totalmente imposta ou previsível. Através da ação socializadora das ideias do trabalhador para com outro trabalhador, produz-se novas ideias, favorecendo a legitimação dos saberes advindos da experiência do grupo. Essa produção coletiva, dinâmica, constrói e modifica a singularidade da atividade de cada sujeito (SCHWARTZ, 2003).

Há a necessidade de se pensar o trabalho como princípio educativo que potencialize os saberes e crie oportunidades, a fim de que esses saberes encontrem espaços de relações com os saberes escolares, no sentido de

Construir uma escola onde se aprenda pelo trabalho e não para o trabalho, contrariando a subordinação funcional da educação escolar à racionalidade econômica vigente [...] fazer da escola um sítio onde se desenvolva e estimule o gosto pelo ato intelectual de aprender, cuja importância decorrerá do seu uso para “ler” e intervir no mundo (CANÁRIO, 2008, p. 80).

A escola, como de resto qualquer instituição social, não pode ser pensada como se existisse autônoma e independentemente da realidade histórico-social da qual é parte. Não pode ser pensada como se estivesse isolada por uma “muralha” do conjunto das demais práticas sociais, mesmo quando os saberes transmitidos são vagos, abstratos, assumindo a aparência de independência ante os condicionantes sociais. Ao contrário, a escola é parte integrante e inseparável do conjunto dos demais fenômenos que compõem a totalidade social (FRANCO, 1991, p. 54).

[...] a identificação dos fins implica imediatamente competência política e mediamente competência técnica; a elaboração dos métodos para atingi-los

implica, por sua vez, imediatamente competência técnica e mediatamente competência política. Logo, sem competência técnica-política não é possível sair da fase romântica (SAVIANI, 2004, p. 64).

"Declaramos que a escola à margem da vida, à margem da política, é falsidade e hipocrisia" (Lênin, 1986, p. 61).

A submissão da escola ao modelo capitalista, segundo Kuenzer (2006), tem como objetivo firmar o projeto do novo modelo de produção, cuja principal característica é a flexibilização. Intensifica ainda mais o domínio do capital, constituindo novas formas organizacionais e de gestão do trabalho como resposta às exigências do mercado, que marca a acumulação do capital. A escola incorpora princípios econômicos, o que resulta na negação de sua própria essência e contradiz a sua principal atividade de instituição formadora, ao gerar condicionantes para a alienação humana, trazendo grandes prejuízos à formação do indivíduo, com reflexo direto na sociedade.

Espera-se que as escolas contribuam efetivamente com o aluno-trabalhador no acesso a um conhecimento que revele a sua condição de sujeito de classe, superando a sua condição de explorado no modo de produção capitalista. "Trata-se de responder ao desafio de criar um sistema educativo em tudo superior ao que o capitalismo foi e é capaz de criar" (ARRUDA, 1987, p. 73).

Schwartz (2003, p. 24) sugere a necessidade de compreender "como nós produzimos a nossa vida na atividade de trabalho". "O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza" (Marx, 1980, p. 202). É "[...] fonte de aquisição de conhecimento, de formação de valores e condutas, nem sempre reforçando a autonomia do trabalhador, mas influenciando decisivamente na sua constituição enquanto cidadão e sujeito histórico-sócio-cultural" (ARANHA 2003, p. 105). Pode-se afirmar que:

[...] O trabalho, como todos os processos vitais e funções do corpo, é uma propriedade inalienável do indivíduo humano. Músculos e cérebros não podem ser separados de pessoas que os possuem; não se pode dotar alguém com sua própria capacidade para o trabalho, seja a que preço [...] deste modo, na troca, o trabalhador não entrega ao capitalista a sua capacidade para o trabalho [...]. (BRAVERMAN, 1987, p. 56).

A relação social que decorre desse modo de produção (capitalismo x trabalho) é uma relação antagônica em que se confrontam os detentores dos meios de produção e da força de trabalho. Nessa relação, de um lado, os que possuem o capital se apropriam da mais-valia mediante a exploração da força de trabalho; de outro lado, os trabalhadores vendem a sua própria força de trabalho para subsistirem, – porém isto implica em manter a relação de produção estabelecida no capitalismo (FÉLIX, 1989, p. 37).

O pensamento percebido na produção do trabalho é uma relação entre o capital e o trabalho, e que é através dessa relação que se pode definir o homem trabalhador e as suas relações em sociedade. Arroyo (2001, p. 1) desafia a incorporar o trabalho à interação com a escola e atribui significado a partir do olhar para o trabalho e para o trabalhador: “Se na pequena pedagogia escolar pouco avançamos, na grande pedagogia do trabalho e da práxis social houve grandes avanços”.

Em outra visão sobre o trabalho, Corrochano (2004, p. 441), ao concluir a sua pesquisa com alguns operários brasileiros, considera relevantes algumas características, ao comentar sobre o valor do trabalho: i) o trabalho era visto positivamente como uma possibilidade de proporcionar a independência pessoal, pois trabalhar significava poder sair da esfera doméstica, relacionar-se socialmente e ter uma renda própria independente do provedor da sua família; ii) dignidade, associada à possibilidade de prover a sua família com os meios necessários para sobreviver de maneira honesta; iii) o trabalho como meio de realização pessoal, enfatizado por jovens mais escolarizados, atribuído à idealização de um futuro profissional que proporcionasse prazer e não encarado, apenas, como um meio de sobrevivência.

Schwartz (2000) apresenta seis ingredientes que constituem as competências da atividade na indústria e compõem as aprendizagens advindas das experiências de trabalho:

- i) a apropriação do saber formal, codificado e estocado nas normas e regras do trabalho;
- ii) a singularidade que se constitui nas experiências corporais e espirituais adquiridas no trabalho, pelo trabalhador;
- iii) “uso de si por si mesmo”, que é a capacidade de dialética entre os dois primeiros, na medida em que permite o confronto de regra e a tomada de decisões na resolução de problemas;
- iv) a implicação necessária no trabalho e a dinâmica de singularidade do trabalhador que perpassa a atividade industrial;
- v) a motivação para a aprendizagem, as quais favorecem a cooperação entre colegas na realização de tarefas;
- vi) a capacidade de articulação entre o individual e o coletivo de trabalho, o que implica em autoavaliação e avaliação dos pares, em busca de ajustes das estratégias coletivas de ação.

Quanto mais são discutidas as propostas relacionadas ao aluno-trabalhador, menores serão as decepções e maiores as conquistas em seguir buscando um caminho mais promissor para a superação das imposições do capital.

A superação da visão meramente reprodutora de saberes baseados na experiência da escola, do trabalho e no cotidiano, considerando as condições materiais, as relações sociais e as situações vividas na relação trabalho e educação traduz-se na possibilidade de emancipação pessoal e profissional. Nesse sentido, o conhecimento deve ser priorizado conforme o interesse do aluno-trabalhador, como uma possibilidade emancipatória contra o sistema hegemônico que quer manter o *status quo* a qualquer preço. Essa superação poderá contribuir para a permanência do aluno-trabalhador no ambiente escolar.

Esta Seção finaliza observando que as marcas deixadas na história educacional brasileira, através da Educação Profissional Técnica, revelam a sua importância e a sua necessidade para o aluno-trabalhador, bem como seus problemas e limites. Percebe-se que as leis que subsidiam esses caminhos, em sua maioria, estão subordinadas aos ditames do modelo econômico vigente, o “capitalismo”, deixando de lado as proposições apresentadas pelas organizações de trabalhadores, juntamente com os movimentos sociais e aceitando as imposições feitas pelos órgãos internacionais, empresarias e políticos.

Isso corrobora para que todos, ou quase todos os determinantes que complementam essas leis se direcionem para que a Educação Técnica Profissional comporte-se dentro do que hoje é solicitado pelo mercado de trabalho, ou seja, uma educação aligeirada e fragmentada com base no taylorismo/fordismo e na pedagogia das competências, as quais podem ser entendidas como estratégias neoliberais de gestão da força de trabalho.

A Educação Profissional Técnica no Brasil ainda se apresenta como uma necessidade, principalmente para a classe trabalhadora que, diante do que está posto, não pode esperar a chegada a uma condição adequada, onde se possa ter uma educação omnilateral, politécnica, desinteressada e inteira, para então se pensar em uma educação para a formação intelectual e profissional.

Pode vir a acontecer, então, a superação do pensar mínimo do trabalho, um posicionamento em uma luta contra-hegemônica capaz de estar preparado para assumir posições de liderança, quando necessário. Assim, a educação inteira que comenta Araujo (2012, p. 524) poderá levar o aluno-trabalhador, em sua ação diária, em atividades intelectuais e produtivas, à superação das capacidades momentâneas características da Educação Profissional Brasileira.

“Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente que os homens fazem do mundo, com o mundo e com os outros” (FREIRE, 2005, p. 67). Essas palavras de Freire descrevem intimamente o que se pensa sobre o saber na escola e fora dela. Discutir o aluno-trabalhador e a sua relação entre trabalho, educação e saberes são

reflexões necessárias e apontam que entender o aluno-trabalhador permanece como desafio para os educadores, além de que se deve retomar esse debate no campo da educação, problematizando-o.

Não se pode desvincular o problema escolar do problema político. A escola, por atender a uma demanda que, por muitas vezes, não é de sua responsabilidade, desgasta-se, assumindo funções que mantêm a ordem vigente. Esse modelo de escola deve ser superado, no sentido de a mesma agir como um espaço de reflexão e emancipação, com um olhar histórico-social capaz contribuir para a superação da exploração do aluno-trabalhador.

Diante das referências percorridas nessas Seções, será demonstrada a pesquisa empírica embasada nestes pensamentos, que hora poderão se aproximar, hora poderão divergir.

4 EVASÃO E PERMANÊNCIA DO ALUNO-TRABALHADOR DO IFAP/SANTANA

Nesta Seção, começa-se a aprofundar as investigações sobre a evasão e permanência do aluno-trabalhador do IFAP/Santana – Amapá, por meio da análise dos dados coletados nas entrevistas. Os sujeitos da pesquisa foram identificados como: P1, P2, P3, P4 para os permanentes e E1, E2, E3 e E4 para os evadidos.

Utilizou-se o método qualitativo para analisar as entrevistas com oito alunos-trabalhadores, *corpus* desta pesquisa. Seus depoimentos foram tratados com os procedimentos de análise de conteúdo – técnica empírica utilizada em tratamento de pesquisas qualitativas e quantitativas. Isso compreende a codificação e a inferência, a fim de conhecer aquilo que está por trás do significado das palavras. Esse método é utilizado por psicólogos, sociólogos, linguistas, psicanalistas, historiadores, políticos, jornalistas e outros. Adotando as compreensões de Bardin (2011, p. 48), entendemos como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Com isso, compreende-se a “análise do conteúdo como um “conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2011, p. 15), onde a pesquisa é analisada em quatro partes distintas: i) história e teoria (perspectiva histórica); ii) parte prática (análises de entrevistas, de comunicação de massa, de questões abertas e de testes); iii) métodos de análise (organização, codificação, categorização, inferência e informatização das análises) e; iv) técnicas de análise (análise categorial, de avaliação, de enunciação, proposicional do discurso, de expressão e das relações). Além disso deve

Ultrapassar as incertezas e o enriquecimento da leitura, tendo por base um modelo formal calcado na necessidade de descobrir, pelo questionamento: O que vejo por exemplo na mensagem está realmente contido nela? Outros podem compartilhar a minha visão ou ela é muito pessoal? Ela vai além das aparências? (IBDEM, p. 29).

Nessa direção, Berelson (1984, p. 18) acrescenta que a “análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que visa a uma descrição do conteúdo manifesto de comunicação de maneira objetiva, sistemática e quantitativa. Rodrigues e Leoparde (1999) também discorrem que a “técnica de análise de conteúdo refere-se ao estudo tanto dos conteúdos nas figuras de linguagem, reticências, entrelinhas, quanto dos manifestos”. E Bardin (2011, p. 123) acrescenta a necessidade de cuidados no tratamento os dados, pois “Nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem e, nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o próprio universo (e, portanto, o alcance da análise) se este for demasiado grande”. Portanto, enfatiza-se que o pensamento de Bardin (1911) quanto à análise de conteúdo¹² foi imprescindível à interpretação dos dados de nossa pesquisa, sobretudo porque possibilitou a organização e o tratamento dos dados da pesquisa em quatro categorias temáticas¹³ que envolvem o aluno-trabalhador: i) a perspectiva de entrada no curso técnico subsequente; ii) causas determinantes para a sua permanência; iii) causa determinantes para a sua evasão; iv) expectativas e percepções pela conclusão do curso. Essas quatro categorias possibilitaram a possível compreensão e visualização da constituição de suas identidades como educandos.

Serão analisadas, a seguir, essas referidas categorias, onde a finalidade é investigar a percepção dos alunos acerca das causas da evasão e permanência do aluno-trabalhador do Ensino Técnico Profissional em Nível Médio Subsequente no IFAP/SANTANA – AMAPÁ – ANO 2015 e verificar os objetivos específicos deste estudo: identificar e analisar as múltiplas causas que se relacionam com a evasão de estudantes-trabalhadores em Cursos Técnicos Subsequentes do IFAP/Santana; e identificar e analisar as múltiplas causas que se relacionam e contribuem para a permanência de estudantes-trabalhadores em Cursos Técnicos Subsequentes do IFAP/Santana.

4.1 A PERSPECTIVA DE ENTRADA NO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE

No que se refere à entrada dos estudantes no Curso Técnico Subsequente, os dados revelam diversidades nas causas que levam o aluno-trabalhador a participar do Curso Técnico Subsequente no IFAP/STN. Dentre esses motivos está a grande preocupação com o trabalho; veem o Curso como uma possibilidade de ascensão profissional e social; de suprir as

¹² Técnica aplicada inicialmente nos Estados Unidos há mais de 50 anos como instrumento da análise das comunicações.

¹³ Segundo Olabuenaga e Ispizúa (1979), a categorização é, portanto, uma operação de classificação dos elementos de uma mensagem seguindo determinados critérios. Ela facilita a análise da informação, mas deve fundamentar-se numa definição precisa do problema, dos objetivos e dos elementos utilizados na análise de conteúdo.

expectativas criadas pelas famílias; veem, ainda, como uma forma de desvincular-se financeiramente da família e obter a sua autonomia pessoal; observam a possibilidade de aprendizagem de outro idioma; vislumbram uma estratégia de continuação da sua formação, além de servir como reforço dos seus estudos anteriores. Tais causas estão na origem das expectativas que motivam o aluno-trabalhador do IFAP/STN a inscrever-se nos mesmos.

Quanto a essa diversidade de causas que os levam a fazer um Curso Subsequente no IFAP/STN, observe-se o que o Aluno P1 considerou ao falar sobre sua entrada no Curso:

Pelo fato deles (o Curso Técnico Subsequente), tratarem com idiomas estrangeiros e negociação que é uma coisa que eu gosto muito também, uma das minhas primeiras intenções de estudos foi, relações internacionais e geografia, aconteceram algumas coisas que não deu certo pra eu cursar nenhum dos dois, aí eu fui pra área da tecnologia, porque é uma área que tu pode unir o teu lazer (hobby) junto com o estudo, por isso eu fiz ciência da computação, mas eu penso em aliar a tecnologia com as negociações com as relações internacionais. **Quando eu vi o curso e observei que tinha inglês, espanhol, francês,** até a parte de contabilidade, eu comecei me interessar e na mesma hora que eu vi, me inscrevi pelo fato que é algo que me atraía bastante (grifo nosso).

Conforme o depoimento desse estudante, nota-se a importância que ele destaca em falar um idioma a mais, principalmente o francês. Para os trabalhadores do Estado do Amapá, esse idioma torna-se necessário em virtude de esse Estado ter fronteira com a Guiana Francesa, o que é considerado como um facilitador do comércio, da cultura e até de laços familiares entre amapaenses e guianenses.

Em relação a esta necessidade estratégica, a Agência Amapá discorre que a Guiana Francesa é um departamento da França na América do Sul, fronteira com o Brasil, tendo no Amapá o seu parceiro preferencial no projeto de cooperação regional. A integração sociocultural é uma realidade em competições esportivas e festivais, chegando estas relações de proximidade até a laços familiares. Os brasileiros que residem na Guiana constituem 4% da população. O acordo transfronteiriço regulamentado entre Brasil e França trouxe um intenso comércio de subsistência entre os dois países.

Essa fronteira é a única área onde existe a real possibilidade de integração produtiva local entre o Brasil e a União Europeia, devido à produção semimanufaturada de um lado poder ser finalizada no outro lado da fronteira, com a obtenção de benefícios fiscais e

financeiros. Produtos finalizados na Guiana Francesa podem adquirir o status de produto da União Europeia.¹⁴

Destaca-se como outra causa que leva o estudante ao Curso Subsequente o fato da necessidade de continuar a estudar. Isso é revelado no depoimento da Aluna P3, quando esta destaca que:

Terminei o Ensino Médio e não queria ficar parada. Eu me inscrevi no SISU da UNIFAP (Universidade Federal do Amapá), passei em Artes Visuais, eu não queria, mas eu fui me matricular, como coincidia o horário do Curso do IFAP/STN, tive que mudar o horário do IFAP/STN para a noite, [...] fiquei estudando na UNIFAP à tarde (ALUNA, P3, grifo nosso).

O jovem que conclui o Ensino Médio, por vezes, pensa na possibilidade de chegar, o mais breve possível, a uma formação profissional. O curso técnico pode ser esse caminho. A velocidade da renovação das profissões que acontece no mercado de trabalho, aliado às incertezas sociais e econômicas, podem lhes trazer uma grande instabilidade, pois o contexto laboral presente exige constante qualificação e técnica.

Sobre essa velocidade da renovação e constante qualificação da força de trabalho, Alarcão (1998) enfatiza que a formação continuada é um processo dinâmico por meio do qual, ao longo do tempo, um profissional vai adequando a sua formação às exigências de suas atividades profissionais ao mercado de trabalho. Nesse sentido, Novoa (1992, p. 25) comenta que a formação é um trabalho de reflexão crítica e a reconstrução permanentemente de uma identidade pessoal, por isso há a necessidade de dar um *status* de saber à experiência.

No que se refere à busca pelo Curso Técnico Subsequente do IFAP/STN, o Aluno P4 ressalta que seu interesse por esse Curso está relacionado à sua vontade de reforçar seus estudos anteriores:

Então, eu já tenho formação em Engenharia de Produção, pela UEAP (Universidade do Estado do Amapá). A escolha do curso técnico era pra dá suporte à minha graduação, um complemento para minha formação, é outra questão que eu busquei[...], eu vi uma oportunidade de estudo no curso e também conseguir um estágio no setor privado, já que o meu estágio da graduação foi realizado em empresa pública.

O Aluno P4 estagiou em empresa do setor público, o que pode ser considerado uma realidade fora dos padrões que pede o mercado de trabalho atual. As empresas privadas que

¹⁴ <http://ageamapa.ap.gov.br/interno.php?dm=474> acesso: 11.08.2017

representam o sistema neoliberal exigem uma dinâmica laboral multifuncional, o que, com raras exceções, acontece no momento do estágio do graduando realizado nas empresas públicas.

Gentili (1996, p. 9) ressalta que essa dinâmica multifuncional requerida ao trabalhador contemporâneo é

Um complexo processo de construção hegemônica, [...] como uma estratégica de poder que se implementa em dois sentidos articulados: por um lado, através de um conjunto razoavelmente regular de reformas concretas no plano econômico, político, jurídico, educacional etc. e, por outro, através de uma série de estratégias culturais orientadas a impor novos diagnósticos acerca da crise e construir novos significados sociais a partir dos quais legitimar as reformas neoliberais como sendo as únicas que podem (e devem) ser aplicadas no atual contexto histórico de nossas sociedades.

Esse processo hegemônico serve cada vez mais para a imposição dos ditames neoliberais, com suas regulações, com seus diversos objetivos estratégicos de poderio e para a submissão das pessoas à aceitação das orientações por eles determinadas. Nesse sentido, o “fazer” adquirido no curso técnico como complementação do curso superior pode ser meramente um desejo mercadológico.

A realidade vem demonstrar que a junção do curso técnico com a graduação corrobora para criar novas possibilidades de atuação profissional: “Eu fiz Ciência da Computação, eu penso em aliar a tecnologia às negociações e às relações internacionais” (ALUNO P1). Isso possibilitará ao novo técnico novas habilidades e possibilidades no mercado de trabalho.

Essas habilidades, inicialmente, são empregadas no ambiente educativo através das teorias sistemática e metódica sobre os temas abordados no Curso Técnico Profissional. São realizadas quase sempre de forma oral entre professor e aluno. Esse saber se tornará visivelmente concreto no momento da realização da sua prática, e deve ser a demonstração que o educando aprendeu em sala de aula. É a confirmação do “saber ser”. A teoria e a prática são movimentos que atuam com o mesmo objetivo, este capaz de levar a compreensão e a realização da tarefa prescrita nas atividades profissionais.

Diante dessa realidade, o mercado de trabalho do Estado do Amapá requer profissionais e técnicos com capacidades e habilidades prontas para o exercício de suas atividades laborais. No contexto de dificuldades econômicas que passa o restante do Brasil, o mercado amapaense contradiz essa realidade, com inúmeras possibilidades de trabalho que estão sendo criadas pelas empresas nacionais e internacionais juntamente com o Governo do Estado do Amapá.

Pode citar-se, como principais destaques no mercado de trabalho: a Zona Franca Verde (ZFV); acordos internacionais – Brasil e China; a exploração do petróleo na costa amapaense; a produção e exportação da soja, que desponta como um novo mote comercial do Amapá; a própria exploração mineral, principalmente o ouro, cuja extração é uma constância, enquanto que a extração do manganês, no momento, se encontra quase paralisada, podendo ser retomada a qualquer momento, a depender do comportamento do comércio internacional, principalmente o comércio chinês, que é o maior comprador dessas *commodities*.

a. Zona Franca Verde (ZFV)

As Cidades de Macapá e Santana fazem parte da¹⁵ Zona Franca Verde (ZFV), projeto do Governo Federal voltado ao desenvolvimento socioeconômico das Áreas de Livre Comércio (ALCs). Criada pela Lei n.11.898/2009 e regulamentada pelos Decretos n. 8.597, de 18 de dezembro de 2015, e n. 6.614, de 28 de outubro de 2008, tem o objetivo de estimular a industrialização na Amazônia, com a garantia da sua preservação, além de valorizar o aproveitamento de sua biodiversidade, contribuindo para que a matéria-prima regional se torne a base para o desenvolvimento sustentável, com produção de alto valor agregado e garantia de geração de emprego e renda na Amazônia (GOUVEIA, 2016, p. 5). A “Zona Franca Verde é um novo incentivo, concedido pelo Governo Federal, para produção industrial nas Áreas de Livre Comércio com preponderância de matéria-prima de origem regional, prevendo a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)”.¹⁶

O incentivo é para produtos em cuja composição haja a preponderância de matéria-prima regional, de origem vegetal, animal ou mineral, resultante de extração, coleta, cultivo ou criação animal na região da Amazônia Ocidental e do Estado do Amapá. É um marco regulatório estratégico para a área de atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), que atua como incremento da indústria de transformação e que repercute na união dos estados da Amazônica Brasileira (GOUVEIA, 2016, p. 5).

b. Carta de Intenção China e Amapá

A Carta de Intenções assinadas entre investidores da China e do Amapá traz “vantagens, como a questão do marco regulatório para empresas estrangeiras, a Zona Franca Verde (ZFV), a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), além das leis que nos amparam

¹⁵ ALCs de Tabatinga, no Estado do Amazonas; Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia; Macapá e Santana, no Estado do Amapá; Brasileira/Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre; e Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima.

¹⁶ <http://site.suframa.gov.br/assuntos/zfv> acesso 11.07.2017.

na atração desses investidores” (Waldez Góes, Governador do Estado do Amapá). A posição geográfica do Amapá, localizado no Extremo Norte do Brasil, é favorável ao Estado, já que o Amapá possui o porto mais próximo da Europa, localizado na cidade de Santana. Com isso, facilita-se o comércio entre o Amapá e a China. “Somos um grupo de mais de 50 empresas e temos o Amapá como referência para investimentos nas áreas de mineração, construção de rodovias, ferrovias e portos no Estado” (Nur Aldin Zhang, presidente da Sociedade Cooperadora Brasil-China).¹⁷

c. Exploração do Petróleo

A previsão para o início da exploração do petróleo no Amapá é para o ano de 2018, segundo representantes de empresas petrolíferas que participaram, nesta quarta-feira (17.06.2015) de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) sobre os frutos da licitação dos blocos exploratórios de petróleo e gás na Bacia do Amazonas. Conduzida pelo presidente da Comissão, senador Davi Alcolumbre, a reunião contou com a participação de representantes da Petrobrás, da Agência Nacional do Petróleo (ANP) da Queiroz Galvão, a British Petroleum/BP e a TotalCom¹⁸. Somente a British Petroleum irá investir no mínimo R\$ 1, 624 bilhões no Amapá, com a previsão para início de 2018, é uma das três empresas que venceram a licitação que leiloou 14 blocos para exploração de petróleo em maio de 2013¹⁹.

d. Produção e Exportação da Soja

A Produção de soja no Amapá ainda se encontra incipiente, mas em grande expansão. A lavoura atual é de 19 mil hectares, podendo chegar a 400 mil hectares. A movimentação financeira em 2017 está prevista em R\$ 60 milhões. O Porto da Cidade de Santana é o grande beneficiado por onde irá passar toda essa produção²⁰.

e. Extração do Ouro

Quanto à exploração do ouro, que sempre continua ativa, esta pode intensificar-se ainda mais com a chegada da mineradora japonesa Sumitomo Corporation, que atua no segmento de mineração desde 1991. Instalada no Amapá em 2016, busca no Estado a

¹⁷ <http://www.diariodoamapa.com.br/2016/09/10/governo-do-estado-do-amapa-firma-parceria-com-investidores-da-china/> acesso: 11.07.2017.

¹⁸ <https://www.brasil247.com/pt/247/amapa247/185461/Petr%C3%B3leo-Produ%C3%A7%C3%A3o-no-Amap%C3%A1-pode-come%C3%A7ar-em-2018.htm> acesso 11.07.2017.

¹⁹ <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/06/empresa-preve-iniciar-exploracao-de-petroleo-na-costa-do-amapa-ate-2018.html> acesso: 11.07.2017.

²⁰ <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/producao-de-soja-no-amapa-pode-movimentar-r-60-milhoes-em-2017.ghtml> acesso: 11.07.2017.

obtenção de Licença de Operação para Pesquisa Mineral – para possível exploração de ouro. A referida mineradora apresentou, à Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá, o seu projeto de investimentos, inicialmente na etapa de pesquisa e sondagem, com previsão de aplicação de cerca de US\$ 4 milhões nas atividades desta fase durante o ano de 2017²¹.

Estes segmentos de atividades econômicas são considerados principais. Poderia citar-se, ainda, o comércio local como ponto de destaque na economia amapaense.

Observa-se, portanto, que o aluno-trabalhador, ao entrar no Curso do IFAP/STN tem, como perspectivas iniciais: econômica, de realização pessoal e dar continuidade aos estudos. Essas questões serão confrontadas na subseção 4.3.

4.2 VARIÁVEIS DETERMINANTES PARA EVASÃO E PERMANÊNCIA DO ALUNO-TRABALHADOR DO IFAP/STN

Neste tópico serão analisados os dados da pesquisa, unindo as seguintes categorias temáticas: evasão e permanência, pois as mesmas nos proporcionam um olhar dialético que possibilita ver a realidade em suas contradições, facilitando a melhor compreensão da totalidade do tema estudado.

A educação é um direito social assegurado na Constituição Federal Brasileira (CF-1988), no seu artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”, “Ter garantidas as condições de permanência, tendo em vista seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

O que se observa nesta pesquisa, conforme apontam os dados a seguir, é que o direito à educação no estado do Amapá não acontece em sua plenitude e que a evasão escolar continua preponderante no IFAP/STN.

As causas da evasão do aluno-trabalhador são difíceis de serem identificadas, e possui uma natureza multicausal, assim apontam Lüscher e Dore (2011, p. 151), pois cada causa subdivide-se em muitas outras e, no conjunto, compõem o quadro escolar que favorece a evasão do aluno-trabalhador. “[...] a evasão é influenciada por um conjunto de causas que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive”.

²¹<https://www.diariodoamapa.com.br/2017/05/03/mineradora-quer-implantar-pesquisa-para-exploracao-de-ouro-no-amapa/> acesso: 11.07.2017.

Identificar as causas percebidas pelos alunos do IFPA/STN é socialmente necessário e relevante teoricamente, pois favorece o aprofundamento do reconhecimento desse fenômeno.

A seguir, serão abordadas as variáveis consideradas mais importante na presente pesquisa, as quais são causadoras da permanência e da evasão do aluno-trabalhador: trabalho; família; infraestrutura da escola; convivência; e estágio. Segundo Marchesi (2006, p. 15), essas causas encontradas no sistema educacional são oriundas, em sua maioria, das “próprias contradições que, sem dúvida, se tornam mais visíveis e, inclusive, se agravam no momento atual”.

4.2.1 Trabalho

Trabalhar e estudar são necessidades que obrigam muitos alunos-trabalhadores a vivenciarem esta realidade simultaneamente, pensando em melhorar as suas vidas tanto economicamente como em conhecimento. No Brasil, diversas pesquisas apontam que a evasão escolar é influenciada pela necessidade de o jovem entrar no mercado de trabalho, seja para colaborar com o orçamento familiar, seja para o seu próprio sustento (ARROYO, 1993). Isso também foi verificado na presente pesquisa. Nas palavras dos alunos-trabalhadores, trabalhar e estudar torna-se cansativo e difícil de conciliar:

Estudar por si só, já é uma barra bem complicada [...], manter os dois (estudo e trabalho) é um pouquinho difícil, tem que sair de um para ir para outro (ALUNO E3, grifo nosso).

Eu já passei por esta experiência, **atualmente eu não estou trabalhando**, mas eu já tive essa experiência de **trabalhar e estudar ao mesmo tempo. É um desafio muito grande tentar conciliar trabalho e estudo porque é uma preocupação dupla, ou você se preocupa com seu trabalho, ou com os estudos**, aí quando vai tentar conciliar toma muito tempo que era para está descansando, estudando ou planejando alguma coisa para o trabalho. Fica até altas horas estudando para não se prejudicar em provas. Teve gente que eu conheço que fazia isso, se dava mal em muitas disciplinas, ficava com disciplinas pendente justamente por causa do trabalho, mas comigo eu tive que dá uma pausa no trabalho para continuar o estudo porque não estava dando para conciliar (ALUNO P1, grifo nosso).

A meu ver, a questão de **poder conciliar (o trabalho com o estudo) logo no início dá, mas com o tempo vai chegando o cansaço, aquele aluno já não estuda direito**, aí vem as atividades do estudo né? [...] então conforme vai passando o tempo e o trabalho de todos os dias, o cansaço vai tomando conta. É minha visão (ALUNO P4, grifo nosso).

A fala do Aluno E3, “estudar por si só, já é uma barra bem complicada”, demonstra a grande dificuldade que os alunos trabalhadores do IFAP/STN encontram devido à diversidade de suas condições financeiras, aprendizagem, dentre tantas outras. “Em um país historicamente demarcado por forte desigualdade social” (DOURADOS, 2005, p. 5), que

circunda as suas vidas, podem os mesmos pensar em ir além, e questionar qual sociedade que se quer construir?

Observa-se que o aluno que estuda e trabalha, em grande parte, necessita manter-se no emprego e, por considerar essa rotina “uma barra pesada” para a sua vida diária, acaba por desistir da escola e manter-se no trabalho, necessário para a sua sobrevivência, tornando-se mão de obra precária, executando tarefas simples, não produtivas e de baixo valor, como sugere o capital, a fim de maximizar os seus lucros e minorar os seus custos, como dizem Nery (2009), Libâneo (1994, p.44) e Abdala (2004).

Se a atividade de produção do trabalho estivesse a serviço dos trabalhadores, seria necessário construir condições para que esse trabalhador permanecesse na escola e no trabalho, garantindo seus direitos e evitando, assim, a evasão escolar do aluno-trabalhador.

O Aluno P1 relata: “atualmente eu não estou trabalhando [...] trabalhar e estudar ao mesmo tempo é um desafio muito grande tentar conciliar trabalho e estudo, porque é uma preocupação dupla, ou você preocupa-se com seu trabalho, ou com os estudos”. Nesta pesquisa, dentre todos os alunos pesquisados, somente o Aluno P1 parou de trabalhar para se dedicar somente aos estudos. Dessa forma, pode-se observar que são raros os casos em que o aluno tem possibilidade de sair do trabalho para dedicar-se somente aos estudos.

Trabalhar e estudar são atividades que, na sociedade atual, parecem ser contraditórias, quando, pelo contrário, trabalho e educação são atividades humanas vitais. Na sociedade de classes a permanência do aluno-trabalhador na escola parece ser antagônica com a atividade que permite a sua manutenção financeira. O estudo e “[...] o trabalho parecem ter invadido todos os poros da vida, ocupando parte do tempo e das preocupações do trabalhador [...] Araújo (2009, p. 48) e torna-se um desafio ao aluno da classe trabalhadora manter-se no trabalho e permanecer na escola”.

O aluno-trabalhador P4 afirma que “poder conciliar (o trabalho com o estudo) logo no início dá, mas com o tempo vai chegando o cansaço, aquele aluno já não estuda direito”. Siqueira (2017, p. 227) afirma que trabalhar e estudar são necessidades contraditórias e de sobrevivência de muitos trabalhadores.

Os Alunos E3, P1 e P4 afirmam ser o trabalho a causa com maior expressão na evasão do aluno-trabalhador do IFAP/STN, o que é corroborado pelas pesquisas por nós estudadas. Nesta perspectiva, Eurydice (1994); Oecd (2003, 2004) afirmam que as bibliografias sobre evasão escolar apontam a dificuldade de o aluno-trabalhador manter-se na escola e no trabalho. Isso traz como consequência a evasão e a baixa qualificação apresentada pelos jovens em sua tentativa de entrada no mercado de trabalho. Segundo Nosella e Azevedo

(2009, p. 26), a inserção no mercado de trabalho é vista como uma das causas que levam à evasão, e que “a estrutura dualista na sociedade ainda manifesta-se ‘horizontalmente’, distinguindo e separando aqueles que continuam os estudos em busca da ciência, daqueles que são obrigados a deixar os bancos escolares pelas bancadas de trabalho”.

O estudo de Neri (2010, p. 26 e 27) vem pontuar que a necessidade de entrar no mundo do trabalho se acentua conforme o aumento da idade do aluno. Com base nos microdados do PNAD (2006/IBGE), ele demonstra a evolução da permanência escolar e as taxas de trabalho dos 13 aos 30 anos de idade. De acordo com a análise, aos 13 anos de idade, 97% dos pesquisados estudam e 10% trabalham. Aos 18 anos, a taxa de permanência escolar passa a ser de 53% e a de trabalho 54%. Aos 30 anos, enquanto 10% dos pesquisados estudam, 74% trabalham.

4.2.2 Família

A família tem ocupado, historicamente, um espaço de grande expressão no debate da evasão escolar, dentro e fora do ambiente educacional. A legislação brasileira determina que a família seja corresponsável, juntamente com o Estado, na promoção da educação. As discussões sobre evasão escolar, em parte, têm tomado como ponto central de debate o papel tanto da família quanto da escola (DIAS, 2013, p. 9).

Além da necessidade de trabalhar, os educandos citam a família como outra causa que interfere na evasão e na permanência do aluno da escola, conforme relatado abaixo:

Foi um **problema de família**. E com isso eu me ausentava muito na semana, as vezes ia duas vezes na semana, não tinha condições de ir, o cansaço não deixava, apesar que eu estudava a tarde, era uma hora bem complicada que a gente entrava, uma hora da tarde, na hora daquele sol quente (ALUNO E1, grifo nosso).

Na minha visão as causas de evasão e desistência: **Teve aluno que foi problema de família**, faltava bastante, tentou voltar, mas não deu certo, parece que estava tendo problema com a justiça, a gente não entendeu muito bem, mas tentou voltar, não deu certo, não quis mais, estava comprometido demais as matérias (ALUNO P1, Grifo nosso).

[...], **aí tem os problemas que acontece na família também. As vezes o aluno precisa faltar durante uma semana, duas semanas**, se atrapalha com os trabalhos (do curso), acumula, depois tem que repor tudo isso (ALUNO P4, Grifo nosso).

Outra situação foi de alunas que tinham filhos, tinham muitos problemas em relação a saúde deles, então acabavam desistindo por causas dos bebes. (ALUNO P1, grifo nosso).

A fala dos Alunos E1, P1 e P4 nos transmite a ideia de que a ausência, motivo aqui não especificado, é devida a causas familiares. Essa ausência leva à evasão. Outra questão,

citada na fala do Aluno P1 como problemas familiares é a ocorrência de doença nos filhos de algumas alunas, o que é um determinante de suas evasões da escola.

Brandão (1983), em sua obra “Casa de escola: cultura camponesa e educação rural” aponta a família como a causa mais determinante da evasão e da permanência escolar [...] ou seja pelas condições de vida que a família oferece. Coleman (1988) discorre que a qualidade das relações que os pais mantêm com os filhos, com outras famílias e com a própria escola pode causar a permanência ou a evasão escolar.

Questões que associam o estudante aos familiares, Rumberger (2011) chama de “causas contextuais”, o que foi verificado em seu estudo empírico, oriundo de disciplinas das Ciências Sociais. Essas causas interferem e podem levar o educando à desistência do estudo, e com isso aumentar ainda mais a desqualificação da mão de obra e, conseqüentemente, a sua desvalorização e exploração pelo mercado de trabalho. Problemas familiares vivenciados pelos educandos denunciam a falta de políticas públicas educacionais capazes de devolver as possibilidades de manutenção do aluno no ambiente escolar.

De acordo com Queiroz (2011, p. 02), “dentre os fatores externos relacionados à questão da evasão escolar são apontados o trabalho, as desigualdades sociais, a criança e a família”.

As percepções dos alunos-trabalhadores acima citadas, quanto a questões familiares aqui em destaque, foram contempladas em nossa revisão bibliográfica: Seção 2, citado por Costa (2016), Silva (2009) e Nacísio (2015); Seção 3, citada por Bourdieu e Passeron (1975).

4.2.3 Infraestrutura do IFAP/STN

Pode-se perceber a ausência de democracia nas afirmações dos Alunos P1, P2, P4, E1, E2, E3, ao afirmarem que a infraestrutura do IFAP/STN apresenta falhas como: falta de biblioteca, laboratório sem espaço adequado, muitos computadores que não estavam funcionando, salas de aula desconfortáveis, centrais de ar que não funcionam, instalações elétricas precárias, prédio alugado, goteiras. “A gente tinha que improvisar tudo” (ALUNO P1), “na época que eu estudei ainda estávamos na estrutura provisória (a nova estrutura estava em construção), estávamos em um prédio alugado, ele era pequeno, as salas não eram tão grandes, a gente ficava apertado e tudo, mas dava para gente estudar(...) tínhamos o básico necessário” (ALUNO E1).

Essas questões foram corroboradas na Seção 1 (Pesquisa na Plataforma Sucupira/CAPES/2013/2106) por Narcísio (2015), que adjetivou como “estrutura física da

escola deficitária” e por Souza (2014), que constatou “que os fatores que favorecem ou dificultam a permanência escolar estão intimamente relacionados aos aspectos internos das instituições [...], os recursos e estruturas físicas escolares”. Segundo Libâneo *et al* (2008), espera-se que as construções, os mobiliários e o material didático sejam adequados e suficientes para assegurar o desenvolvimento do trabalho pedagógico e favorecer a aprendizagem e, dessa forma, evitar a evasão.

Porém, pode-se perceber que a infraestrutura por si mesma não garante a permanência do educando em sala de aula. Também não garante a qualidade do aprendizado. Não são requisitos suficientes, apesar de necessários, para manter o aluno na escola. Para que isso aconteça, se torna necessária a interação entre educando, infraestrutura e coerência de sua utilização (FRANCO E BONAMINO, 2005).

A má estrutura das instituições de ensino é um problema crônico que leva ao “[...] encadeamento reprovação/repetência/evasão do aluno” (MARIN, 1998, p. 10). Nessa condição “é necessário intervir não só diretamente como indiretamente através da realização de um ambiente apto e conforme as necessidades que exige o desenvolvimento dos educandos.” (Marx *apud* LOMBARDI, 1972, p. 75). De forma complementar, escolas com pior qualidade, segundo a percepção do próprio aluno, tendem a possuir maior índice de evasão (HANUSHEK; LAVY; HITOMI, 2006).

As pesquisas internacionais apontam que a condição da infraestrutura das escolas nos países desenvolvidos não determinam a qualidade do ensino e a permanência do aluno em sala de aula. Estudos como o relatório de Coleman (1996) e a pesquisa de Hanushek (2003) sobre o desempenho dos educandos nas escolas americanas apontaram que os fatores que mais influenciam o desempenho dos alunos são os relacionados ao *background* familiar do aluno, enquanto nos países em desenvolvimento o efeito da infraestrutura é mais significativa, como é o caso do Brasil, conforme afirmam Heynemen e Loxley (1983), a partir de uma amostra de 29 países da África, Ásia, América latina e Oriente Médio (SOARES, 2004; FRANCO e BONAMINO, 2005).

4.2.4 Convivência

Um ponto destacado como causa da permanência e evasão do aluno-trabalhador foi a convivência entre educandos e educandos, entre educandos e professores e a prática pedagógica.

É assim, era um ambiente bem agradável, eu gostava, a nossa sala, era uma sala bem ampla, éramos uma turma grande quando a gente começou, ao longo das semanas vão se evadindo, se evadindo [...] **a questão do relacionamento com os mestres, eram profissionais mesmos**, parecem que eles te entendiam se você estava com alguma dificuldade (ALUNO E1, grifo nosso).

Por vezes havia também incompatibilidade com os professores. No IFAP/STN, o aluno saiu por não ter aquele contato com o professor, (ele disse) **“ah eu não vou ficar aqui batendo cabeça”**. Há muitas evasões por “N” causas, mas que dá para conciliar (ALUNO P2, grifo nosso). Sobre a convivência, Ruberger (1987, 2004) discorre que

O engajamento acadêmico ou de aprendizagem e o engajamento social ou de convivência do estudante com os colegas, com os professores e com os demais membros da comunidade escolar, a forma como o estudante se relaciona com essas duas dimensões da vida escolar interfere de modo decisivo sobre sua deliberação de se evadir ou de permanecer na escola.

A sala de aula é um espaço de múltiplas relações interpessoais. Esse ambiente necessita de regras claras, discutidas entre professores e alunos, pois são esses os sujeitos que envolvem-se no cotidiano da escola, os quais precisam ter uma interação respeitosa entre si. Segundo Antunes (2002, p.26), uma boa conversa, onde o professor coloca o que pretende, mas acolhe sugestões dos alunos, pode fazer com que estes descubram que regras se constroem e civismo também se treina.

A construção de uma boa convivência no ambiente escolar entre professor e aluno precisa da compreensão efetiva entre esses dois sujeitos. Segundo Delors (1998), entre os pilares necessários para a boa convivência na educação escolar encontra-se a necessidade de conviver com os outros, compreender o outro, desenvolver a percepção da interdependência, da não violência e administração de conflitos.

A fala do Aluno E1 é corroborada na revisão bibliográfica – Seção 2, quando Narcísio (2015) diz que a evasão é causada pelos “conflitos entre aluno e professor, aluno e aluno”; Figueiredo (2015) cita, “alunos indisciplinados”; Araújo (2013), “conflitos nas relações professor e aluno”; Basso (2014), chama de “vivências pessoais”.

4.2.5 Prática Pedagógica²²

²² Para melhor compreensão verificar: LIBÂNEO, José Carlos. Produção de saberes na escola: suspeitas e apostas. In: CANDAU, Vera Maria (org.) **Didática, currículo e saberes escolares**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 11-45.

Complementar ao modo de vivência entre o aluno e o professor: a prática pedagógica docente está imbricada nessa relação. As múltiplas funções exercidas pelo docente fora da docência têm influência direta nessa prática, causando cansaço tanto mental quanto físico, não deixando, por vezes, tempo para o planejamento de uma aula eficiente e eficaz, trazendo grandes transtornos, podendo mesmo causar deficiência na sua atuação. Torna-se, portanto, um complicador que dificulta ainda mais o aprendizado do educando, podendo ser causadora do incentivo a evasão escolar, conforme discorre o Aluno P2:

Os professores agregavam outras funções e por isso deixavam a desejar [...] as aulas eram boas, eram satisfatórias, nem todas, mas eram. Os professores, todos eles, sem exceção, eles eram bem esforçados, eles queriam o nosso melhor, eles nos apoiavam em muitas coisas. [...] o professor não era somente professor da disciplina: **ele tinha que está no IFAP de Macapá; buscando parcerias; tinha outras funções**, ele deixava um pouco a desejar, mas ele é muito competente (Grifo nosso).

As atividades exercidas pelos docentes, as quais não fazem parte da sua função, possivelmente devem ser uma exigência da instituição educacional onde o professor atua. Esquece a instituição que a função docente precisa de tempo para “uma prática fertilizada pela reflexão teórica, portanto, carregada de sentido, de significado, e uma teoria fertilizada, provocada, desafiada pelas questões da prática” (VASCONCELLOS, 1998, p. 87). Se a prática docente não é exercida em sua plenitude porque o professor sobrecarrega-se de atividades que não são de sua competência, essa prática poderá não levar o educando a uma ação omnilateral, conforme afirma Marx (1989), citado por Sousa Júnior²³: “ética, afetiva, moral, estética, sensorial, intelectual, prática; no plano dos gostos, dos prazeres, das aptidões, das habilidades, dos valores etc., que serão propriedades da formação humana em geral, desenvolvidas socialmente”.

A forma como o professor executa a sua metodologia tem influência direta no aprendizado do aluno:

Você olha para o professor, **você sabe que o professor tem domínio, tem total domínio**, ele sabe, o cara é fera, **mas na hora de passar o conteúdo ele não sabia muito**, ele aprendeu muito com a gente, também porque a gente bateu muito nessa tecla, inclusive eu fui uma das alunas que falou com ele assim. Ele perguntou qual é o problema? Não é (problema), o senhor é fera no assunto, sabe o assunto, tem total domínio do assunto, mas na hora de passar (o assunto) o

²³ SOUSA JÚNIOR, Justino. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html> . Acesso em 04.08.2017,

senhor ultrapassa um pouquinho a gente, porque a gente não sabe, a gente tá aprendendo. Por exemplo, o senhor vai fazer uma conta, o senhor não vai passo-a-passo pra gente entender onde chegar no produto final, mas o senhor sabe [...] não dá os caminhos das pedras [...], a gente bateu muito nessa tecla, ele melhorou bastante (ALUNO P2, grifo nosso).

Eu vi que eles (os professores) estavam muito presos a sala de aula, era muito slide, era uma aula muito cansativa, muito teórica. Existem métodos para diversificar, sei que é difícil encontra uma visita técnica²⁴. Poderia ter usado mais vídeo, foi coisas muitas escrito, muita leitura – a gente já sabia que ia ser bastante, a gente queria uma coisa mais visual, querendo ou não nosso curso é muito visual (ALUNO P1, grifo nosso).

As aulas eram maravilhosas, não tenho o que reclamar do IFAP/STN em relação a professor, a conhecimento, não tenho nada para reclamar mesmo (ALUNO E2, grifo nosso).

O saber do docente em um sentido amplo contextualiza o conhecimento, as competências, as habilidades e as atitudes. É o “saber-fazer” e “saber-ser”. Para Tardif (2000, p. 11),

[...] os saberes profissionais são saberes trabalhados, lapidados e incorporados no processo de trabalho docente e que só têm sentido em relação às situações de trabalho concretas, em seus contextos singulares e que é nessas situações que são construídos modelados e utilizados de maneira significativa pelos trabalhadores do ensino.

Segundo Gauthier (1998) o saber necessário para ensinar não deve ser visto apenas como conhecimento do conteúdo da disciplina. O professor necessita muito mais do que conhecer a matéria, mesmo sabendo que esse conhecimento seja fundamental. Pensou-se por muito tempo que as habilidades necessárias à docência podiam ser resumidas ao talento, à intuição, à experiência e à cultura do professor. Essas ideias prejudicavam o processo de profissionalização do ensino, impedindo o surgimento de um saber desse ofício sobre si mesmo. É o que se denomina de um “ofício sem saberes”.

Araujo (2008, p. 9) cita algumas características necessárias ao docente na atuação da educação profissional: “intelectual, problematizador, mediador do processo ensino-aprendizagem, promotor do exercício da liderança intelectual, orientador sobre o compromisso social que a ideia de cidadania plena contém, orientador sobre o compromisso técnico dentro de sua área de conhecimento”.

As análises das falas dos alunos-trabalhadores sobre as práticas docentes foram referendadas na Seção 1, Souza (2014) e Mészáros (2005); Seção 2.1, Dourados (2005)

²⁴ É um recurso metodológico que serve para demonstrar ao educando, de forma prática, como sua atividade profissional acontecerá no momento de sua atuação futura e como ele pode fazer a ligação entre as discussões teóricas realizada anteriormente em sala de aula e a prática.

denomina de “práticas e ações pedagógicas”; Seção 3.3.1, Moura (2007) apresenta como “práticas educativas”.

A escola pública precisa construir uma proposta pedagógica que “propicie situações de aprendizagem variadas e significativas a seus estudantes, de modo geral pauperizados economicamente e, em consequência, cultural e socialmente” (KUENZER, 2000, p. 20). É para esses alunos menos favorecidos que se deve a atuação profissional docente emancipadora, capaz de levá-los à superação de suas fragilidades, causadas por suas deficiências, estas promovidas pelo sistema em que vivemos, causador das mazelas sociais que são impostas aos desvalidos do Brasil. Precisamos de “uma formação que contribua para a emancipação da classe que vive do trabalho” (OLIVEIRA, 2009, p. 53).

4.2.6 Estágio Supervisionado

Esta variável, dentre as que se trouxe para a discussão da pesquisa empírica, é a única que não aparece na revisão bibliográfica, o que dá um diferencial ao IFAP/STN. O estágio supervisionado não é tratado como prioridade. Foi, de outro modo, um problema apontado repetidas vezes pelos educandos: “a promessa de estágio supervisionado”. O mesmo não aconteceu da forma como apresentado aos educandos no início do curso, sendo substituído por trabalho científico, o que causou muitas insatisfações nos alunos:

Essa parte do estágio foi bem polêmica, porque eles (o IFAP/STN) não tiveram essas vagas para todos os alunos, surgiram uma ou duas vagas nas empresas de transporte. A gente via mais a parte logística (...) a gente ficou mesmo com trabalho científico para suprir estas horas do estágio (...). O estágio serve justamente para gente conhecer de perto, ter o contato com nossa área (ALUNO P1, grifo nosso).

Se a escola negligencia sua tarefa, de dar ao estágio supervisionado o seu merecido valor, não demonstrando, [...] o que vem a ser estágio e qual o seu objetivo antes de iniciar essa atividade, deixando de orientar o aluno para a leitura dessa realidade, a falta de informação e de conhecimento decorrente disso gera a ausência de consciência do desenvolvimento do estágio e de suas premissas e objetivos, levando ao precário desempenho do seu respectivo papel (SANTOS, 2010, p. 159). O estágio supervisionado pode ser conceituado como:

“atividades de aprendizagem social, profissional e cultural”; “participação em situações reais de vida e de trabalho, de seu meio”; “procedimentos didático-

pedagógicos (...) de competência da instituição de ensino” em parceria com “pessoas jurídicas de direito público e privado” cedentes de “oportunidades e campos de estágio” (Decreto Federal nº 87.497/1982).

Justificou-se a fala do Aluno P1, amparado pela Lei n.11.788, de 25 de setembro de 2008, art.1º, incisos I e II:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

O estágio é o primeiro passo da carreira profissional de um aluno do curso técnico; é uma parte integradora importante do currículo, em que o aluno vai assumir pela primeira vez a sua identidade profissional e sentir, na pele, o compromisso como aluno, para com a sua família, a sua comunidade, a instituição escolar que representa, a produção conjunta de significados em sala de aula, a democracia e o sentido de profissionalismo que implique competência – fazer bem o que lhe compete (ANDRADE, 2005, p. 2).

É na fase do estágio, fonte de aprendizagem, que o aluno-trabalhador coloca em prática o seu conhecimento absorvido durante o período das fundamentações teóricas e começa a fazer a relação com o seu cotidiano laboral. Afirma Santos (2010, p. 5): “[...] teoria e prática mantêm uma relação de unidade na diversidade, formam uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira o da possibilidade e o da segunda o da efetividade”. É o momento do contato da realidade profissional e do olhar crítico sobre o mundo do trabalho, através da observação e posterior intervenção na atividade proposta pelo curso. É a oportunidade de aproximação da realidade profissional, instrumento da *práxis*. Portanto, passa a integrar o corpo de conhecimentos do curso em formação (PIMENTA E LIMA, 2004, p. 55).

Segundo Lima e Vasconcelos (2006, p.28), “o estágio contribui diretamente para a construção da identidade profissional dos discentes que, submetidos ao campo real de trabalho, internalizam suas vivências e as ressignificam”. É o momento da troca de experiências, do contato com outros profissionais que atuam na mesma área e em outras. “O estágio é o *locus* onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida” Buriolla (2001, p. 13)

Outras variáveis, encontradas com menos representatividade em nossa pesquisa, aparecem como:

- i) A ida para a educação superior também é motivo de saída do aluno do curso técnico:

Não concluí porque tive que mudar meu horário da faculdade para noite. Eu fazia (o curso no IFAP) à noite, à tarde também não dava (para fazer o curso no IFAP/STN) porque eu tinha outros compromissos. Tive que cancelar [...], eu saía da faculdade às 18 horas e tinha que chegar ao IFAP/STN às 19, o transporte público aqui é muito precário, eu chegava muito atrasada (ALUNO E4).

- ii) As dificuldades de aprendizagem educacional conduzem o aluno-trabalhador à desistência do curso, devido não conseguir acompanhar o ritmo da classe:

[...] **teve outras desistências, porque haviam disciplinas com muitos cálculos**, no início a gente teve estatística e matemática financeira, teve muitos alunos que tiveram dificuldades em relação a estes temas que eram assunto do ensino fundamental e médio, eles enfrentaram muitas dificuldades. O professor tentou de todas as formas ajudar, teve aulas extras, teve monitorias com os alunos que eram bons, foram feitas várias tentativas, mas tiveram muitas dificuldades. O professor deu um parecer que **eram alunos que vieram prejudicados no ensino básico, como não tinham base tiveram muitas dificuldades** (ALUNO P1, grifo nosso).

Aqui, retoma-se a discussão feita na Seção 4.3.1: “Aluno-trabalhador: conhecimento e saberes”. Verificamos que a relação “trabalho e educação”, a qual se estabelece dentro do espaço escolar entre os saberes tácitos dos alunos-trabalhadores e os saberes produzidos por eles no interior da escola é vista de formas antagônicas, não considerada como modelo (metodologia) para a socialização do conhecimento. Se o aluno-trabalhador traz consigo um conhecimento produzido no mundo do trabalho (conhecimento tácito), esse conhecimento deve ser utilizado como forma de ensinar.

Para o acesso igualitário de todos os alunos ao mundo do conhecimento científico, precisa-se de uma escola de qualidade, que se apresente como um desafio em sua aprendizagem. No caso brasileiro, Gentili (1995, p 177) considera que “qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio”. Para a Unesco (2001, p. 1), a questão da qualidade na educação poderá se transformar em um

Conceito dinâmico que deve se adaptar permanentemente a um mundo que experimenta profundas transformações sociais e econômicas. É cada vez mais importante estimular a capacidade de previsão e de antecipação. Os antigos critérios de qualidade já não são suficientes. Apesar das diferenças de contexto, existem muitos elementos comuns na busca de uma educação de qualidade que deveria capacitar a todos, mulheres e homens, para participarem plenamente da vida comunitária e para serem também cidadãos do mundo (UNESCO, 2001, p. 1).

A Qualidade da educação escolar compreende um conjunto de determinantes que interferem no ambiente de ensino e de aprendizagem, mediados por uma concepção de mundo, de sociedade e de educação, que evidenciam e definem os elementos e os atributos desejáveis de um processo educativo de qualidade social.

No caso específico deste estudo, foi reforçada a convicção de que as diferenças existentes entre o contexto do aluno e o contexto da escola são uma causa determinante para a evasão, e que a escola precisa ser capaz de prevenir situações que levam à exclusão ou à segregação dos alunos. “Estudos propõem que o encaminhamento mais adequado para o problema é a ‘prevenção’ – identificação precoce do problema e acompanhamento individual daqueles que estão em situação de risco” (EUROPEAN COUNCIL, 2004, p. 105). De acordo com a Conferencia Nacional de Educação – CONAE (2010, p. 63), a demanda social por educação pública implica em

Produzir uma instituição educativa democrática e de qualidade social, devendo garantir o acesso ao conhecimento e ao patrimônio cultural historicamente produzido pela sociedade, por meio da construção de conhecimentos críticos e emancipadores a partir de contextos concretos. Para tanto, considerando sua história, suas condições objetivas e sua especificidade, as instituições educativas e os sistemas de ensino devem colaborar intensamente na democratização do acesso e das condições de permanência adequadas aos estudantes no tocante à diversidade socioeconômica, étnico-racial, de gênero, cultural e de acessibilidade, de modo a **efetivar o direito a uma aprendizagem significativa, garantindo maior inserção cidadã e profissional ao longo da vida** (Grifo nosso).

A evasão escolar é um tema muito atual, e pode ser vista como uma questão de exclusão. O seu estudo poderá desenvolver indicadores de suas causas, de modo a propor medidas preventivas que contribuam para a permanência do aluno na escola e para a sua formação. No ensino técnico brasileiro, a pesquisa sobre evasão escolar é praticamente inexistente. Foi isso o que verificou uma densa revisão bibliográfica sobre o assunto, realizada por Machado e Moreira (2010, p.2 e 3): “[...] a ausência de estudo sobre o tema pode estar relacionada ao fato de que o processo de democratização da escola técnica de nível médio no Brasil apenas iniciou, [...] é portanto, uma questão relacionada a democratização da escola técnica no país”.

Pode-se considerar que as variáveis percorridas nessa seção são as mesmas que fazem parte da nossa revisão bibliográfica, conforme os comparativos feitos anteriormente nessa seção, com exceção para a variável “estágio supervisionado”, que se torna o diferencial das causas de evasão e permanência do IFAP/STN.

4.3 EXPECTATIVA E PERCEPÇÕES PÓS-CONCLUSÃO DO CURSO

As expectativas e as percepções do educando do IFAP/STN pós-conclusão do Curso Técnico Subsequente poderão servir como caminho para uma análise mais profunda e mais elaborada da trajetória durante a execução dos referidos cursos, tanto pela Instituição quanto pelo corpo técnico, pelos docentes e discentes.

Essa expectativa do educando deve corresponder aos seus objetivos pessoal e profissional e relacionar-se com as habilidades adquiridas no curso, a fim de serem executadas no momento do exercício profissional e vivencial. Ele deve verificar se suas habilidades adquiridas correspondem ao que foi prometido inicialmente a ele pelo curso e se essas habilidades podem ser aplicadas no dia a dia da sua profissão. O Aluno P3 discorre sobre as dificuldades encontradas durante o curso e questiona a dificuldade de encontrar trabalho:

Quanto ao mercado de trabalho, eu não vejo, eu não vejo. Tem empresas grandes que a gente conhece que importam e exportam mercadorias. Mas nem estágio nós tivemos, então sei lá, parece que não existe oportunidade para a área de comércio exterior, talvez se reformassem o porto²⁵ (da Cidade de Santana) as coisas melhorassem (ALUNO P3. Grifo nosso).

O olhar do Aluno E1 contradiz o do educando anterior. Mesmo sendo evadido, aquele considera que o mercado está, sim, aberto aos técnicos:

Eu vi o curso como uma porta de entrada para o progresso, principalmente aqui no município de Santana, a prova é que hoje já estamos exportando os grãos. Alguns colegas meus que se formaram já estão trabalhando, foram profissionalizados pelo Instituto (IFAP/STN). Na época eu via ele (o curso) muito pequeno, em formação. Aquela turma que começou, é a turma que ia dá o ponta pé inicial. É um curso muito extenso, bem assimilado mesmo, explica tudo, ele mostra coisas que eu nem imaginava. [...] eu gostei muito, se eu tivesse a oportunidade de fazer (outra vez) eu faria, hoje eu faria e jamais desistiria, jamais mesmo. **Ele (o curso) me trouxe incentivo,** ele me trouxe até uma mudança de visão da profissão, (...) foi algo que me surpreendeu em termos de cursos (técnico), eu já havia feito outro curso técnico (Grifo nosso).

²⁵ Em março de 2013, um píer flutuante do porto desabou em razão de uma movimentação de terra, tragando parte do porto e de seus equipamentos para dentro do Rio Amazonas, além de fazer seis vítimas fatais. Os prejuízos com a perda de máquinas e de receitas por conta da paralisação da operação são estimados em torno de R\$ 670 milhões. <https://www.brasil247.com/pt/247/amapa247/144196/Trag%C3%A9dia-em-Santana-Empresas-disputam-indeniza%C3%A7%C3%A3o.htm> – acesso em 05.04.2017.

Com o mercado de trabalho cada vez mais concorrido, faz-se necessário ao técnico que inicia ou que já está atuando como profissional demonstrar o seu saber, o seu engajamento e a sua determinação, como resultado ativo do processo educacional por ele vivido. Uma visão crítica e participativa em sua área de atuação poderá ser facilitadora da sua entrada e da sua permanência no mercado de trabalho. Somente a formação profissional e tecnológica não é suficiente:

O próprio capital moderno reconhece que os trabalhadores necessitam ter acesso à cultura sob todas as formas e, portanto, à educação básica. Desta maneira, a escola tende progressivamente a se transformar, propiciando a aquisição de: princípios científicos gerais que impactam sobre o processo produtivo; habilidades instrumentais básicas que incluem formas diferenciadas de linguagens próprias, envolvendo diversas atividades sociais e produtivas; categorias de análise que facilitam a compreensão histórico-crítica da sociedade, das formas de atuação do ser humano, como cidadão e trabalhador; capacidade instrumental de exercitar o pensar, o estudar, o criar e o dirigir, estabelecendo os devidos controles (BRASIL, 2004, p. 8).

A percepção do candidato aos Cursos Técnicos Subsequentes do IFAP/STN quanto à escolha da sua futura formação, aliada ao apoio da Instituição, influencia diretamente no momento da tomada de decisão de qual curso técnico ele irá participar e elimina alguns pensamentos conflitantes que por acaso possam existir. A forma como acontece o processo seletivo dos cursos colaboram para dificultar o momento da escolha:

Particpei do curso um semestre. Foi assim, eu particpei do processo seletivo para técnico em marketing, só que aí eu fui chamado na chamada pública, e **quando você é chamado na chamada pública, fica aberto para a gente escolher** e aí eu vi o Curso de Comércio Exterior, como eu imaginava que mexia com importação e exportação e é uma coisa que tem aqui no estado do Amapá, então optei por esse curso. O estado do Amapá já está com a produção de soja, então imaginei que ia ser benéfico para mim, eu poderia está trabalhando nesta área, então eu falei, eu preciso desse curso, é um curso novo, não tem aqui no Amapá, eu preferi arriscar (ALUNO E2, grifo nosso).

A indefinição no momento da escolha do curso por parte do aluno-trabalhador E2 pode ser vista como um facilitador para a evasão, uma vez que o educando, no primeiro momento, fez seleção para Técnico em Marketing, mas no momento da matrícula, devido à forma como foi convocado, optou por Técnico em Comércio Exterior, cujo objetivo profissional é totalmente diferente.

O fenômeno da evasão escolar revela-se particularmente grave no sistema educacional brasileiro. Há uma carência de estudos, principalmente no contexto do Ensino Técnico Subsequente ao Ensino Médio, que possam trazer com maior clareza para o debate a

evasão e a permanência escolar. Com o objetivo de aprofundar o conhecimento a respeito das causas que levam os alunos à evasão e à permanência, as causas apontadas nesta pesquisa foram investigadas à luz do referencial teórico do materialismo histórico-dialético e do método qualitativo. Este estudo apresentou resultados relevantes sobre a evasão e a permanência do aluno-trabalhador que cursa o Ensino Técnico Subsequente ao Ensino Médio no IFAP/STN.

As perspectivas dos alunos-trabalhadores, ao concluírem o Curso Técnico Subsequente, se aproximam das perspectivas de entrada no curso. Do ponto de vista da perspectiva econômica: “Quanto ao mercado de trabalho, eu não vejo, eu não vejo” (ALUNO P3); “Eu vi o curso como uma porta de entrada para o progresso, principalmente aqui no município de Santana, a prova é que hoje já estamos exportando os grãos. Alguns colegas meus que se formaram já estão trabalhando, foram profissionalizados pelo Instituto (IFAP/STN)” (ALUNO E1). Do ponto de vista da realização pessoal: “Ele (o curso) me trouxe incentivo, ele me trouxe até uma mudança de visão da profissão, (...) foi algo que me surpreendeu em termos de cursos (ALUNO E1)”. Do ponto de vista da continuidade dos estudos, não houve qualquer referência sobre essa perspectiva.

Neri (2009), com base nos dados da PNAD (2004 e 2006), apontou possíveis motivos para a evasão escolar: a falta de escolas (10,9%), a necessidade de renda e de trabalho (27,1%), a falta de interesse pela escola (40,3%), entre outros (21,7%).

De imediato, fazem-se necessárias políticas que reduzam a reprovação nos Ensinos Fundamental e Médio e que, conseqüentemente, melhorem o fluxo escolar. A evasão compromete o processo de democratização do Ensino Técnico e entender as suas causas poderá ser a chave para encontrar soluções para a permanência do aluno-trabalhador na escola. O contexto teórico da investigação, segundo Dore e Lüscher (2011, p. 777),

Mostra a exigência de associar o estudo da evasão escolar ao estudo das causas sociais, institucionais e individuais que podem interferir na decisão de estudantes sobre permanecer na escola ou evadi-la antes da conclusão de um curso. Assim, é necessário considerar desde o tipo de inserção do estudante no contexto social mais amplo, o que envolve questões econômicas, sociais, políticas, culturais e educativas, até suas próprias escolhas, desejos e possibilidades individuais.

A evasão é um problema que possui conseqüências que ultrapassam a tangente do aluno evadido, atingindo a sociedade como um todo. Portanto, é dever de toda sociedade combatê-la, posto que sem a compreensão de suas causas fica difícil entender a realidade desses educandos (RUMBERGER, 1995, p. 585).

Sabe-se da importância tanto da carreira técnica para grande parte da população brasileira quanto da escola pública como participante deste corolário, onde são envolvidas questões sociais, econômicas, culturais, etc. A escola pública pode, desse modo, ser a promotora do início, da permanência e da continuidade da carreira dos jovens, e possibilitar uma educação transformadora que desenvolva práticas pedagógicas de acordo com o contexto em que o aluno está inserido. A sua proposta político-pedagógica deve ser

(...) o diferencial, centrada no debate e na concepção da escola unitária e politécnica; uma escola comprometida em formar jovens que articulem ciência, cultura e trabalho e lhes dê a possibilidade de serem cidadãos autônomos; que possam escolher seguir seus estudos ou, se têm necessidade, ingressar na vida profissional (FRIGOTTO, 2007, p. 1146).

A Educação Profissional Técnica Subsequente precisa ter a sua identidade comprometida com a educação do aluno-trabalhador, além de necessitar ter a compreensão do contexto dos sujeitos envolvidos. Mesmo para o aluno que consegue chegar ao Curso Técnico Subsequente ainda resta a superação das condições adversas, nem sempre favorável à sua permanência. Seu acesso é, certamente,

A porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos os que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade. [...] O acesso, a permanência e sucesso caracterizam os aspectos fundamentais de democratização e do direito à educação. [...] A concepção de sucesso escolar de uma proposta democrática de educação não se limita ao desempenho do aluno. Antes significa a garantia do direito à educação, que implica, dentre outras coisas, uma trajetória escolar sem interrupções, o respeito ao desenvolvimento humano, à diversidade e ao conhecimento. Dentre outros, significa também, reconhecer o peso das desigualdades sociais nos processos de acesso e permanência à educação e a necessidade da construção de políticas e práticas de superação desse quadro (CONAE, 2010, p.64).

É preciso que se faça da educação uma ciência capaz de ir além dos interesses pessoais, políticos e partidários, isenta de manipulação e que não se escamoteiem os seus objetivos, nem se admita tergiversação (ZAGURI, 2006, p. 15). Considera-se que a Educação Profissional Técnica Subsequente ao Ensino Médio no Brasil “precisa estar comprometida com uma ‘formação inteira’, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais” (ARAÚJO, 2015, p. 63-64).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram tecidas algumas considerações a respeito da evasão e da permanência escolar, com enfoque no aluno-trabalhador do IFAP/STN. Pôde ser verificado, nessa abordagem, que as mesmas tornam-se melhor discutidas quando estudadas conjuntamente. Desta forma, pode-se constatar pontos positivos e negativos, com um olhar dialético, facilitando assim as suas compreensões.

Observou-se que sobre o tema “evasão e permanência escolar” há grande dificuldade em trazer uma só definição, uma vez que as próprias instituições que estudam este fenômeno não definem, de modo claro e preciso, um só conceito. Os próprios teóricos que estudam esse tema também corroboram para manter essa polissemia conceitual, trazendo, assim, dificuldades na compreensão dos resultados quantitativos no momento da divulgação dos resultados de suas pesquisas.

A evasão e a permanência escolar são temas complexos, difíceis de serem verificados, devido ao grande número de causas que envolvem os mesmos, como: reprovações na escola, problemas familiares, defasagem no ensino, necessidade de entrar com maior brevidade no mundo do trabalho, saída para a educação superior, infraestrutura física da escola, metodologia do professor, etc. Essas causas influenciam diretamente na definição de evasão e permanência do educando no ambiente escolar.

Ademais, a discussão sobre dualidade na educação brasileira é essencial na compreensão das causas da evasão e permanência. Foi abordado que a história da educação brasileira é vista como dual: uma educação propedêutica que beneficia os ricos, proporcionando uma educação que promove posições de comando; e outra profissional, que serve aos desvalidos e menos aquinhoados, lhes preparando para atuar em funções precarizadas do mundo do trabalho, subordinando-os aos ditames do projeto neoliberal.

Na Seção 1, revisitaram-se as “produções bibliográficas do período 2013 a 2016, encontradas no Banco de Teses e Dissertações da Plataforma Sucupira/CAPES”, sobre evasão e permanência na Educação Profissional Técnica, onde verificou-se que o tema é pouco estudado, principalmente quando se fala em ouvir o aluno-trabalhador. Nessa parte da

pesquisa, foram encontradas respostas para o que os autores chamam de “problemas da evasão”, considerando o contexto institucional e social das causas intraescolares e como as políticas públicas são implementadas, incluindo gênero, ações afirmativas e trajetória escolar. Nessa revisão bibliográfica foi encontrada somente uma pesquisa cujo tema principal era a “permanência”, enquanto que com o tema central “evasão” encontrou-se nove pesquisas. Foram encontradas, ainda, três pesquisas que tratam sobre “evasão e permanência”. Quanto aos seus objetivos, elencou-se: analisar as percepções dos diferentes sujeitos que fazem parte da escola sobre o fenômeno da evasão; as estratégias para favorecer a permanência do educando; proposta de intervenção pedagógica; estudar a política de educação profissional, tendo em vista o desenvolvimento territorial.

Essa revisão demonstrou as metodologias exploradas nas Teses e Dissertações – considerando que a atividade preponderante da metodologia é a pesquisa, têm-se: qualitativa; quantitativa; bibliográfica; exploratória; descritiva; explicativa; e documental. Foram essas as formas como os autores realizaram as suas análises.

O resultado apresentado nessa análise apresenta vinte e nove causas relacionadas à evasão escolar nos Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio. Determinantes que, por muitas vezes, se repetem em várias pesquisas, o que demonstra a necessidade de um acompanhamento mais efetivo da unidade escolar, reafirmando a necessidade de que a escola precisa escutar com mais veemência o aluno. Algumas causas responsabilizaram os professores, a instituição e o aluno.

Essa pesquisa das Teses e Dissertações ressalta as causas que consideram o aluno como responsável pela sua evasão da escola: problemas familiares, problemas de saúde, mudança para curso superior, falta de interesse, dificuldades de conciliar trabalho e estudo, alunos que não se identificaram com curso, dificuldade de aprendizagem, indisciplina, falta de base educacional dos próprios alunos, conflitos na relação aluno-aluno, ausência de perspectivas futuras, falta de condições financeiras para continuar o curso.

Sua permanência está relacionada à satisfação, à integração, ao desenvolvimento psicossocial e cognitivo, ao comprometimento e à identificação com a profissão, e à qualidade do curso e da instituição onde o aluno irá realizar sua formação profissional. A permanência está relacionada principalmente às condições do bem-estar físico, psicológico, à rede de apoio recebida e à necessidade de emprego.

Pode-se inferir nesta pesquisa que são diversas as causas da permanência e da evasão nos Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio. Motivos intraescolares e extraescolares fazem parte dessas causas. Se o Estado Brasileiro continuar com as mesmas políticas

utilizadas como se os alunos formassem um grupo homogêneo e aceitando sempre as orientações de organismos internacionais como Banco Mundial/BM, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/BIRD, dentre outros, que impõem a meritocracia como modelo de sucesso profissional e pessoal, certamente as dificuldades de permanência na escola irão continuar.

Na Seção 2, trabalhou-se a evasão e o abandono escolar no Brasil, seus conceitos, implicações e especificidades na Educação Profissional Técnica. Fez-se algumas considerações sobre a evasão e o abandono escolar na educação brasileira, a fim de verificar algumas definições conceituais, tendo em vista que os próprios órgãos oficiais da educação trazem à tona a falta de um conceito claro.

Nessa Seção, foram apresentadas questões que possibilitam ampliar as discussões acadêmicas acerca do tema evasão e permanência do aluno-trabalhador que faz parte do sistema produtivo ou está temporariamente fora dele. Esse aluno tem, como característica principal, o “trabalho desqualificado”. Suas atividades profissionais são precarizadas, de grande rotatividade e de baixa remuneração; são, em suma, características que se agravam ainda mais para a classe trabalhadora.

Várias situações colaboram para a retenção e repetência do aluno na escola: o abandono da escola e o posterior retorno, a falta de escolas, a necessidade de renda e trabalho, a falta de interesse, as notas baixas obtidas no início do processo educativo, o desempenho inadequado frequente, as faltas, etc.

Discorreu-se o tema “Evasão e Permanência Escolar”. Nessa Seção, por revelar-se uma angústia de muitos dos envolvidos no processo educacional, demonstra ser um dos maiores problemas da educação brasileira e uma questão que está distante de ser resolvida, afetando diversos níveis de ensino em instituições públicas e privadas. Essas têm sido alvo de políticas educacionais confusas, que não se sustentam por muito tempo, fazendo sentir a falta de identidade para com o ensino, o qual necessita ser posto em discussão, a fim de que se busquem meios reais de enfrentamento da evasão escolar.

Para a presente Seção foram utilizadas variáveis, como tempo na escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdo escolar, localização da escola, falta de formação de valores e o preparo para o mundo do trabalho, dentre outras causas que podem influenciar diretamente na decisão do aluno-trabalhador em permanecer ou sair do ambiente escolar.

Na Seção 3, foi abordada a educação profissional e seus sujeitos: as marcas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Brasil: a superação da dualidade na

Educação Profissional; aluno-trabalhador: educação, conhecimento, saberes, trabalho e educação.

Tais marcas deixadas na história educacional brasileira pela Educação Profissional demonstram a sua importância, envolvimento e a sua influência na vida do educando, onde as leis educacionais estão subordinadas aos ditames do modelo econômico vigente. Com isso, a classe trabalhadora, diante do que está posto, não pode esperar a chegada de condições adequadas, onde se possa ter uma educação omnilateral, politécnica e desinteressada, para somente então se pensar em uma educação para a formação intelectual e profissional. Uma educação inteira, que leve o aluno-trabalhador à superação e à autonomia na ação do trabalho, onde a “escola prepara para o mundo das profissões, mas também para o desenvolvimento das amplas capacidades humanas, que permitem o desenvolvimento pessoal” (ARAUJO, 2012, p. 524).

Nessa Seção, discorreu-se que o trabalho constitui-se como princípio educativo. É uma transmissão e uma apropriação de conhecimentos sistematizados ou não, considerando tanto o conhecimento científico como o conhecimento tácito; é resultado das atividades produtiva e educacional do aluno-trabalhador e poderá assumir caráter de exploração de uma classe por outra, o que reforça ainda mais a dualidade estrutural na educação.

Foi demonstrado, nessa Seção, que "a consciência da classe operária não pode ser uma consciência proletária verdadeira se os operários não estiverem habituados a reagir contra todo abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência, quaisquer que sejam as classes atingidas, a reagir do ponto de vista socialdemocrata e não de qualquer outro ponto de vista" (Lênin, 1986, p. 55).

Na Seção 4, com o título “Evasão e permanência do aluno-trabalhador do IFAP/STN”, aprofundou-se a pesquisa empírica através do método qualitativo, verificando-se como este aluno vê a evasão e a permanência. Portanto, as análises foram feitas a partir do olhar do aluno-trabalhador sobre o fenômeno estudado, e feita uma fundamentação segundo o referencial teórico do materialismo histórico-dialético de Marx.

Na presente pesquisa foram encontradas as causas que definem a evasão ou a permanência do aluno-trabalhador no IFAP/STN, e percebido como esse fenômeno acontece no ambiente escolar, possibilitando um olhar mais agudo e mais completo, o que demonstra-se a seguir:

- a) Perspectiva de entrada no Curso Técnico Subsequente:

- A importância que o aluno destaca em falar um idioma a mais, principalmente o francês;
- O fato da necessidade de continuar a estudar;
- O interesse está relacionado à sua vontade de reforçar os seus estudos anteriores;
- A junção do conhecimento do curso técnico com o conhecimento da graduação corrobora para criar novas possibilidades de atuação profissional.

b) Causas determinantes para a evasão e a permanência escolar no IFAP/STN:

- Trabalhar e estudar torna-se cansativo e difícil de conciliar;
- A dificuldade de manter-se na escola e no trabalho traz como consequência a evasão e, com isso, a baixa qualificação apresentada pelos jovens em sua tentativa para a entrada no mercado de trabalho;
- Problemas pessoais aparecem como causas que interferem na saída do aluno da escola;
- A defasagem no nível educacional conduz o aluno-trabalhador à desistência do curso, devido não conseguir acompanhar o ritmo da classe;
- Infraestrutura deficitária da escola;
- Boa convivência entre os educandos e educandos, entre educandos e professores, entre educandos e corpo técnico;
- Incompatibilidade com os professores;
- As múltiplas funções exercidas pelos professores fora da docência, deixando, por isso, a desejar em sua prática profissional;
- A forma como o professor executa a sua metodologia tem influência direta no aprendizado do aluno;
- Falta de estágios;
- Ida para a educação superior.

c) Expectativa e percepções pós-conclusão do curso:

- Dificuldade de encontrar trabalho;
- Considera que o mercado está, sim, aberto aos técnicos.

Pode-se inferir que as causas que agem tanto na permanência quanto na evasão escolar são bastante complexas e de difícil compreensão. A sua interpretação polissêmica e multifacetada dificulta ainda mais a análise no momento do seu estudo. Estas causas agem em várias frentes, podendo estarem presentes na vida do aluno-trabalhador ao mesmo tempo, deixando-o em situação tão difícil que, sem apoio de uma política pública educacional efetiva, pode o mesmo ser conduzido para fora do ambiente escolar.

Constatou-se, também, que órgãos internacionais definem e orientam a educação brasileira, o que se torna decisivo na condução das ações educativas que acontecem no ambiente escolar, onde as práticas vão ser direcionadas a formar mão de obra barata para o mercado de trabalho, firmando, assim, a dualidade educacional, quando impõem uma educação propedêutica para os ricos e uma educação profissional para a classe trabalhadora. Nesse sentido, o aluno-trabalhador que não consegue manter-se na escolar devido a sua condição econômica baixa. Sai, portanto, da escola, aumentando ainda mais a evasão e a formação de força de trabalho barata. Nessa direção, há estudos sobre a evasão e a permanência escolar, que vão apontar como principais responsáveis os professores, a instituição e o aluno. Entretanto, há que se considerar como causas as marcas da dualidade na educação brasileira, sobretudo, na educação profissional, que tem demonstrado a sua submissão aos ditames neoliberais, fragilizando ainda mais a educação dos alunos-trabalhadores, reforçando a desigualdade na educação profissional mediante a evasão do curso.

As expectativas de entrada, as causas da evasão e as perspectivas pós-conclusão do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio analisado na pesquisa de campo deste estudo demonstra que há um longo caminho a percorrer. As causas aqui encontradas podem ser provisórias, deixando espaço para novas conclusões e investigações.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA

ABDALA, V. **O que pensam os alunos sobre a escola noturna**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época; vol. 110). Acesso em 18.05.2017.

ACKOFF. R. L. **Planejamento da Pesquisa Social**. São Paulo: Heder/EDUSP, 1967.

ALARCÃO, Nilda. **Trajetórias e Redes na Formação de Professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

ANDRADE, Arnon Mascarenhas de Andrade. **O Estágio Supervisionado e a Práxis**. Disponível em: WWW.educ.ufrn.br/arnon/estagio.pdf . 2005, p.2. acesso 25.06.2017.

ANTUNES, Celso. **Novas maneiras de ensinar. Novas formas de aprender**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ARANHA, Ana. **A escola que os jovens merecem**. In: Revista Época, de 17 de agosto de 2009. <http://www.geledes.org.br/a-escola-que-os-jovens-merecem/> - Acessado em 16.05.2016.

ARANHA. **Relação entre o conhecimento escolar e o conhecimento produzido no trabalho: dilemas da educação do adulto trabalhador**. In: Trabalho & Educação. Belo Horizonte: NETE/FaE/UFMG, n. 12, jan/jun, 2003.

ARANHA. **Trabalho, subjetividade, educação**. In: **Outras falas**. Belo Horizonte: Escola Sindical 7 de Outubro/CUT, nº. 3, p. 54-63, agosto, 2000.

ARAÚJO, Ronaldo Lima Araujo e FRIGOTTO, Gaudêncio. **Práticas pedagógicas e Ensino integrado**. In: Revista da UFRN. 2015.

_____. SILVA, Lorena Teixeira da. COSTA, Ana Maria Raiol da. **EDUCAÇÃO MARXISTA: UMA NOVA DIDÁTICA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL?** 2014.

_____. **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ENSINO INTEGRADO**. 36ª Reunião Nacional da ANPED – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO.

_____. **Desafios da ampliação da oferta e da qualidade do Ensino Médio no contexto do FUNDEB**. P O I É S I S – Revista do programa de pós-graduação em educação – mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina UNISUL, Tubarão, v. 6, n. 10, p. 524 - 541, Jul./Dez. 2012.

_____. **FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: por uma pedagogia integradora da educação profissional**. www.portal.fae.ufmg.br. v. 17, n. 2 (2008). Acessado em 03.08.2017.

_____. **A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOB A ÓTICA DA NOÇÃO DE COMPETÊNCIAS**. Trabalho apresentado na 25ª Reunião Anual da ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós- Graduação em Educação, no GT de Política Educacional. Caxambu, Outubro de 2003.

_____. **As novas “qualidades pessoais” requeridas pelo capital.** Revista Trabalho e Educação. Belo Horizonte, N.5, Jan/Jun. 1999.

ARAÚJO, Silvia Maria de e Outros. **Sociologia: um olhar crítico.** São Paulo: Contexto, 2009.

ARROYO, Miguel G. A escola possível é possível? In: ARROYO, Miguel G. (Org.). **Da escola carente à escola possível.** 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 11-54. (Coleção Educação Popular).

_____. Prefácio. PARO, V. H. In: **Reprovação escolar: renúncia à educação.** 2. ed. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. **Educação e exclusão da cidadania.** In: BUFFA, Ester (Org.). **Educação e cidadania: quem educa o cidadão.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

ARRUDA, M. A. **Articulação trabalho-educação visando a uma democracia integral.** In: GOMEZ, Carlos Minayo et alii. **Trabalho e conhecimento; dilemas na educação do trabalhador.** São Paulo, Cortez Autores Associados, 1987. p. 61-74.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BASSO, Cláudia. **Aspectos pessoais e contextuais favoráveis à permanência de estudantes em cursos técnicos do Pronatec.** - Florianópolis, SC, 2014. 196 p

BERELSON, B. **Content analysis in communication research.** New York: Hafner; 1984.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRANDÃO, Carlos R. **Casa de escola: cultura camponesa e educação rural.** Campinas: Papirus, 1983.

BRASIL. Conferência Nacional de Educação (CONAE) documento final. 2010. Disponível em http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documetos/documento_final_sl.pdf, acesso em 30.07.2017.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. DOCUMENTO ORIENTADOR PARA A SUPERAÇÃO DA EVASÃO E RETENÇÃO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.** 2014.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.** 2009.

_____. Casa Civil. Lei nº 11.788 de 2008, Artigo 1º, incisos 1 e 2. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato_2007-2010/2008/Lei/L11788.htm#art22, Acesso em 10.06.2107.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo Escolar de 2008. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Alunas e alunos da EJA. Brasília: Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica. Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica: proposta em discussão. Brasília. 2004.

_____. **Leis, Decretos. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Documenta, Brasília, n. 423, p. 569-586, dez. 1996. Publicado no DOU de 23.12.96. Seção I, p. 1-27.841. Estabelece as Diretrizes e Bases de Educação Nacional. Art. 39.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Força de trabalho.** In: **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro, 1987.

BUNGE, Mario. *La investigación científica – Su estrategia y su filosofía.* Barcelona: Ariel, S/A. 1974. CAMPELLO, C.M.T. **Violência na escola: um protesto contra a exclusão social?** Salvador: Bahia Análise & Dados, v.11 n.1 p.28-31 Junho 2001.

CANÁRIO, Rui. **A escola: das “promessas” às “incertezas”.** Educação Unisinos, v.12, n.2, ago.2008.

CIAVATTA, Maria. **O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral.** Por que lutamos? Trabalho & Educação | Belo Horizonte | v.23 | n.1 | p. 187-205 | jan-abr | 2014.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. American Journal of Sociology, n.94, p.95-121, 1988.

CORROCHANO, Maria Carla. **Jovens operários e operárias – experiência fabril e sentidos do trabalho.** Perspectiva, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 425-450, jul./dez. 2004.

COSTA, Leila Cristina Fernandes. Percursos ocupacionais e evasão no curso técnico de enfermagem na Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora - ETSAL. 2016, 95 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2016.

CUNHA. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Editoro UNESP, Brasília, DF: Flocco, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL**. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso : 26.12.2016.

DANE, F. **Research methods**. Brooks/Cole Publishing Company: California, 1990.

DESLAURIERS, j.-P. (1991). Recherche qualitative- Guide pratique. Montreal: McGraw Hill.

DIAS, Mirian Viviane. Evasão Escolar no Ensino Fundamental. Monografia apresentada ao IFSUL de Minas Gerais. Machado, 2013. Disponível em: http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br/~biblioteca/biblioteca_digital/Documentos/TCCda-iologia2013/TCC-Mirian.PDF. Acesso em: 17.11.2017.

DIGIÁCOMO, Murillo José (2005). **Evasão escolar: não basta comunicar e as mãos lavar**. Disponível em: www.mp.mg.gov.br. Acesso 15.05.2016.

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DORE, R.; LÜCSCHER, A. Z. **Permanência e evasão a educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de Pesquisas, v.41, n. 144, p.770-789, dez. 2011.

_____; LUSCHER, A. Educação Profissional e evasão escolar. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES DE POLÍTICAS EDUCATIVAS, 2008, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS/Faced, 2008, p.197-203. v. 1.

DOURADO, Amanda Mendes de Santana. **Educação profissional no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia: análise dos fatores intraescolares da evasão como base para criação do observatório pedagógico institucional no Campus de Irecê/Bahia**. Salvador, 2016.

_____; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Série Documental: Textos para Discussão, Brasília, DF, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.

_____. **ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA A PREVENÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR – Documento Regional BRASIL: Fracasso escolar no Brasil: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar. 2005.**

ENGUIITA, M. F., MARTÍNEZ, L. M., GÓMEZ, J. R. School Failure and Dropouts in Spain. Social Studies Collection n. 29. Fundación La Caixa, 2010.

EURYDICE. *Measures to combat failure at school: a challenge for the construction of Europe*. Brussels: Office for Official Publications on the European Communities, 1994.

FAVORETO. João Francisco. A Evasão Escolar na Educação Profissional: Uma análise junto à comunidade escolar da Etec de Nova Odessa. Centro Universitário Salesiano. São Paulo. 2016.

FÉLIX, Maria de Fátima Costa. **Administração escolar: um problema educativo ou empresarial?** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FERREIRA, F. A. 2013. **Fracasso e Evasão Escolar**. Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/orientacao-escolar/fracasso-evasao-escolar.htm>. Acessado em 20.05.2016.

FIGUEIREDO, KIM NAY DOS REIS WANDERLEY DE ARRUDA. **EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - CAMPUS PORTO**. Universidade Federal de Santa Maria/ RGS. 2015.

FISCHER, Maria Clara Bueno e FRANZOI, Naira Lisboa. Formação humana e educação profissional: diálogos possíveis. Educação Sociedade e Cultura, Edições Afrontamento Ltda, n.29, p.35-51, 2009.

FONSECA, C. S. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCO, L. A. de C. **A escola do trabalho e o trabalho da escola**. 3ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; Vol. 22).

FRANCO, C.; BONAMINO, A. A pesquisa sobre característica de escolas eficazes no Brasil: breve revisão dos principais achados e alguns problemas em aberto. Revista do Programa de Pós Graduação - Educação online PUC-Rio, n. 1, p. 2-13, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 69-90.

_____; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A produtividade da escola improdutiva. Coleção educação contemporânea; 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. Edu. Soc., Campinas, vol.28,n.100- Especial, p.1129-1152, out.2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 11.08.2017.

_____. **A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica.** Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

_____. **Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambiguidades.** Boletim Técnico do SENAC. Rio de Janeiro, 11(3) set./dez. 1985, p 175-192.

GAMBOA, Silvio A. S. **A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto.** In FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GATTI, Bernardete A.; VIANNA, Heraldo Marelim, e DAVIS, Cláudia (1991): **“Problemas e impasses da avaliação de projetos e sistemas educacionais: dois estudos de caso”**, in **Avaliação Educacional**, jul-dez 1991, pp. 7-26. São Paulo.

GAUTHIER, Clemont. **Por uma teoria da Pedagogia.** Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1998.

GENTILI, Pablo. **Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora** In: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** 9ª edição. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008. (pp. 76-99). (Coleção Estudos Culturais em Educação).

_____. “O discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional”. In: GENTILI, Pablo e Tomaz Tadeu da Silva, orgs. 1995. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas.** Petrópolis: Vozes.

GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo e Educação: Manual do Usuário.** In: SILVA, Tomaz T. (org.) Escola S.A. Brasília: CNTE, 1996.

Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Atlas: São Paulo, 2007.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOUVEIA, Rafael Soares. **Zona Franca Verde: roteiro do incentivo fiscal/Rafael Soares Gouveia.** – Superintendência da Zona Franca de Manaus: Coordenação-Geral de Estudos Econômicos e Empresariais – COGEC. – Manaus: SUFRAMA, 2016. 24 p.

GRAMSCI, Antonio. **Dos cadernos do cárcere.** In : COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. **Fontes do pensamento político.** Porto Alegre: LPM, 1981. v.2 p.198-199.

GUGELMIN, Lisangela. **Evasão escolar na educação profissional: diagnóstico dos cursos técnicos subsequentes do Colégio Estadual de Pato Branco.** 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

HANUSHEK, Eric. A.; LAVY, Victor; HITOMI, Kohtaro. Do students care about school quality? Determinants of dropout Behavior in developing countries. Cambridge: [s. n.], 2006. NBER: working paper 12737.

HART, C. **Doing a literature review: releasing the social science research imagination.** Sage Publications: London, 1998.

IDEB. Índice de desenvolvimento da Educação Básica. **Formação em Ação. 2012.** Disponível em <http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/File/CIENCIASIndicedeDesenvolvimentodaEducaçãoBásica.pdf>, acesso 22.05.2016.

IFAP. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2014 - 2018.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP. Macapá – AP, 2014.

_____. **A Instituição.** Sex, 19 de Novembro de 2010 – 08:04 http://www.ifap.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=304&Itemid=55, acessado em 18.01.2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar.** 1998. Disponível em http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=10157&articleId=19141&version=1.0, acesso em 22.05.2016.

JARDIM, Ana Lúcia Petrocione. **Políticas educacionais de formação profissional: fatores que contribuíram para a evasão ou para a permanência de estudantes do curso técnico subsequente em logística oferecido pelo IFTO/Rede e-Tec Brasil.** 2016. 312f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Palmas, 2016.

JOSÉ, Adriano Rodrigues. BROILO, Cecilia Luiza. ANDREOLI, Giovani Souza. **A evasão na UNIPAMPA – diagnosticando processos, acompanhando trajetórias e itinerários de formação.** Universidade Federal do Pampa. 2010.

KRAWCZYK, Nora. **Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje.** Cadernos de Pesquisa. Ação Educativa, em 2009 (coleção Em Questão, n.6). V.41 N.144 SET./DEZ. 2011.

KUENZER, Acácia. Zeneide. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. Educação e Sociedade, Campinas, v. 1, p. 15-39, 2000.

_____. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1997. 104p.

_____. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão.** In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **CONHECIMENTO E COMPETÊNCIAS NO TRABALHO E NA ESCOLA.** <http://www.senac.br/BTS/282/boltec282a.htm> . 2002.

_____. Ensino de 2º Grau: **O trabalho como princípio educativo**. São Paulo, Cortez editora, 1988.

_____. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

_____. **Exclusão Includente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. In: LOBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002, p. 77/95. Coleção educação contemporânea.

_____. **Conhecimento e competências no trabalho e na escola**. <http://www.senac.br/BTS/282/boltec282a.htm> SD - Acessado em 10.10.2016.

LIMA, M, S. L.; VASCONCELOS, C. L. de. O Lugar do Estágio nos Cursos de Graduação Tecnológica. In: CUNHA, Gregório Maranguape da (Org.). **Estágio nos Cursos Tecnológicos: Conhecendo a Profissão e o Profissional**. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

LENIN, V. I. **A instrução pública**. Moscou, Progresso, 1981. 156 p.

_____. **O estado e a revolução**. São Paulo, Hucitec, 1986. 153 p.

LIBÂNIO, José Carlos; FERREIRA, J.; SEABRA, M. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Didática. São Paulo: Cortez Editora, 1994

LOMBARDI, F. Las ideas pedagógicas de Gramsci. Barcelona: Redendo, 1972.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

LÜSCHER, Ana Zuleima; DORE, Rosemary. **Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar**. In: Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG), Brasília, v. 8, supl. 1, p. 147-176, dez. 2011.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **A Carta de 1988 e a educação profissional e tecnológica: interpretação de um direito e balanço aos vinte anos de vigência**. Competência: Revista da Educação Superior do Senac-RS, v. 1, p. 11-28, 2008.

MACHADO, Marcia Rodrigues. R. L.; MOREIRA, P. R. **Educação Profissional no Brasil, Evasão Escolar e transição para o Mundo do Trabalho. Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (SENEPT)**. Anais do Seminário. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Belo Horizonte/MG, junho de 2010.

_____. **A evasão nos cursos de agropecuária e informática / Nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes/MG (2002 a 2006)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da UNB: Brasília/DF. 131p. (2009).

MADEIRA, Felícia reicher **A IMPROVISACÃO NA CONCEPÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS: muitas convicções, poucas constatações o caso do primeiro emprego**. São Paulo em perspectiva, 18(2): 78-94, 2004.

MANZINI, E, J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTES; S. (Orgs.) *Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial*. Londria: eduel, 2003. 9.11-25.

MARCHELLI, Paulo Sergio. **DA LDB 4.024/61 AO DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE AS BASES CURRICULARES NACIONAIS**. Revista e - Curriculum, São Paulo, v.12, n. 03 p. 1480 – 1511 out./dez. 2014 ISSN: 18093876.

MARCHESI, A. O que será de nós, os maus alunos? Porto Alegre: Artmed, 2006.

MARIN, A. J. Com o olhar nos professores: desafios para o enfrentamento das realidades escolares. Cadernos CEDES, Campinas, v. 19, n. 44, p. 8-18, abr. 1998.

MARQUES, Waldemar. **O quantitativo e o Qualitativo na Pesquisa Educacional**. Revista Avaliação. V. 2, nº 3(5), 1997.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. **O Capital - Para a Crítica da Economia Política**. 13a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 6 vols.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____; ENGELS. **A ideologia alemã (Feurbach)**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MÉSZÁROS, Istvan. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**, SP. Boitempo, 2007.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____.; MINAYO-GOMÉZ, C. **Díficeis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde**. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

_____. (2010). **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **Os alunos jovens e adultos que buscam a Educação de Jovens e Adultos: quem são e o que buscam na escola**. 2007.

NARCISO, Luciana Gusmão de Souza. Análise da Evasão nos Cursos Técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Arinos: Exclusão da Escola ou Exclusão na Escola?/ Luciana Gusmão de Souza Narciso; orientador, Erni José Seibel– Florianópolis, SC, 2015. 262 p.

NERI, Marcelo Cortês. (Coord.). **Motivos da evasão escolar**. 2010. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/TPE/TPE_MotivacoesEscolares_fim.pdf>. Acesso: 26.07. 2017.

_____; **Tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

_____. **O tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

NEVES, Lucia, M. W. Educação. **Um caminho para o mesmo lugar**. In: LESBAUPIN, I. (org.) **O desmonte da nação**. Petrópolis: RJ: Vozes, 1999.

NOSELLA, Paolo. Azevedo Mário Luiz Neves de. A EDUCAÇÃO EM GRAMSCI. Sociologia da Educação: múltiplos lhares. Organizador por FALCO, Aparecida Meire Calegari. 2. Ed. Maringá: EDUEM, 2009 – Coleção Formação de Professores – EAD; v. IX

_____; BUFFA, Ester. **As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação**. HISTEDBR-20 anos, UNICAMP. São Paulo. 2005.

NÓVOA, A. Vidas de Professores. 2. ed., Porto Editora, Porto, 1995. (Coleção Ciências da Educação).

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa. Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

OLIVEIRA, Ramon. Possibilidades do Ensino Médio Integrado diante do financiamento público da educação. Educ. Pesqui. [online]. 2009, vol.35, n.1, pp. 51-66. ISSN 1517-9702. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022009000100004>. Acesso em: 11.08.2107

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Education at a glance**. Paris, 2003.

_____. **Education at a glance**. Paris, 2004.

PARO, V.H. **Administração escolar**. São Paulo. Cortez, 2002.

PACHECO, Eliezer (Orgs.). **Perspectivas da educação Profissional técnica de nível médio Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais**. Secretaria de educação Profissional e tecnológica do ministério da educação – SETEC/MEC Brasília, 2012,

PELLISSARI, L. **O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a educação profissional técnica de nível médio**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2012.

PIMENTA, S. G. & LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PUCCI, Bruno; OLIVEIRA, Newton Ramos de; SGUISSARDI, Valdemar. **O ensino Noturno e os trabalhadores**. 2. ed. São Carlos: EDUFSCar, 1995.

QUEIROZ, L. D. **Um Estudo sobre a Evasão Escolar: para se pensar na inclusão escolar (2011)**. acesso em <http://www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf> - Acesso 25.05.2016.

RAMOS, Marise. Versão ampliada do texto **“Concepção de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional”** Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 08 e 09 de maio de 2008.

RIBEIRO, Sergio Costa. **A Pedagogia da Repetência. Estudos Avançados**. Volume 5 n.12, USP. São Paulo, Maio / Agosto, 1991.

RICHARDSON, Stephen A.; DOHRENWEND, Barbara Snell; KLEIN, David. **Interviewing: Its forms and functions**. New York: Basic books, 1965.

RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. **Evasão escolar no ensino médio: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina – PR**, 2010.

RODRIGUES. MSP, LEOPARDI. MT. **O método de análise de conteúdo: uma versão para enfermeiros**. Fortaleza (CE): Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura; 1999.

RUMBERGER, R. **Dropping out of middle school: a multilevel analysis of students and schools**. American Educational Research Journal, v.32, n.4, p.583-625, 1995.

_____. Introduction. In: **DROPPING out: why students drop out of high school and what can be done about it**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2011. p. 1-19.

_____. Dropping Out of Middle School: A Multilevel Analysis of Students
RUMBERGER, R. W. Why students drop out of school. In: ORFIED, G (Org.) **Dropouts in America: confronting the graduation rate crisis**. Cambridge (MA): Harvard Education, 2004. p.131-155.

_____. **Why Students Drop Out: A Review of 25 Years of Research**. California Dropout Research Project, Policy Brief 15, University of California, 2008.

_____. **High school dropouts: a review of issues and evidence**. *Review of Educational Research*, v.57, n.2, p.101-121, 1987.

SANTOS, C. M. dos. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Eloísa Helena. **O sujeito, o saber e as práticas educativas. Processos de Produção e Legitimação do Trabalho e Educação**. Trabalho e Educação, Belo Horizonte, NETE/FaE/UFMG, v.12, n.3, jan./jun.2003.

_____. **Ciência e Cultura: uma outra relação entre saber e trabalho. Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, NETE/FaE/UFMG, n.1, fev./jul.1997.

SANTOS, S. FONTES, M., MAY, R. **Construindo o ciclo da paz (nas escolas do distrito federal)**. Brasília: Instituto Promundo, 1998.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação.LDB, trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 8 ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.

_____. **Educação: Do senso comum à consciência filosófica**. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SIQUEIRA, Janes Fraga. **A realidade contraditória e de sobrevivência do jovem trabalhador e estudante nas escolas estaduais de porto alegre/rs/brasil**. [REXE: Revista de estudios y experiencias en educación](#), ISSN 0717-6945, [Vol. 1, Nº. 1, 2007](#), págs. 227-244. Acesso: 15.11.2017.

SCHWARTZ, Yves. **Trabalho e saber. Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.21-24, jan./jun.2003.

_____. **Trabalho e uso de si**. Pro-posições, v.1, n.5 (32), p.34-50, jul.2000.

SILVA, Edna Lúcia da.; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC/ PPGE/LED, 2000, 118 p.

SILVA, Maria Abadia da. **Qualidade social da educação pública: algumas aproximações**. Cad. Cedes, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.

STEIMBACH, Allan Andrei. **Juventude, escola e trabalho: razões de permanência e do abandono no curso técnico em agropecuária integrado**. 127.f. Dissertação de Mestrado em Educação. – Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

SOUZA, Juarina Ana da Silveira. **Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014. 152 p.

TARDIF, Maurice. As concepções do saber dos professores de acordo com diferentes tradições teóricas e intelectuais. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2000. Mimeografado.

THEODORSON, G. A. & THEODORSON, A. G. A modern dictionary of sociology. London, Methuen, 1970.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO, 2001. “Los países de América Latina y el Caribe adoptan la declaración de Cochabamba sobre educación”. In: Anais da Oficina de Información Pública para América Latina y Caribe. Disponível em <http://www.iesalc.org>.

UOL EDUCAÇÃO. <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/14/brasil-tem-3-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud.htm>, 2013 - acesso em 14.05.2016.

VASCONCELLOS, C. dos S. Para Onde Vai o Professor? : Resgate do professor como sujeito de transformação. São Paulo: Libertad, 1998.

WEBSTER, J.; WATSON, J.T. **Analyzing the past to prepare for the future: writing a literature review**. MIS Quarterly. 2002.

ZAGURY, T. O professor refém: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ portador do RG. Nº _____, CPF: _____ aceito participar da pesquisa intitulada “.....” **desenvolvida pelo (a) acadêmico (a)/pesquisador(a)** _____ e permito que obtenha _____ (fotografia / filmagem / gravação) de minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deve ser identificado por nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, filmagens e/ou gravações de voz ficarão sob a propriedade do pesquisador pertinente ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

Local da pesquisa,de de 201.....

Nome completo do pesquisado

Acadêmico/Pesquisador: _____

Professor Orientador: _____

EVASÃO E PERMANÊNCIA DO ALUNO-TRABALHADOR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO DO IFAP SANTANA-AMAPÁ

PERMANECENTES: QUESTÕES ORIENTADORAS DA ENTREVISTAS

1. Função da escola;
2. Escolha do curso;
3. Instruções para ingresso no curso;
4. Disciplina com dificuldade de aprendizado dificuldades;
5. Professores e suas práticas docentes;
6. A escola entre o que se espera e o que ela realmente lhe oferece;
7. Conteúdo ensinado;
8. Relação educação e trabalho;
9. Motivos levam o aluno-trabalhador a frequentar ou sair da escola.

EVADIDOS: QUESTÕES ORIENTADORAS DA ENTREVISTAS

1. Função da escola;
2. Instruções ao ingressar no curso;
3. Possíveis causas que leva o aluno a evadir-se do curso;
4. Influência familiar na tomada de decisão ao abandonar o curso;
5. Causas que levam a alunos-trabalhadores não frequentarem a escola;
6. Professores do IFAP/STN e suas práticas docentes;
7. Conteúdo ensinado contempla a necessidade do curso;
8. Reunião pedagógicas no IFAP/STN;
9. Relação educação e trabalho;
10. Causas que levam o aluno-trabalhador a frequentar a escola.